

Este material traz explicações para a resolução das questões do **livro Administração Financeira e Orçamentária, 5ª edição, Editora Método, 2015, do Prof. Sérgio Mendes.**

Adquira seu exemplar do livro e tenha acesso à teoria completa acompanhada do enunciado de **1000** questões de concursos anteriores com os respectivos gabaritos.

Neste material, de distribuição gratuita, serão comentadas todas as questões dos 17 capítulos. Acesse www.portaldoorcamento.com.br.

Divulgue o livro mais completo de AFO e o único livro teórico com acesso a 1000 questões comentadas!

Valorize o trabalho do autor para que sirva de exemplo!

Para cursos em PDF e/ou videoaulas com o Prof. Sérgio Mendes, acesse <http://www.portaldoorcamento.com.br/p/curso.html>!

Capítulo I

1)

Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar **concorrentemente** sobre Direito Financeiro.

Inexistindo lei federal sobre **normas gerais de Direito Financeiro, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades**; sobrevindo lei federal sobre normas gerais, a lei estadual restará suspensa sua eficácia, no que lhe for contrária. Assim, inicialmente, se a União não exercer a sua competência legislativa concorrente em Direito Financeiro e o Estado-Membro exercer a sua, em sobrevindo lei federal que regule a questão, a lei estadual restará suspensa. Não é revogada, o que significa que se a União revogar a sua lei geral, a lei estadual sairá da inércia e entrará em vigor, até que outra lei federal lhe suspenda novamente os efeitos ou outra lei estadual a revogue.

Resposta: Letra D

2)

É um conceito de **Orçamento Público**. O que já responde a questão.

Explicando um pouco mais, o período "*o governante não está obrigado a realizar todas as despesas ali previstas, porém não poderá contrair outras sem a prévia aprovação do poder legislativo*" conceitua o orçamento autorizativo.

Os orçamentos públicos podem ser classificados em orçamentos de natureza impositiva e de natureza autorizativa:

_ **Orçamento impositivo:** é aquele em que, uma vez consignada uma despesa no orçamento, ela deve ser necessariamente executada. Nesta visão, o orçamento, por se tratar de uma lei, deve ser rigorosamente cumprido.

_ **Orçamento autorizativo:** não existe obrigatoriedade de execução das despesas consignadas no orçamento público, já que o Poder Público tem a discricionariedade para avaliar a conveniência e a oportunidade do que deve ou não ser executado. Em nosso país, o orçamento é autorizativo na quase totalidade da LOA. O fato de ser fixada uma despesa na lei orçamentária anual não gera o direito de exigência de sua realização por via judicial.

Resposta: Letra D

3)

A atividade financeira do Estado consiste em obter, criar, gerir e despender o dinheiro indispensável às necessidades, cuja satisfação o Estado assumiu ou cometeu a outras pessoas de direito público. As finalidades do Estado estão relacionadas à gestão e ao planejamento de recursos públicos; **à obtenção de recursos financeiros por meio de ingressos públicos ou crédito público; ao dispêndio de recursos para sua manutenção** e para a interferência na economia visando à promoção do desenvolvimento econômico e social e a consecução do bem comum.

Resposta: Letra C

4)

a) Correta. Uma das características da atividade financeira do Estado: presença de uma pessoa jurídica de direito público.

b) Correta. A atividade financeira do Estado visa à promoção do desenvolvimento econômico e social e à consecução do bem comum.

c) Correta. Uma das características da atividade financeira do Estado: instrumentalidade.

d) Correta. Outra característica da atividade financeira do Estado: conteúdo monetário.

e) É a incorreta. A atividade financeira do Estado visa à promoção do desenvolvimento econômico e social e à consecução do bem comum. A obtenção de recursos é apenas uma das finalidades.

Resposta: Letra E

5)

De acordo com o art. 165 da CF/1988:

§ 9.º Cabe à lei complementar:

*I – **dispor sobre o exercício financeiro**, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;*

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Resposta: Letra B

6)

a) b) c) Erradas. Compete à **União, aos Estados e ao Distrito Federal** legislar **concorrentemente** sobre direito financeiro, logo **não** é privativa (alternativa "a"), e também **não** é comum (alternativa "b"). No entanto, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber. Assim, apesar de não concorrerem com a União e os Estados, os municípios legislam naquilo que for de interesse local e suplementam a legislação federal e a estadual, sem contrariá-las, o que invalida também a alternativa "c".

d) Errada. Inexistindo lei federal sobre normas gerais de direito financeiro, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades; sobrevindo lei federal sobre normas gerais, a lei estadual restará **suspensa sua eficácia**, no que lhe for contrária. Assim, inicialmente, se a União, não exercendo a sua competência legislativa concorrente em Direito Financeiro e o Estado-Membro exercer a sua, em sobrevindo lei federal

que regule a questão, a lei estadual restará suspensa. Não é revogada, o que significa se a União revogar a sua lei geral, a lei estadual sairá da inércia e entrará em vigor, até que outra lei federal lhe suspenda novamente os efeitos ou outra lei estadual a revogue.

e) Correta. Embora a Lei 4320/1964 tenha passado pelo rito de elaboração reservado às leis ordinárias, a CF/1967 e a CF/1988 trouxeram a orientação que as normas gerais de direito financeiro seria disciplinadas por lei complementar. Assim, atualmente, a Lei 4320/1964 possui o *status* de lei complementar, já que trata de normas gerais de Direito Financeiro. Houve a novação de sua natureza normativa pelo art. 165, § 9º, I e II da CF/88, o qual lhe conferiu uma posição *sui generis* no quadro das fontes do Direito: como lei ordinária em sentido formal e lei complementar no sentido material.

Resposta: Letra E

7)

a) Errada. É lei de efeitos **concretos**.

b) e c) Erradas. A lei orçamentária não é uma lei material, sendo apenas uma lei em sentido **formal**.

d) Errada. É lei **ordinária**.

e) Correta. A única opção correta é a que confere ao orçamento a natureza jurídica de **lei de efeitos concretos**.

Resposta: Letra E

8)

Os aspectos do orçamento são: **político, econômico, jurídico**, financeiro e técnico.

Logo, apenas a alternativa "A" apresenta aspectos do orçamento.

Resposta: Letra A

9)

a) Correta. O aspecto político tem a característica do grupo partidário que detém a maioria, consoante a escolha dos cidadãos. É a ótica que diz respeito à sua característica de plano de governo ou programa de ação do grupo/facção partidária que detém o poder. O parlamento autoriza a despesa pública, levando em consideração as necessidades coletivas. Parte da ideia de que os recursos são limitados e as necessidades são ilimitadas, logo são definidas prioridades para as políticas públicas.

b) Errada. O aspecto econômico busca racionalizar o processo de alocação de recursos, **zelando pelo equilíbrio das contas públicas**, com foco nos melhores resultados para a Sociedade.

c) Errada. Há aspectos político, jurídico, **econômico, financeiro e técnico**.

d) Errada. **Não** há tal objetivo. O aspecto econômico busca racionalizar o processo de alocação de recursos, **zelando pelo equilíbrio das contas públicas**, com foco nos melhores resultados para a Sociedade.

e) Errada. É estudado no capítulo "Créditos Adicionais" ou "Lei de Responsabilidade Fiscal". De acordo com a LRF, a LOA conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, será estabelecida na LDO, **destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos**. Poderá ser utilizada para abertura de créditos adicionais, desde que definida na lei de diretrizes orçamentárias.

Resposta: Letra A

10)

Apenas por volta de 1822, na Inglaterra, o Orçamento Público passa a ser considerado um instrumento formalmente acabado. Nessa época, tem-se o desenvolvimento do liberalismo econômico, o que acarretava em oposição a quaisquer aumentos de carga tributária, necessários para o crescimento das despesas públicas. O aspecto econômico do orçamento tinha posição secundária, **privilegiando o aspecto controle**.

Resposta: Letra C

11)

A Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, estatuí normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Resposta: Letra A

12)

Os incisos I e II do § 9.º do art. 165 Constituição Federal de 1988 dispõem que:

§ 9.º Cabe à **lei complementar**:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Resposta: Letra A

13)

Os incisos I e II do § 9.º do art. 165 Constituição Federal de 1988 dispõem que:

§ 9.º Cabe à **lei complementar**:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei

orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Desde a Constituição de 1988 está prevista a edição de uma lei complementar sobre finanças públicas e até o presente momento ela não foi editada.

Resposta: Letra C

14)

No estudo dos ramos do Direito, o Direito Financeiro pertence ao Direito Público, sendo um ramo cientificamente autônomo em relação aos demais ramos. A própria Constituição Federal, consoante o inciso I do art. 24, assegura tal autonomia:

*"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar **concorrentemente** sobre:*

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II – orçamento;

(...)."

Assim, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar **concorrentemente** sobre Direito Financeiro e sobre Orçamento.

Resposta: Letra E

15)

Atualmente, ainda é a Lei n.º4.320, de 17 de março de 1964, que estatui **normas gerais de Direito Financeiro** para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Resposta: Letra A

16)

No orçamento autorizativo, não existe obrigatoriedade de execução das despesas consignadas no orçamento público, já que o Poder Público tem a discricionariedade para avaliar a conveniência e oportunidade do que deve ou não ser executado. O STF entende que em nosso país o orçamento não é impositivo, mas sim predominantemente **autorizativo**. O fato de ser fixada uma despesa na LOA não gera o direito de exigência de sua realização por via judicial.

Resposta: Letra E

17)

No art. 24 da CF/1988:

*"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar **concorrentemente** sobre:*

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II – orçamento;
(...).”

Resposta: Letra B

18)

O **aspecto político** tem a característica do grupo partidário que detém a maioria, consoante a escolha dos cidadãos. É a ótica que diz respeito à sua característica de plano de governo ou programa de ação do grupo/facção partidária que detém o poder. O parlamento autoriza a despesa pública, levando em consideração as necessidades coletivas. Parte da ideia de que os recursos são limitados e as necessidades são ilimitadas, logo são definidas prioridades.

Resposta: Letra B

19)

De acordo com o art. 165 da CF/1988:

§ 9.º Cabe à lei complementar:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Resposta: Letra B

20)

A LOA é, simultaneamente, uma lei especial e ordinária:

Lei ordinária: as leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) e os créditos suplementares e especiais são leis ordinárias. Não se exige quórum qualificado para sua aprovação, sendo necessária apenas a maioria simples.

Lei especial: possui processo legislativo diferenciado, como estudado no âmbito do Ciclo Orçamentário. Possui iniciativa do Executivo e trata de matéria específica: previsão de receitas e fixação de despesas.

Resposta: Certa

21)

De acordo com **Mayer**, o orçamento representa extrinsecamente a forma de uma lei, mas seu conteúdo é de um mero ato administrativo. Assim, orçamento é lei em sentido formal, porém não em sentido material. Já para Hoennel, o orçamento é uma **lei em sentido formal e material**.

Resposta: Errada

22)

O orçamento pode apontar na promoção de uma expansão da demanda, gerando **déficit**. Em outros casos, em que fosse necessária uma contração da demanda, teríamos a geração de **superávit**, por meio da diminuição dos gastos públicos.

Resposta: Errada

23)

Na Constituição de 1967, do Regime Militar, o Executivo elaborava a proposta e cabia ao Legislativo a aprovação, sem a possibilidade de emendas relevantes, **enfraquecendo** o Legislativo. Consta-se tal fato porque não eram permitidas emendas que causassem aumento de despesa ou que visassem a modificar o seu montante, natureza ou objeto.

Resposta: Errada

24)

No período do Regime Militar surgiu no Brasil a ideia de orçamento-programa, por meio da Lei 4320/1964 e do Decreto-Lei 200/1967.

Resposta: Certa

25)

Segundo Aliomar Baleeiro, o orçamento público é o ato pelo qual **o Poder Executivo prevê** e o Poder Legislativo autoriza, por certo período de tempo, a execução das despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou geral do País, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei. Ainda, veremos no próximo capítulo que as metas fiscais estão na **Lei de Diretrizes Orçamentárias**.

Resposta: Errada

26)

Para Keynes, em momento de retração econômica, quando as empresas tendem a investir cada vez menos, piorando cada vez mais a crise, o Estado deveria aumentar seus gastos para aquecer a economia, por meio, por exemplo, de aumento dos investimentos e das linhas de concessão de crédito. Nesse caso, o aumento dos gastos acarretaria em endividamento público e na flexibilização do princípio do equilíbrio, pois o orçamento desequilibrado seria necessário para superar a crise.

Resposta: Certa

27)

De acordo com o art. 24 da CF/1988, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar **concorrentemente** sobre Direito Financeiro:

*"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar **concorrentemente** sobre:*

*I – direito tributário, **financeiro**, penitenciário, econômico e urbanístico;*

II – orçamento;

(...)."

Resposta: Errada

28)

A corrente liderada por **Léon Duguit** considera o orçamento, em algumas de suas partes, como um simples ato administrativo, no que se refere às

despesas públicas e receitas originárias e, em outras, como uma lei, no aspecto que autoriza a cobrança e a arrecadação dos tributos (receita derivadas).

Resposta: Errada

29)

O Supremo Tribunal Federal deve exercer sua função precípua de fiscalização da constitucionalidade das leis e dos atos normativos quando houver um tema ou uma controvérsia constitucional suscitada em abstrato, independente do caráter geral ou específico, concreto ou abstrato de seu objeto. Assim, **há a possibilidade** de submissão das normas orçamentárias ao controle abstrato de constitucionalidade.

Resposta: Errada

30)

As normas jurídicas que tratam da instituição, compulsoriedade, arrecadação e fiscalização de impostos, taxas, contribuições de melhorias, demais contribuições e empréstimos compulsórios pertencem ao campo do Direito **Tributário**.

Resposta: Errada

Adquira seu exemplar! Estude a teoria completa e acompanhe a resolução com o enunciado de todas as questões!

Capítulo II

1)

Segundo o § 5º, I, II e III, do art. 165 da CF/1988, a LOA conterá o **orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas** (ou investimentos das estatais).

Resposta: Letra A

2)

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1º, da CF/1988).

Resposta: Letra D

3)

a) Errada. O **PPA antecede a LDO**, estabelecendo as diretrizes, objetivos e metas da Administração para o ciclo correspondente.

b) Errada. A LDO condiciona a Lei Orçamentária Anual, mas quem estima as receitas e fixa as despesas para o exercício subsequente é a própria **LOA**.

c) Errada. A LDO obedece aos parâmetros fixados no Plano Plurianual, mas é **ela (LDO)** que orienta a Lei Orçamentária.

d) Correta. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

e) Errada. A LDO **nunca substitui** a Lei Orçamentária Anual.

Resposta: Letra D

4)

O **projeto de lei orçamentária** será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia (art. 165, § 6º, da CF/1988).

Resposta: Letra E

5)

Deve integrar a LOA, obrigatoriamente, segundo os §§ 1º e 2º também do art. 2º da referida Lei:

Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo.

_ Quadro demonstrativo da receita e da despesa segundo as categorias econômicas;

_ Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.

_ Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

Resposta: Letra B

6)

Segundo o § 5º, I, II e III, do art. 165 da CF/1988, a LOA conterá o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas (ou investimentos das estatais):

"§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público".

Comparando com as alternativas:

a) Correta. A LOA compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

b) Errada. A LOA compreenderá o **orçamento da seguridade social**, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, **bem como** os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

c) Errada. A LOA conterá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, **detenha** a maioria do capital social com direito a voto.

d) e) Erradas. A LOA conterá o orçamento da seguridade social, **abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.**

Resposta: Letra A

7)

Na Alternativa "E", a lei **de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente**, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação

tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

As demais alternativas não fazem sentido algum.

Resposta: Letra E

8)

a) Errada. O PPA possui vigência de quatro anos e se pode inferir que tem como uma de suas funções enunciar as políticas públicas para o período. Entretanto, as metas e prioridades para o exercício seguinte estarão na **LDO**.

b) Errada. Cabe ao **PPA** estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública.

c) Errada. **LDO**, ao identificar no PPA as ações que receberão prioridade no exercício seguinte, torna-se o elo entre o PPA, que funciona como um plano de médio prazo do governo.

d) Correta. A Lei Orçamentária Anual é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas para o período de um ano. A LOA é o orçamento por excelência ou o orçamento propriamente dito. Assim, de um lado, permite avaliar as fontes de recursos públicos no universo dos contribuintes e, de outro, quem são os beneficiários desses recursos.

e) Errada. A **LOA** tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro.

Resposta: Letra D

9)

Segundo o § 7º do art. 165 da CF/1988, os **orçamentos fiscais e de investimentos das estatais**, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional. Note que o Orçamento da **Seguridade Social não** tem a função de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Resposta: Letra E

10)

A LDO também surgiu por meio da Constituição Federal de 1988, almejando ser o elo entre o planejamento estratégico (Plano Plurianual) e o planejamento operacional (Lei Orçamentária Anual). Sua relevância reside no fato de ter conseguido diminuir a distância entre o plano estratégico e as LOAs, as quais dificilmente conseguiam incorporar as diretrizes dos planejamentos estratégicos existentes antes da CF/1988.

Segundo o § 2º do art. 165 da CF/1988:

"§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento".

Assim, segundo a CF/1988, a LDO:

- _ Compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal (Letra "E")
- _ Incluirá as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- _ Orientará a elaboração da LOA (Letra "A")
- _ Disporá sobre as alterações na legislação tributária (Letra "C")
- _ Estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (Letra "B")

Logo, de acordo com a **CF/1988**, a orientação relacionada aos gastos com transferências a terceiros não cabe à LDO. O que mais se aproxima desses termos tem previsão na **LEF**, a qual determina que cabe à LDO as demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Resposta: Letra D

11)

A **Lei Orçamentária Anual** é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas para o período de um ano. A LOA é o orçamento por excelência ou o orçamento propriamente dito.

Resposta: Letra B

12)

A **lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988). A LDO deve ser elaborada em consonância com o PPA.

Resposta: Letra C

13)

O **Plano Plurianual – PPA** é o instrumento de planejamento do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Segundo o ADCT, a vigência do PPA é de quatro anos, iniciando-se no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente.

Resposta: Letra D

14)

A **lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, **orientará a elaboração da lei orçamentária anual**, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Resposta: Letra B

15)

Segundo o § 5º, I, II e III, do art. 165 da CF/1988, a LOA conterá o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas (ou investimentos das estatais).

Resposta: Letra E

16)

LOA é **Lei Orçamentária Anual**.

Resposta: Letra B

17)

Os instrumentos de planejamento e orçamento da Constituição Federal são o **Plano Plurianual (PPA)**, a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** e a **Lei Orçamentária Anual (LOA)**.

Resposta: Letra C

18)

O **PPA**, assim como a LDO, é uma inovação da CF/1988. Antes do PPA e da CF/1988, existiam outros instrumentos de planejamento estratégico, como o Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI), com três anos de duração, o qual não se confunde com o PPA, que possui quatro anos de duração.

Resposta: Letra C

19)

Deve integrar a LOA, obrigatoriamente (art. 2º, §§ 1º e 2º, da Lei 4.320/1964):

- _ Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo (alternativa "C").
- _ Quadro demonstrativo da receita e da despesa segundo as categorias econômicas (alternativa "E");
- _ Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação (alternativa "B").
- _ Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração (alternativa "A").

Acompanharão a Lei de Orçamento:

- _ Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais (alternativa "D").

- _ Quadros demonstrativos da despesa.
- _ Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

Logo, quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais apenas acompanham a LOA sem, no entanto, integrá-la.

Resposta: Letra D

20)

A **lei orçamentária anual** conterá o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas (ou investimentos das estatais).

Resposta: Letra A

21)

Essa questão mistura os três instrumentos de planejamento e orçamento previstos na CF/1988:

a) Correta. O crescimento econômico sustentável é uma das diretrizes do Plano Plurianual.

b) Correta. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

c) Correta. Segundo o § 7º do art. 165 da CF/1988, os orçamentos fiscais e de investimentos das estatais, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

d) Correta. O PPA é um instrumento de planejamento que deve ser elaborado de forma regionalizada.

e) Errada. É função da **Lei de Diretrizes Orçamentárias**.

Resposta: Letra E

22)

Segundo o § 1º do art. 165 da CF/1988:

*"§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma **regionalizada**, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada".*

Resposta: Letra B

23)

Quanto aos investimentos, determina o art. 167 da CF/1988:

"§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro

*poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de **responsabilidade***”.

Resposta: Letra B

24)

Segundo o art. 165 da CF/1988:

“§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

*I – o **orçamento fiscal** referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;*

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público”.

Resposta: Letra A

25)

Segundo o art. 165 da CF/1988:

“§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

*II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, **detenha a maioria do capital social com direito a voto;***

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público”.

Resposta: Letra E

26)

Segundo o art. 165 da CF/1988:

“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

*I – o **plano plurianual;***

*II – as **diretrizes orçamentárias;***

*III – os **orçamentos anuais**”.*

Resposta: Letra C

27)

Segundo o § 2º do art. 165 da CF/1988:

*“§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias **compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento**”.*

Resposta: Letra A

28)

A **Lei Orçamentária Anual** é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas para o período de um ano. A LOA é o orçamento por excelência ou o orçamento propriamente dito. Ela deve conter apenas matérias atinentes à previsão das receitas e à fixação das despesas, sendo liberadas, em caráter de exceção, as autorizações para créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária. Trata-se do princípio orçamentário constitucional da exclusividade.

A finalidade da LOA é a concretização dos objetivos e metas estabelecidos no PPA. É o cumprimento ano a ano das etapas do PPA, em consonância com o que foi estabelecido na LDO. Portanto, orientada pelas diretrizes, objetivos e metas do PPA, compreende as ações a serem executadas, seguindo as metas e prioridades estabelecidas na LDO.

Resposta: Letra D

29)

Segundo o § 5º, I, II e III, do art. 165 da CF/1988, a **LOA** conterà o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas (ou investimentos das estatais):

"§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III– o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público".

Resposta: Letra B

30)

Segundo o § 5º, I, II e III, do art. 165 da CF/1988, a **LOA** conterà o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas (ou investimentos das estatais):

"§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III– o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público".

Logo, está correto o contido em I, II e III.

O item IV dispõe que "os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional" (art. 165, § 4º, da CF/1988).

A questão pede o que "a lei orçamentária anual compreenderá". Assim, apesar do item IV estar de acordo com a CF/1988, ele é considerado errado por não responder ao pedido da questão.

Resposta: Letra D

31)

Segundo o art. 165 da CF/1988:

"Art. 165. Leis de iniciativa do **Poder Executivo** estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

*III – **os orçamentos anuais**".*

Resposta: Letra C

32)

A **lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Resposta: Letra B

33)

I) Errado. O Plano Plurianual (PPA), cuja responsabilidade pela elaboração é do Poder **Executivo**, o qual apresenta ao Poder **Legislativo** para que este aprove ou não, tem como objetivo nortear metas para as **despesas** de capital e as demais, delas derivadas, bem como aquelas cuja duração tenha caráter continuado. Os planos e programas adotados pela administração no decorrer da gestão devem ser equivalentes ao planejamento exposto no **PPA**.

II) Correto. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) está fundamentada na Constituição Federal, no art. 165, e na Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

III) Errado. A Lei Orçamentária Anual (LOA) é derivada de um projeto de lei formalmente elaborado pelo Poder Executivo, que autoriza as despesas balizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA). O período de abrangência do PPA **não** coincide com o mandato do chefe do Executivo. Segundo o ADCT, a vigência do PPA é de quatro anos, iniciando-

se no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente.

Logo, apenas a alternativa II está correta.

Resposta: Letra B

34)

“O projeto de lei **de diretrizes orçamentárias** (de iniciativa do Poder **Executivo**) compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. Este projeto de lei deve estar em consonância com **o plano plurianual** e servirá de orientação para a elaboração **da lei orçamentária anual.**”

Resposta: Letra E

35)

A vigência do PPA é de **quatro anos (48 meses)**, iniciando-se no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente. Ele deve ser encaminhado do Executivo ao Legislativo até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício, ou seja, até 31 de agosto. A devolução ao Executivo deve ser feita até o encerramento do segundo período da sessão legislativa (22 de dezembro) do exercício em que foi encaminhado.

Resposta: Letra D

36)

O orçamento **fiscal** se refere aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Resposta: Letra C

37)

A definição das metas e prioridades da Administração Pública Federal está prevista na LDO. As disposições que constarão do orçamento devem ser comparadas com as metas e prioridades da Administração Pública. Assim, pode-se verificar se as metas e prioridades podem ser concretizadas a partir da alocação de recursos na LOA, onde estão os programas que serão executados pelos governos.

Resposta: Letra C

38)

A LOA conterá o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas (ou investimentos das estatais).

Resposta: Letra E

39)

Segundo o § 2º do art. 165 da CF/1988:

"§ 2º A **lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento".

Resposta: Letra D

40)

A **lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Resposta: Letra C

41)

Segundo o art. 165 da CF/1988:

"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais".

Logo, estão corretas apenas as alternativas I, II e III.

Resposta: Letra D

42)

O Plano Plurianual – PPA é o instrumento de planejamento do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Retrata, em visão macro, as intenções do gestor público para um período de quatro anos. Assim como a União, cada estado, cada município e o Distrito Federal também têm seus próprios PPAs.

Logo, o **plano plurianual** é um plano de médio prazo, através do qual procura-se ordenar as ações do governo que levem ao atingimento dos objetivos e metas fixados para um período de quatro anos, a nível do governo federal, e também de quatro anos a nível dos governos estaduais e municipais."

Resposta: Letra C

43)

Segundo o art. 165 da CF/1988:

"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;
III – os orçamentos anuais”.

Resposta: Letra B

44)

Segundo o § 2º do art. 165 da CF/1988:

*“§ 2º A **lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento”.*

Resposta: Letra C

45)

I) Correto. A LOA compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder.

II) Errado. A LOA compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a **União, direta ou indiretamente**, detenha a maioria do capital social **com** direito a voto.

III) Correto. A LOA compreenderá o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

IV) Errado. **Não** há previsão constitucional de um orçamento de financiamento de empresas privadas integrar a LOA.

Logo, estão corretas apenas as afirmativas I e III.

Resposta: Letra E

46)

a) Errada. O Plano Plurianual, de iniciativa do Poder **Executivo**, possui, segundo o princípio orçamentário da **anualidade**, vigência anual. Tal princípio é estudado no capítulo sobre Princípios Orçamentários.

b) Errada. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, de iniciativa do Poder **Executivo**, disporá sobre as alterações na legislação tributária.

c) Errada. A **Lei de Diretrizes Orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente.

d) Errada. A **Lei Orçamentária Anual**, de iniciativa do Poder **Executivo**, conterá a previsão de receita e a fixação da despesa.

e) Correta. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Resposta: Letra E

47)

A **lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Resposta: Letra B

48)

Os instrumentos previstos na CF/1988 e na LRF são: **Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual**.

Resposta: Letra C

49)

Segundo o § 1º do art. 165 da CF/1988:

*"§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma **regionalizada**, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada".*

Resposta: Letra B

50)

Quanto aos investimentos, determina o art. 167 da CF/1988:

*"§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de **responsabilidade**".*

Resposta: Letra B

51)

Na alternativa "C", **nenhum** investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (art. 167, § 1º, da CF/1988).

As demais estão corretas.

Resposta: Letra C

52)

a) Errada. A **lei de diretrizes orçamentárias**, como instrumento de planejamento da ação pública, deverá estabelecer as metas e as prioridades da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

b) Errada. O projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do **exercício financeiro**.

c) Errada. A LDO orientará a elaboração da lei orçamentária anual e o **PPA** conterà, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

d) Correta. Segundo o § 5.º, III, do art. 165 da CF/1988, a lei orçamentária anual conterà o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

e) Errada. É vedado iniciar investimento com duração prevista para período maior do que um exercício financeiro **sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão**, sob pena de crime de responsabilidade.

Resposta: Letra D

53)

a) Correta. A iniciativa do PLOA é do Poder Executivo.

b) É a incorreta. O orçamento da seguridade social **não** tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais.

c) Correta. Uma das vedações constitucionais em matéria orçamentária é o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária.

d) Correta. Integram a LOA os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais.

e) Correta. O projeto da LOA deverá ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Resposta: Letra B

54)

Na alternativa "B", a LOA compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. O orçamento que inclui as empresas, o qual também integra a LOA, é o **orçamento de investimento** das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra B

55)

a) b) c) d) Corretas. Segundo o art. 22 da Lei 4320/1964, a proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, compor-se-á:

_ **Mensagem:** conterá exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificação da política econômica-financeira do Governo; justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital;

_ **Projeto de Lei de Orçamento;**

_ **Tabelas explicativas,** sobre receitas e despesas de vários anos, em colunas distintas e para fins de comparação;

_ **Especificação dos programas especiais de trabalho** custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificação econômica, financeira, social e administrativa.

e) Errada. A Lei de Orçamento **não** consignará auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos (art. 21 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

56)

O estudo do Orçamento Público compreende o plano plurianual (PPA), as diretrizes orçamentárias (LDO) e o orçamento anual (LOA).

Resposta: Letra A

57)

a) Correta. A lei orçamentária anual é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas para o período de um ano.

b) Errada. A **lei de diretrizes orçamentárias** orienta a elaboração e execução do orçamento anual e trata de vários outros temas, como alterações tributárias, gastos com pessoal, política fiscal e transferências da União.

c) Errada. O plano **plurianual** estabelece os projetos e os programas de longa duração do governo, definindo objetivos e metas da ação pública para um período de quatro anos.

d) Errada. O **ciclo (ou processo) orçamentário** compreende as diversas fases de elaboração e execução das leis orçamentárias, como o PPA, LDO e a próprio LOA.

e) Errada. Apesar de a LOA ser responsável pela materialização do planejamento e execução das políticas públicas federais, não podemos nos esquecer de que são também instrumentos constitucionais **o PPA e a LDO**.

Resposta: Letra A

58)

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas para o período de um ano.

Resposta: Letra A

59)

Deve integrar a LOA, obrigatoriamente, segundo os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei 4320/1964:

- _ Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo.
- _ Quadro demonstrativo da receita e da despesa segundo as categorias econômicas;
- _ Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
- _ Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

Logo, **não** há previsão do quadro mencionado na alternativa "A".

Resposta: Letra A

60)

Deve integrar a LOA, obrigatoriamente, segundo os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei 4320/1964:

- _ Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo.
- _ Quadro demonstrativo da receita e da despesa segundo as categorias econômicas;
- _ Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
- _ Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

Resposta: Letra C

61)

A **lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de

aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Resposta: Letra A

62)

A **lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Resposta: Letra B

63)

O instrumento constitucional utilizado para o planejamento estratégico é o **plano plurianual**.

Resposta: Letra B

64)

a) e c) Erradas. O Plano Plurianual é um plano de **médio** prazo, por meio do qual se procura ordenar as ações do governo que levem ao alcance dos objetivos e das metas fixados para um período de **quatro** anos.

b) Errada. A Lei de Diretrizes Orçamentárias norteia a elaboração dos orçamentos anuais e compreende as metas e as prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras de **fomento**.

d) Correta. A Lei de Diretrizes Orçamentárias norteia a elaboração dos orçamentos anuais e compreende as metas e as prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Resposta: Letra D

65)

Os instrumentos de planejamento e orçamento são: **Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamentos Anuais**.

Resposta: Letra E

66)

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas para o período de um ano. A LOA é o orçamento por excelência ou o orçamento propriamente dito.

As despesas executadas pelos diversos órgãos públicos não podem ser desviadas do que está autorizado na LOA, tampouco podem conflitar com o interesse público.

Resposta: Certa

67)

As **diretrizes orçamentárias** constituem princípios orientadores para a elaboração do **orçamento anual**.

Resposta: Errada

68)

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Assim, o tribunal deverá inserir todas as metas e prioridades no projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2014. Entretanto, a LDO é um instrumento **prévio** à LOA.

Logo, **não** será após o envio da proposta orçamentária que as metas e prioridades serão inseridas no projeto da LDO.

Resposta: Errada

69)

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

O orçamento da seguridade social é aplicado a todos os órgãos que possuem receitas e despesas públicas relacionadas à seguridade social (previdência, assistência e saúde) e não apenas àqueles diretamente relacionados à seguridade social, como os hospitais que atendem ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Assim, o tribunal federal possui despesas de assistência médica relativa aos seus servidores e essa despesa faz parte do orçamento da seguridade social.

Resposta: Certa

70)

O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional (art. 5, § 2º, da LRF).

Resposta: Certa

71)

O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na LDO, destinada ao atendimento

de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos (art. 5º, III, da LRF).

Resposta: Certa

72)

O conceito de empresa estatal dependente **não** abrange simplesmente o recebimento de recursos do controlador.

Consoante a LRF, empresa estatal dependente é uma empresa controlada, mas que recebe do ente controlador recursos financeiros **para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.**

Resposta: Errada

73)

Segundo o art. 4º, § 1º, da LRF, o anexo de metas fiscais integrará a LDO:

“§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias **o Anexo de Metas Fiscais**, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes”.

Resposta: Errada

74)

Nos termos do art. 5º da LRF:

(...)

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

Resposta: Certa

75)

A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem (art. 4, § 3º, da LRF).

Resposta: Certa

Para cursos em PDF e/ou videoaulas com o Prof. Sérgio Mendes, acesse <http://www.portaldoorcamento.com.br/p/curso.html>!

Capítulo III

1)

a) Correta. A inclusão de uma obra no PLOA poderá ocorrer por meio do envio de mensagem pelo Presidente da República ao Congresso Nacional para propor modificações no Projeto de Lei enquanto não iniciada a votação, na Comissão Mista, da parte cuja alteração é proposta.

b) c) e e) Erradas. A inclusão de uma obra no PLOA poderá ocorrer por meio de Emenda proposta pelo Poder Legislativo, cujo recurso necessário para a execução da obra **não** seja decorrente de anulação de despesa com pessoal e seus encargos, com serviço da dívida e com transferências tributárias constitucionais para estados e municípios.

d) Errada. A inclusão de uma obra no PLOA poderá ocorrer por meio de Emenda proposta pelo Poder **Legislativo**, cujo recurso necessário para a execução da obra seja decorrente de anulação de despesa com aquisição de imóveis.

Resposta: Letra A

2)

a) Correta. Quanto às emendas, serão apresentadas na Comissão Mista que emitirá seu parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas casas do Congresso Nacional.

b) Errada. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o PPA e a LDO; indiquem os recursos necessários, **admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa** (excluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos; serviço da dívida; transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal) ou sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões; ou com os dispositivos do texto do projeto de lei.

c) Errada. As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas **quando incompatíveis com o plano plurianual**.

d) Errada. O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere o art. 166 da CF/1988 (PPA, LDO, LOA e crédito adicionais) enquanto não iniciada a votação, na **comissão mista**, da parte cuja alteração é proposta.

e) Errada. As emendas ao projeto de **lei de diretrizes orçamentárias** não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o **plano plurianual**.

Resposta: Letra A

3)

Compete privativamente à **Câmara dos Deputados** proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa (art. 51, II, da CF/1988).

Resposta: Letra C

4)

a) Errada. O controle da execução orçamentaria compreenderá a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos; o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços. A Lei 4320/1964 **não** trata de controle patrimonial de cônjuge ou de parentes.

b) Errada. O Poder Legislativo exerce o controle **externo**.

c) Correta. O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.

d) Errada. Ao órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária ou a outro indicado na legislação, **cabará** o controle do cumprimento do programa de trabalho.

e) Errada. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária **será prévia, concomitante e subsequente**.

Resposta: Letra C

5)

Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, **dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária**.

Resposta: Letra A

6)

a) Correta. Compete ao TCU representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados (art. 71, XI, da CF/1988).

b) Correta. Compete ao TCU realizar por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário (art. 71, IV, da CF/1988).

c) Correta. Compete ao TCU assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade (art. 71, IX, da CF/1988).

d) É a incorreta. Compete ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, **excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão**, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

e) Correta. Compete ao TCU apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento (art. 71, I, da CF/1988).

Resposta: Letra D

7)

a) Errada. O art. 70 da CF/1988 afirma que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta, indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo **Congresso Nacional**, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.

b) Correta. Consoante o art. 71 da CF/1988, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

c) Correta. Segundo o art. 74 da CF/1988, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

d) Correta. De acordo com o art. 76 da Lei 4320/1964, o Poder Executivo exercerá os três tipos de controle a que se refere o artigo 75 [legalidade, fidelidade funcional e cumprimento do programa de trabalho], sem prejuízo das atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

e) Correta. Considerando a época da elaboração da Lei, é possível afirmar que a Lei 4.320/1964 inovou ao consagrar os princípios de planejamento, do orçamento e do controle, estabelecendo novas técnicas orçamentárias para a eficácia dos gastos públicos.

Resposta: Letra A

8)

a) Correta. O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

b) Correta. Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, bem como sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.

c) É a incorreta. A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, **direta ou indiretamente**, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

d) Correta. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei (art. 165, § 8º, da CF/1988). Logo, a autorização para a abertura de créditos suplementares contida na LOA não fere nenhum dispositivo ou princípio constitucional.

e) Correta. A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Resposta: Letra C

9)

O texto utilizado foi o de Alexandre Marinho e Luis Otávio Façanha:

a) Errada. No uso corrente, a **efetividade** diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos.

b) Errada. A **eficiência** denotaria competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços.

c) Correta. A eficácia, por sua vez, remete a condições controladas e a resultados desejados de experimentos, critérios que, deve-se reconhecer, não se aplicam automaticamente às características e realidade dos programas sociais.

d) Errada. Inúmeros indicadores são utilizados na avaliação de **eficiência**, especialmente aqueles que relacionam produtos finais com seus custos e com os insumos principais.

e) Errada. A avaliação da qualidade do trabalho é uma questão ligada à **eficiência**, principalmente em certos tipos de realizações, como obras públicas.

Resposta: Letra C

10)

a) Errada. É O Plano Plurianual que baliza a elaboração das LDOs em cada um dos quatro anos de sua abrangência. Ainda, o PPA é elaborado no primeiro ano de governo e entrará em vigor no segundo ano. A partir daí, terá sua vigência até o final do primeiro ano do mandato seguinte.

b) Errada. No nosso país identificam-se, basicamente, quatro etapas no ciclo ou processo orçamentário: 1ª) elaboração/planejamento da proposta orçamentária; 2ª) discussão/estudo/aprovação da Lei de Orçamento; **3ª) execução orçamentária e financeira; e 4ª) avaliação/controle.**

c) Correta. A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação da LDO, logo a não aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias impede o recesso parlamentar.

d) Errada. As leis dos instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO e LOA) e os créditos suplementares e especiais são leis **ordinárias**. Não se exige *quorum* qualificado para sua aprovação, sendo necessária apenas a maioria simples.

e) Errada. O orçamento de investimento das empresas estatais integra a **Lei Orçamentária Anual**.

Resposta: Letra C

11)

As quatro primeiras alternativas são baseadas no art. 33 da Lei 4.320/1964. A última é baseada na CF/1988.

a) Errada. **Não** se admitirão emendas ao projeto de lei de orçamento que visem alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, **salvo quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta.**

b) Errada. **Não** se admitirão emendas ao projeto de lei de orçamento que visem conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.

c) Errada. **Não** se admitirão emendas ao projeto de lei de orçamento que visem conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.

d) Errada. **Não** se admitirão emendas ao projeto de lei de orçamento que visem conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

e) Correta. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem podem ser aprovadas caso seja relacionada com a correção de erros e omissões (art. 166, § 3º, III, a).

Resposta: Letra E

12)

Questão que mistura instrumentos de planejamento e orçamento com o ciclo orçamentário:

I) Errada. A lei que institui o plano plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e as relativas aos programas de duração continuada. Entretanto, o PPA **não** se confunde com o mandato do chefe do Executivo. O PPA é elaborado no primeiro ano de governo e entra em vigor no segundo ano. A partir daí, tem sua vigência até o final do primeiro ano do mandato seguinte. A ideia é manter a continuidade dos programas.

II) Correta. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

III) Errada. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988). Entretanto, o projeto de **lei orçamentária** será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia (art. 165, § 6º, da CF/1988).

Logo, somente a afirmativa II está correta.

Resposta: Letra B

13)

De forma resumida: o aspecto orçamentário está relacionado à arrecadação e à aplicação dos recursos públicos, conforme os instrumentos de planejamento e orçamento previstos na Constituição Federal; o **aspecto operacional está relacionado à verificação do cumprimento de metas, aos resultados, à eficácia e à eficiência da gestão dos recursos públicos**; o aspecto patrimonial está relacionado ao controle, à salvaguarda, à conservação e à alienação de bens públicos; o aspecto financeiro está relacionado ao fluxo de recursos administrados pelo gestor; e o aspecto contábil está relacionado à aplicação dos recursos públicos conforme as técnicas contábeis.

Resposta: Letra C

14)

a) Errada. Para a aprovação de emendas, devem ser indicados os recursos necessários sendo admitidos os provenientes de anulação de despesas, **excluindo** as que incidam sobre serviço da dívida.

b) Errada. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o **plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias**. Naturalmente as emendas também não podem contrariar a LRF, porém a questão exige exatamente o que está disposto na CF/1988.

c) Correta. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem podem ser relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com dispositivos do texto do projeto de lei.

d) Errada. Não podem ser aprovadas emendas que contrariem os percentuais mínimos obrigatórios estabelecidos na CF/1988. Por exemplo, uma emenda não pode retirar recursos da Educação de forma que o valor mínimo exigido na CF/1988 não seja respeitado.

e) Errada. Para a aprovação de emendas, devem ser indicados os recursos necessários sendo admitidos os provenientes de anulação de despesas, **excluindo** as despesas com pessoal e seus encargos.

Resposta: Letra C

15)

a) Correta. Entre outras hipóteses, as emendas podem ser aprovadas caso sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com os dispositivos do texto do projeto de lei.

b) É a incorreta. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes **poderão** ser utilizados mediante créditos **suplementares ou especiais**, com prévia e específica autorização legislativa.

c) Correta. Os projetos de lei relativos ao PPA, LDO, LOA e créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

d) Correta. Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre os projetos relativos ao PPA, LDO, LOA, créditos adicionais e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República

e) Correta. O presidente da república envia mensagem ao Congresso nacional propondo as modificações nas leis orçamentárias, enquanto não iniciada a

votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta. Por sua vez, as alterações propostas pelos parlamentares ocorrem por meio de emendas.

Resposta: Letra B

16)

O projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado **até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro (31 de agosto)** e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa (22 de dezembro).

Resposta: Letra D

17)

A fase de **discussão/estudo/aprovação** corresponde ao debate entre os parlamentares (representantes eleitos pelo povo) sobre a proposta orçamentária.

Resposta: Letra C

18)

a) Errada. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, **admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa**, respeitadas as ressalvas constitucionais.

b) c) e d) Erradas. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas: dotações para pessoal e seus encargos (alternativa "B"); serviço da dívida (alternativa "C"); e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal (alternativa "D").

e) Correto. Conforme exposto, não há restrições para emendas decorrentes de anulações de Outras Despesas Correntes – Material de consumo.

Resposta: Letra E

19)

a) Correta. Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

b) Errada. A Lei Orçamentária Anual **compreenderá** o orçamento relativo à seguridade social.

c) Errada. Cabe à lei **complementar** dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do Plano Plurianual.

d) Errada. O Poder Executivo publicará, até **trinta** dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

e) Errada. A Lei Orçamentária Anual **compreenderá** o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Resposta: Letra A

20)

a) Errada. Na fase de **discussão** o Poder Legislativo aprova o orçamento apresentado pelo Poder Executivo.

b) Errada. Na fase de **avaliação/controle** são avaliados os padrões de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade a execução do orçamento público.

c) Errada. Na fase de **avaliação/controle** também se busca controlar a aplicação do orçamento de acordo com o seu dimensionamento apresentado ao Legislativo.

d) Correta. Na fase de execução o orçamento se desenvolve no exercício definido como o ano civil, isto é, de janeiro a dezembro, conforme determinação legal.

e) Errada. Na fase de **elaboração** são retratadas as ideias centrais da Administração Pública, no que diz respeito aos créditos necessários à realização das políticas públicas de médio e curto prazo.

Resposta: Letra D

21)

No nosso país identificam-se, basicamente, quatro etapas no ciclo ou processo orçamentário: elaboração/planejamento da proposta orçamentária; discussão/estudo/aprovação da Lei de Orçamento; execução orçamentária e financeira; e avaliação/controle.

Resposta: Letra E

22)

Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim (art. 80 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra C

23)

O **ciclo (ou processo) orçamentário** corresponde ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até a apreciação final. É um processo contínuo, dinâmico e flexível,

por meio do qual se elabora/planeja, aprova, executa, controla/avalia a programação de dispêndios do setor público nos aspectos físico e financeiro.

Resposta: Letra C

24)

Questão baseada no art. 75 da Lei 4320/1964:

a) Errada. O controle da execução orçamentária compreenderá a legalidade dos **atos** de que resultem a arrecadação da receita e o nascimento ou extinção de direitos e obrigações.

b) Errada. O controle da execução orçamentária compreenderá o cumprimento do **programa de trabalho** expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

c) Errada. O controle da execução orçamentária compreenderá a legalidade dos **atos** e o cumprimento do **programa de trabalho** relativo à realização de obras e prestação de serviços.

d) Correta. O controle da execução orçamentária compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos.

e) Errada. O controle da execução orçamentária compreenderá a legalidade dos **atos**, o cumprimento do **programa de trabalho** e a fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores.

Resposta: Letra D

25)

Compete aos **serviços de contabilidade** ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim (art. 80 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra C

26)

As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas **quando incompatíveis com o plano plurianual**.

Resposta: Letra A

27)

Segundo o art. 168 da nossa Constituição, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, **compreendidos os créditos suplementares e especiais**, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do **Ministério Público** e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues, em duodécimos, **até o dia 20 de cada mês**. O artigo ainda ressalta que será na forma da lei complementar, que ainda não foi editada.

Resposta: Letra B

28)

O exercício financeiro coincide com o **ano civil**, ou seja, inicia-se em 1.º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano, conforme dispõe o art.

34 da Lei 4.320/1964.

Resposta: Letra E

29)

Segundo o § 1º do art. 165 da CF/1988:

*"§ 1º A lei que instituir o **plano plurianual** estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada".*

Segundo o ADCT, a vigência do **PPA** é de quatro anos, iniciando-se no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente. Ele deve ser encaminhado do Executivo ao Legislativo até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício, ou seja, até 31 de agosto. A devolução ao Executivo deve ser feita até o encerramento do segundo período da sessão legislativa (22 de dezembro) do exercício em que foi encaminhado.

Resposta: Letra A

30)

A CF/1988 trata dos dois sistemas de controle. Dispõe que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo **Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.**

Nos âmbitos dos demais entes, o controle externo é exercido de forma semelhante, aplicando as disposições federais naquilo que couber. **Nos municípios, é exercido pela Câmara Municipal,** com auxílio também do Tribunal de Contas do Estado ou do Tribunal de Contas do Município (nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro) ou do Tribunal de Contas dos Municípios (nos estados da Bahia, Ceará, Pará e Goiás).

Assim, tal fiscalização será exercida pela **Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.**

Resposta: Letra B

31)

Segundo o art. 33 da Lei 4.320/1964, **não** se admitirão emendas ao projeto de lei de orçamento que visem:

Alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta (item I).

_ Conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.

_ Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.

_ Conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

Logo, apenas o item I está correto.

Resposta: Letra A

32)

I) Correto. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e subsequente (art. 77 da Lei 4.320/1964).

II) Errado. A fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos **está** compreendida no controle da execução orçamentária.

III) Errado. De acordo com o art. 79 da Lei 4320/1964, **ao órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária ou a outro indicado na legislação**, caberá o controle estabelecido no inciso III do art. 75, ou seja, o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Logo, apenas o item I está correto.

Resposta: Letra A

33)

Segundo o art. 165 da CF/1988:

"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais".

Logo, **as referidas leis são todas de iniciativa do Poder Executivo.**

Resposta: Letra D

34)

Assim como no âmbito federal, o titular do controle externo nos demais entes é o **Poder Legislativo**, com o auxílio dos respectivos Tribunais de Contas.

Resposta: Letra D

35)

No âmbito dos demais entes, o controle externo é exercido de forma semelhante, aplicando as disposições federais naquilo que couber. Nos estados, é realizado pela Assembleia Legislativa, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado. **Nos municípios, é exercido pela Câmara Municipal, com auxílio também do Tribunal de Contas do Estado (é o caso da grande maioria dos municípios brasileiros, como os do Rio Grande do Sul)** ou do Tribunal de Contas do Município (nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro) ou do Tribunal de Contas dos Municípios (nos estados da Bahia,

Ceará, Pará e Goiás). No Distrito Federal é exercido pela Câmara Legislativa com o auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Resposta: Letra A

36)

- a) Correta. Eficiência é a relação entre recursos e resultados obtidos.
- b) Errada. **Eficácia** é relação entre objetivos pretendidos e resultados atingidos.
- c) Errada. **Efetividade** é a capacidade de produzir um efeito, que pode ser positivo ou negativo.
- d) e) Erradas. Conceitos **não** relacionados a nossa matéria.

Resposta: Letra A

37)

I) Errado. O controle externo das contas públicas é exercido pelo Poder **Legislativo**, com o auxílio do Tribunal de Contas.

II) Correto. Compete ao sistema de controle interno comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e das entidades da administração pública federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

III) Correto. Compete ao Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

Logo, está correto o que se afirma em II e III.

Resposta: Letra D

38)

I) Errado. No início de um novo mandato, o novo plano plurianual terá vigência a partir do **segundo** ano de gestão do chefe do Poder Executivo.

II) Errado. O **plano plurianual** definirá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas **de capital e outras dela decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada**.

III) Correto. Compete ao Poder Executivo a iniciativa e a promulgação de leis dos instrumentos de planejamento e orçamento.

Logo, apenas a afirmativa III está correta.

Resposta: Letra B

39)

Os projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA são de iniciativa privativa (ou exclusiva) do Chefe do Poder Executivo, porém ao mesmo tempo **vinculada** pela obrigatoriedade de cumprimento de prazos.

Resposta: Letra C

40)

No nosso país identificam-se, basicamente, quatro etapas no ciclo ou processo orçamentário: elaboração/planejamento da proposta orçamentária; discussão/estudo/aprovação da Lei de Orçamento; execução orçamentária e financeira; e avaliação/controle.

Resposta: Letra C

41)

A **avaliação orçamentária** é a parte do controle orçamentário que analisa a eficácia e a eficiência dos cursos de ação cumpridos, e proporciona elementos de juízo aos responsáveis da gestão administrativa para adotar as medidas tendentes à consecução de seus objetivos e à otimização do uso dos recursos colocados à sua disposição, o que contribui para realimentar o processo de Administração Orçamentária.

O conceito de avaliação da questão usa algumas palavras diferentes, mas repare que é semelhante ao apresentado no texto. Não cabe aqui apresentar todos os conceitos de todos os autores, porque isso é inviável, mas repare que com tranquilidade e com base no que você aprendeu no livro você acerta a questão de prova.

Resposta: Letra A

42)

Na alternativa "D", **compete** ao TCU aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, **as sanções previstas em lei**, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário (art. 71, VIII, da CF/1988).

As demais estão corretas.

Resposta: Letra D

43)

Os PPAs federal/estaduais atuais têm vigência de 2012-2015, pois o mandato da Presidente e dos Governadores é de 2011 a 2014.

Os próximos PPAs dos municípios terão vigência de 2014-2017, pois o mandato dos Prefeitos será de 2013 a 2016.

Logo, os próximos PPAs de cada um dos municípios só serão enviados no ano de **2013**, pois este é o primeiro ano de mandato dos Chefes do Executivo de tais entes.

Resposta: Letra A

44)

a) Errada. É a fase de **elaboração**.

b) Correta. A discussão e votação da proposta orçamentária pela Casa Legislativa, com possibilidades de emendas orçamentárias, fazem parte da fase de aprovação.

c) Errada. É fase de **execução**.

d) Errada. É fase de **execução**.

e) Errada. É a fase de **elaboração**.

Resposta: Letra B

45)

Segundo o art. 74 da CF/1988, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, **sistema de controle interno** com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Resposta: Letra E

46)

Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de **qualquer** irregularidade ou ilegalidade, dela **darão ciência** ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária (alternativas "A" e "B").

Segundo o art. 74 da CF/1988, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União (alternativa "C");

II– comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – **exercer o controle** das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União (alternativa "D");

IV – **apoiar** o controle externo no exercício de sua missão institucional (alternativa "E").

Resposta: Letra C

47)

No âmbito federal, consoante o art. 71 da CF/1988, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

(...)

II- julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público (alternativa "C");

(...)

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II (alternativa "A");

(...)

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município (alternativa "D");

(...)

*VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de **ilegalidade** de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário (alternativa "E");*

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade (alternativa "B");

(...)

Resposta: Letra E

48)

É uma questão sobre o ciclo orçamentário ampliado. Basta olhar as alternativas e verificar qual se encaixa na sequência.

a) Correta.

Formulação e apresentação do PPA pelo Executivo > Apreciação e adequação do PPA pelo Legislativo > Apresentação da LDO com as metas pelo Executivo > Apreciação e adequação da LDO pelo Legislativo > Elaboração e apresentação da LOA pelo Executivo > Apreciação e adequação da LOA pelo Legislativo > Execução do orçamento aprovado pelo Legislativo > Controle pela avaliação da execução e controle de contas.

Analisando as demais alternativas:

b) c) e) Erradas. A LOA deve ir para a execução **depois** da fase de discussão/aprovação pelo Legislativo.

d) Errada. A apreciação e adequação da LOA devem ser realizadas pelo Poder **Legislativo**, na fase de discussão.

Resposta: Letra A

49)

No nosso país identificam-se, basicamente, quatro etapas no ciclo ou processo orçamentário:

- _ elaboração/planejamento da proposta orçamentária;
- _ discussão/estudo (apreciação)/aprovação da Lei de Orçamento;
- _ execução orçamentária e financeira; e
- _ avaliação/controle.

Resposta: Letra D

50)

a) Correta. A cada ano, o Presidente da República deve enviar o projeto anual de Lei de Diretrizes Orçamentárias até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15 de abril).

b) Errada. O Congresso Nacional deverá devolver o projeto anual de LDO para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa, que **não** poderá ser interrompida sem a aprovação do projeto.

c) Errada. No Congresso, o projeto de LDO poderá receber emendas, desde que compatíveis com o plano plurianual, que serão apresentadas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMPOF), onde receberão parecer, sendo apreciadas **na forma regimental, pelo Plenário das duas casas do Congresso Nacional**.

d) e e) Erradas. A LDO tem como principal finalidade orientar a elaboração da LOA, incluindo os orçamentos fiscal, **da seguridade social** e de investimento. Logo, são **interdependentes** e **influenciam** uma na outra.

Resposta: Letra A

51)

a) Errado. No nosso país identificam-se, basicamente, quatro etapas no ciclo ou processo orçamentário: elaboração/planejamento da proposta orçamentária; discussão/estudo/aprovação da Lei de Orçamento; execução orçamentária e financeira; **e avaliação/control**e.

b) Errado. O ciclo orçamentário corresponde ao período em que se processam as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até a aprovação final, sendo **superior** a 1 (um) ano civil.

c) Errado. O ciclo orçamentário **não** se confunde com o exercício financeiro, que é o período durante o qual se executa o orçamento.

d) Errado. No Brasil, o exercício financeiro coincide com o ano civil, conforme dispõe o artigo 34 da Lei nº 4.320/1964, e este coincide em parte com o ciclo orçamentário, sendo usualmente **menor** que o ciclo.

e) Correta. O ciclo orçamentário, ou processo orçamentário, pode ser definido como um processo contínuo, dinâmico e flexível, por meio do qual se elabora, aprova, executa, controla e avalia a programação de dispêndios do setor público nos aspectos físico e financeiro.

Resposta: Letra E

52)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

a) Errada. Leis de iniciativa do Poder **Executivo** estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

b) Errada. As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual, **sem exceções constitucionais**.

c) Errada. O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos de leis orçamentárias, **enquanto não iniciada** a votação na Comissão Mista, da parte cuja alteração é proposta.

d) Correta. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

e) Errado. É **vedado** o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual, **sem exceções constitucionais**.

Resposta: Letra D

53)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

(V) A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

(F) A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública federal, incluindo as despesas **de capital** para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

(F) O Poder Executivo publicará, até **30** dias após o encerramento de cada **bimestre**, relatório resumido da execução orçamentária.

(V) A Lei Orçamentária Anual compreenderá, entre outros, o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

(V) A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. É o princípio orçamentário da exclusividade.

Logo, a sequência correta é **V/ F/ F/ V/ V**

Resposta: Letra C

54)

_ o número de candidatos inscritos tenha ficado aquém do desejado, reduzindo as despesas com a realização das provas: **eficiência** (apesar da meta de candidatos inscritos ter sido menor que o almejado, as despesas foram reduzidas na mesma proporção, o que denota uma boa aplicação dos recursos com a realização das provas).

_ o número de candidatos que alcançou a pontuação mínima tenha ficado além do número de vagas existente: **eficácia** (meta física alcançada).

_ o perfil dos candidatos aprovados tenha sido considerado inadequado para o exercício das funções para as quais foi feita a seleção: **falta de efetividade** (a meta física foi alcançada, porém o objetivo final do processo não foi alcançado).

Diante disso, é correto concluir que o processo caracterizou-se simultaneamente por **eficiência, eficácia e falta de efetividade**.

Resposta: Letra B

55)

As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou

III – sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

Logo, há apenas três itens certos: I, II e IV.

Resposta: Letra D

56)

a) Errada. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária **será prévia, concomitante e subsequente** (art. 77 da Lei 4.320/1964).

b) Errada. As contas do Poder Executivo serão submetidas ao Poder Legislativo, com Parecer **Prévio** do Tribunal de Contas ou órgão equivalente (art. 82, § 1º, da Lei 4.320/1964).

c) Correta. O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento (art. 81 da Lei 4.320/1964).

d) Errada. O controle da execução orçamentária, pelo Poder **Legislativo**, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento (art. 81 da Lei 4.320/1964).

e) Errada. Quando no Município não houver Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a Câmara de Vereadores **poderá** designar peritos contadores para verificarem as contas do prefeito e sobre elas emitirem parecer.

Resposta: Letra C

57)

Coloquei esta questão para demonstrar a semelhança da Constituição Federal com as demais legislações. No caso em tela, todas estão corretas, com as devidas adaptações no âmbito estadual (como a utilização de "Estado" no lugar de "União").

Logo, são corretas as afirmativas **1, 2, 3 e 4**.

Resposta: Letra E

58)

a) Correta e d) Errada. O encaminhamento do plano plurianual é até **quatro** meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro de cada mandato.

b) e c) Erradas. O encaminhamento das diretrizes orçamentárias é até **oito meses e meio** antes do encerramento de cada exercício financeiro.

Resposta: Letra A

59)

Segundo o art. 74 da CF/1988, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- _ avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União (item I);
- _ comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- _ exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União (item II);
- _ apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional (item IV).

Não é finalidade do controle elaborar os Balanços Gerais da União.

Logo, somente são finalidades do controle (interno) **I, II e IV**.

Resposta: Letra A

60)

A cada ano, o Presidente da República deve enviar o projeto anual de **Lei de Diretrizes Orçamentárias** até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15 de abril).

Resposta: Letra A

61)

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do **Tribunal de Contas da União**, ao qual compete fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município (art. 71, VI, da CF/1988).

Resposta: Letra D

62)

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas (art. 71, VII, da CF/1988).

Resposta: Letra A

63)

Cada sessão legislativa possui dois períodos legislativos, o primeiro de **2 de fevereiro a 17 de julho e o segundo de 1.º de agosto a 22 de dezembro**.

Resposta: Letra B

64)

O ciclo orçamentário ampliado é composto por PPA, LDO e **LOA**.

Resposta: Errada

65)

Nos termos da CF/1988, o ciclo orçamentário ampliado desdobrar-se em oito fases, quais sejam:

- _ formulação do planejamento plurianual, pelo Executivo;
- _ apreciação e adequação do plano, pelo Legislativo;
- _ proposição de metas e prioridades para a administração e da política de alocação de recursos pelo Executivo;
- _ apreciação e adequação da LDO, pelo Legislativo;
- _ elaboração da proposta de orçamento, pelo Executivo;
- _ apreciação, adequação e autorização legislativa;
- _ execução dos orçamentos aprovados;
- _ avaliação da execução e julgamento das contas.

Tais fases são insuscetíveis de aglutinação, dado que cada uma possui ritmo próprio, finalidade distinta e periodicidade definida.

Resposta: Certa

66)

As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso, entre outros, sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Resposta: Certa

67)

As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o PPA e a LDO; indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa (**excluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos; serviço da dívida; transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal**) ou sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões; ou com os dispositivos do texto do projeto de lei.

Resposta: Errada

68)

O PPA **não** se confunde com o mandato do chefe do Executivo. O PPA é elaborado no primeiro ano de governo e entra em vigor no segundo ano. A partir daí, tem sua vigência até o final do primeiro ano do mandato seguinte. A ideia é manter a continuidade dos programas.

Resposta: Errada

69)

A SOF tem entre suas atribuições principais a coordenação, a consolidação e a

elaboração da proposta orçamentária da União, compreendendo **os orçamentos fiscal e da seguridade social**. O orçamento de investimentos cabe ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Planejamento, sendo ligado diretamente à Secretaria-Executiva. Assim, o DEST é responsável pela elaboração do Programa de Dispêndios Globais – PDG – e pela proposta do orçamento de investimentos das empresas estatais não dependentes.

Resposta: Errada

70)

O exercício financeiro coincide com o ano civil, ou seja, inicia-se em 1.º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano, conforme dispõe o art. 34 da Lei 4.320/1964.

Logo, os orçamentos anuais são executados no período de 1º de **janeiro** a 31 de dezembro de cada ano.

Resposta: Errada

71)

Cabe ao presidente da República enviar ao **Congresso Nacional** os projetos de lei do PPA, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

Resposta: Errada

72)

No âmbito federal, o projeto de **lei orçamentária anual** será encaminhado anualmente pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional até quatro meses antes do encerramento do exercício. Entretanto, o projeto de lei do plano plurianual será encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional até quatro meses antes do encerramento do **primeiro exercício financeiro do mandato**.

Resposta: Errada

73)

O PPA não se confunde com o mandato do chefe do Executivo. O PPA é elaborado no primeiro ano de governo e entra em vigor no segundo ano. A partir daí, tem sua vigência até o final do primeiro ano do mandato seguinte.

Resposta: Certa

74)

Se alguma Unidade Orçamentária, como a UNIPAMPA, achar insuficiente a dotação orçamentária para o PLOA, deve haver um consenso entre o Órgão Setorial e a SOF sobre a necessidade de alteração. Nessa situação, o presidente da República poderá enviar mensagem à **Comissão Mista**, propondo modificação no PLOA antes da conclusão da votação da respectiva parte do projeto.

Resposta: Errada

75) O exercício financeiro coincide com o ano civil, ou seja, inicia-se em 1.º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano, conforme dispõe o art. 34 da Lei 4.320/1964.

Resposta: Certa

Divulgue o livro mais completo de AFO e o único livro teórico com acesso a 1000 questões comentadas! Valorize o trabalho do autor para que sirva de exemplo!

Capítulo IV

1)

Os **créditos adicionais suplementares** são os destinados a reforço de dotação orçamentária. É o caso em tela: reforço de dotação orçamentária para a despesa com Serviços de Consultoria.

Resposta: Letra E

2)

a) Errada. Os créditos **suplementares** são destinados a reforço de dotação orçamentária.

b) Errada. Os créditos **extraordinários** são destinados a despesas urgentes e imprevistas.

c) Correta. Os créditos especiais são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

d) e e) Erradas. **Não** há créditos adicionais com a denominação de redutores, tampouco denominados excedentes.

Resposta: Letra C

3)

Não é necessária nenhuma conta.

Não há no orçamento da entidade dotação para a aquisição de material permanente, como é o caso da aquisição de computadores.

Logo, para a referida **aquisição, é necessária a abertura de créditos adicionais especiais, após autorização legislativa**, pois é a espécie destinada a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Resposta: Letra C

4)

Os **créditos adicionais extraordinários** são os destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, tais como em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Resposta: Letra D

5)

O Superávit Financeiro corresponde à diferença positiva entre o **ativo financeiro e o passivo financeiro**, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Resposta: Letra E

6)

- a) Correta. Os créditos especiais e extraordinários poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, desde que o ato de autorização seja promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, casos em que, reabertos nos limites dos seus saldos, poderão vigor até o término do exercício financeiro subsequente.
- b) Errada. Créditos para atender despesas em razão de calamidades públicas são denominados créditos **extraordinários**.
- c) Errada. Os créditos **especiais** destinam-se à criação de dotações orçamentárias.
- d) Errada. Não é necessária a indicação dos recursos para a abertura de créditos **extraordinários**.
- e) Errada. **Não** são todos os créditos adicionais que são abertos mediante decreto do Poder Executivo.
Resposta: Letra A

7)

Superávit financeiro é um conceito estudado na Contabilidade Pública, que corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
Resposta: Letra E

8)

- a) Correta. Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários.
- b) Correta. Os créditos especiais e suplementares são autorizados por lei. No caso apenas do suplementares, a autorização pode estar já na própria LOA.
- c) Correta. É vedada a abertura de créditos suplementares e especiais sem a indicação da fonte de recursos.
- d) É a incorreta. Não há tal determinação na Lei 4320/1964. As normas específicas autorizativas para os créditos suplementares estão na LDO e na LOA e podem variar de ano para ano.
- e) Correta. O superávit financeiro apurado no balanço patrimonial pode ser fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, desde que se refira ao exercício anterior.
Resposta: Letra D

9)

A abertura de créditos adicionais ocorre em virtude da necessidade de cobrir despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual. A questão pede a opção **incorreta** sobre o assunto:

a) Correta. Tanto para a abertura de créditos suplementares como para a de créditos especiais é obrigatória a indicação dos recursos disponíveis utilizados. Ela deve, ainda, ser precedida de exposição justificada.

b) Correta. Consoante dispõe a CF/1988, a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

c) É a incorreta. A vigência dos créditos especiais é limitada ao exercício em que forem abertos, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, casos em que, reabertos nos limites dos seus saldos, **poderão vigor até o término do exercício financeiro subsequente.**

d) Correta. Se abertos nos primeiros 8 meses do ano, a vigência limite para os créditos extraordinários será até o final do exercício financeiro. Se o ato de autorização fosse promulgado nos últimos quatro meses do ano poderiam vigor até o término do exercício financeiro subsequente.

e) Correta. Uma das possibilidades de fontes de recursos para a abertura de créditos suplementares e especiais é o excesso de arrecadação, que é o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

Resposta: Letra C

10)

Os créditos extraordinários são os destinados a despesas **urgentes e imprevisíveis**, tais como em caso de guerra ou calamidade pública, conforme o art. 167 da CF/1988.

Resposta: Letra C

11)

Os créditos adicionais, que dependem de autorização legislativa prévia para sua abertura, são denominados de **suplementares e especiais**. Para os créditos extraordinários, o conhecimento ao Poder Legislativo é dado imediatamente após a abertura.

Resposta: Letra E

12)

A LOA é organizada na forma de créditos orçamentários, aos quais estão consignadas dotações. O **crédito orçamentário** é constituído pelo conjunto de categorias classificatórias e contas que especificam as ações e operações autorizadas pela lei orçamentária, a fim de que sejam executados os

programas de trabalho do governo, enquanto a dotação é o montante de recursos financeiros com que conta o crédito orçamentário.

Resposta: Letra A

13)

Uma característica do crédito adicional especial é o atendimento a despesas não contempladas no orçamento. Outras são a **possibilidade** de prorrogação da vigência (desde que autorizados nos últimos quatro meses do exercício) e a **dependência** de indicação de fonte de recurso.

A autorização legislativa incluída na lei orçamentária e o reforço de dotação orçamentária são características dos créditos **suplementares**.

Resposta: Letra B

14)

Os créditos **extraordinários** são os destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, tais como em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Resposta: Letra C

15)

I) Correto. A chamada "janela orçamentária" é uma dotação simbólica, na lei orçamentária, em valor significativamente inferior ao custo da ação correspondente, com a finalidade de viabilizar, mediante pressões políticas, futuras suplementações. É um artifício político para esconder programas prioritários cujas despesas não deveriam chamar a atenção ou até mesmo esconder uma ação do governo que será negociada durante o ano.

II) Errado. Nem todos os créditos adicionais são autorizados por lei e abertos por decreto do executivo. Os créditos adicionais extraordinários são abertos por **medida provisória**.

III) Errado. A fonte de recurso de operações de créditos utiliza-se **do produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las**.

Logo, somente a afirmativa I está correta.

Resposta: Letra A

16)

Segundo o art. 40 da Lei 4.320/1964, são **créditos adicionais** as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Resposta: Letra A

17)

Os créditos adicionais são mecanismos retificadores do orçamento. As espécies são: **suplementares, especiais e extraordinários**.

Resposta: Letra B

18)

Os créditos **especiais** são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, devendo ser autorizados por lei.

Resposta: Letra B

19)

a) Errada. Os créditos adicionais são as autorizações de despesa já computadas ou **insuficientemente** dotadas na Lei de Orçamento.

b) Errada. Os créditos adicionais classificam-se em **especiais** quando destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

c) Errada. Os créditos adicionais classificam-se em **suplementares** quando destinados a reforço de dotação orçamentária.

d) Correta. A regra geral é que os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

e) Errada. Os créditos adicionais classificam-se em **suplementares** quando destinados a reforço de dotação orçamentária.

Resposta: Letra D

20)

(3. créditos extraordinários) atender despesas urgentes e imprevistas.

(1. créditos suplementares) reforço de dotação orçamentária.

(3. créditos extraordinários) independe de indicação de recursos.

(2. créditos especiais) atender a despesas não contempladas no orçamento.

(1. créditos suplementares) impossibilidade de prorrogação.

Logo, a sequência correta é **3, 1, 3, 2 e 1**.

Resposta: Letra C

21)

Os créditos adicionais que não dependem de autorização legislativa para sua abertura e que também independem de indicação da fonte de recursos são denominados créditos **extraordinários**. Não há outra espécie com tais características.

Já o termo "com vigência no exercício" se aplica como regra geral a todas as espécies de créditos adicionais. Vale ressaltar que os créditos especiais e extraordinários possuem exceção: não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, casos em que, reabertos nos limites dos seus saldos, poderão vigor até o término do exercício financeiro subsequente.

Resposta: Letra D

22)

a) Errada. Os créditos adicionais terão vigência no exercício financeiro em que forem abertos, salvo se o ato de abertura ocorrer nos últimos quatro meses do exercício, no que tange apenas aos **créditos especiais e extraordinários**.

b) Correta. Os créditos especiais são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, ou seja, cria novo item de despesa para atender a um objetivo não previsto na lei orçamentária anual.

c) Errada. O crédito **extraordinário** tem por finalidade atender a despesas imprevisíveis e exige tramitação diversa da aplicada aos demais créditos adicionais, já que é o único aberto por Medida Provisória.

d) Errada. É vedada a abertura de créditos adicionais **suplementares e especiais** sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

e) Errada. O crédito extraordinário destina-se a despesas **urgentes e imprevisíveis**, independe da existência de recursos disponíveis e é aberto por medida provisória do Poder Executivo.

Resposta: Letra B

23)

O superávit financeiro apurado em **balanço patrimonial** do exercício anterior é uma das fontes de recursos que podem ser utilizadas para abertura de créditos adicionais à Lei Orçamentária Anual.

Resposta: Letra C

24)

São três as condições para a reabertura que devemos considerar na resolução da questão:

- _ Serem créditos especiais ou extraordinários;
- _ Abertos nos últimos quatro meses do exercício;
- _ Existir saldo.

Assim, podem ser reabertos:

Tipo	Abertura	Autorizado	Utilizado	Saldo
Extraordinário	10/12	80	75	5
Extraordinário	30/09	35	30	5
Especial	31/10	130	120	10

Especial	30/11	10	5	5
Total	-	255	230	25

Logo, pode-se afirmar que o valor máximo admitido para uma possível reabertura do saldo remanescente dos créditos adicionais no orçamento do exercício de 2012 será de **R\$ 25.000,00**.

Resposta: Letra C

25)

Os **créditos especiais** são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, devendo ser autorizados por lei.

Resposta: Letra D

26)

Os créditos adicionais classificam-se em:

_ **Suplementares**: são os créditos destinados a reforço de dotação orçamentária.

_ **Especiais**: são os créditos destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

_ **Extraordinários**: são os créditos destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, como em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Resposta: Letra B

27)

Os créditos **suplementares** são os destinados a reforço de dotação orçamentária.

Resposta: Letra A

28)

Os créditos **especiais** são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, devendo ser autorizados por lei.

Resposta: Letra C

29)

a) Errada. Os créditos **suplementares** têm como finalidade reforçar a dotação orçamentária já existente, por exemplo, com o acréscimo de alguma despesa já existente.

b) Errada. Os créditos **especiais** têm como finalidade custear despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, criando um novo item de despesa para atender a um objetivo não previsto na Lei Orçamentária.

c) Correta. Os créditos extraordinários têm como finalidade atender despesas urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, e sua abertura ocorre por meio de medida provisória.

d) Errada. Os créditos adicionais são instrumentos de ajustes orçamentários e **têm** a finalidade de corrigir falhas da Lei orçamentária e mudanças de rumo nas políticas públicas.

e) Errada. Os créditos **extraordinários** têm como finalidade atender despesas urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, e sua abertura ocorre por meio de medida provisória.

Resposta: Letra C

30)

a) Errada. Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, isto é, os destinados a reforço de dotação orçamentária, em especiais, aqueles destinados a despesas para as quais **não** haja dotação orçamentária específica, e em extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

b) Errada. Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, isto é, os destinados a reforço de dotação orçamentária, e em extraordinários, aqueles destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública. Faltaram os créditos **especiais**.

c) Errada. Os créditos adicionais classificam-se em extraordinários, aqueles destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública, e em especiais, isto é, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. Faltaram os créditos **suplementares**.

d) Errada. Os créditos adicionais classificam-se em extraordinários, aqueles destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina e as decorrentes de calamidade pública, e em suplementares, isto é, os destinados a reforço de dotação orçamentária. Faltaram os créditos **especiais**.

e) Correta. Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, isto é, os destinados a reforço de dotação orçamentária, em especiais, aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, e em extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Resposta: Letra E

31)

I) Errado. Por crédito adicional, entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas **na lei orçamentária**.

II) Errado. De acordo com a classificação definida na Lei 4.320/1964, os créditos adicionais podem ser especial, suplementar e **extraordinário**.

III) Correta. Pode-se dizer que os créditos adicionais são valores que se adicionam ou crescem ao Orçamento (tanto que o nome é "adicionais"). Entretanto, relembro que em algumas situações o montante final de receitas e despesas não será alterado, logo, o valor global da LOA permanecerá o mesmo.

Logo, está correto apenas o item III.

Resposta: Letra C

32)

a) Correta. Os créditos especiais são os destinados a despesas que não haja dotação orçamentária específica na Lei Orçamentária Anual e, como regra geral, são abertos por Decreto do Chefe do Poder Executivo, após autorização por lei específica.

b) Errada. Os créditos **suplementares** são destinados a reforço de dotação orçamentária já existente na Lei Orçamentária Anual e os créditos **extraordinários** são abertos por Medida Provisória emitida pelo Chefe do Poder Executivo e submetidos de imediato ao poder Legislativo.

c) Errada. Os créditos especiais são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica na **lei orçamentária anual** e, como regra geral, são abertos **por Decreto do Chefe do Poder Executivo**, após autorização por lei específica.

d) Errada. Os créditos especiais terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos **quatro** meses daquele exercício, caso em que, reabertos, nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

e) Errada. Como regra geral, os créditos especiais terão vigência até o término do exercício financeiro em que forem autorizados. Entretanto, **não está completa**, pois se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, poderão ser reabertos, nos limites de seus saldos, sendo incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente. Em provas de múltipla escolha, devemos procurar a resposta mais completa entre as alternativas.

Resposta: Letra A

33)

Todas as alternativas estão corretas e servem como revisão de nosso estudo.

Resposta: Letra E

34)

Questão que mistura diversos temas da matéria.

a) Correta. Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários.

b) Errada. Item que trata do tema "Estágios da Receita e da Despesa". As etapas da **receita e da despesa orçamentária** são planejamento, execução, controle e avaliação.

c) Errada. Item que trata do tema "Ciclo Orçamentário". O ciclo **orçamentário** dá-se pela elaboração da proposta, discussão e aprovação, execução, controle e avaliação.

d) Errada. Os créditos adicionais classificam-se em **suplementares, especiais e extraordinários**.

e) Errada. Os créditos adicionais **especiais e extraordinários** podem ser incorporados ao orçamento do exercício **subsequente**, se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses do exercício financeiro.

Resposta: Letra A

35)

I) Correto. Os créditos adicionais especiais são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

II) Errado. Os créditos adicionais **extraordinários** são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

III) Correto. Os créditos adicionais suplementares são os destinados a reforço de dotação orçamentária.

Logo, estão corretas apenas I e III.

Resposta: Letra E

36)

Os créditos adicionais **extraordinários** são os destinados ao atendimento de despesas urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes de guerras, comoção interna ou calamidade pública.

Resposta: Letra C

37)

São créditos adicionais, **as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento** (art. 40 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra B

38)

A LOA é organizada na forma de créditos orçamentários, aos quais estão consignadas dotações. O crédito orçamentário é constituído pelo conjunto de categorias classificatórias e contas que especificam as ações e operações autorizadas pela lei orçamentária, a fim de que sejam executados os programas de trabalho do governo, enquanto a dotação é o montante de recursos financeiros com que conta o crédito orçamentário.

Resposta: Letra C

39)

A LOA é organizada na forma de créditos orçamentários, aos quais estão consignadas dotações. O **crédito orçamentário** é constituído pelo conjunto de categorias classificatórias e contas que especificam as ações e operações autorizadas pela lei orçamentária, a fim de que sejam executados os programas de trabalho do governo, enquanto a dotação é o montante de recursos financeiros com que conta o crédito orçamentário.

Resposta: Letra B

40)

Os créditos extraordinários são os destinados a **despesas urgentes e imprevisíveis, tais como em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública**, conforme rol exemplificativo apresentado pelo art. 167 da CF/1988.

Resposta: Letra E

41)

Na alternativa "A", **não** são fontes para a abertura de créditos adicionais as resultantes de recursos de receitas extraorçamentárias do mesmo exercício. As demais são fontes.

Resposta: Letra A

42)

Na alternativa "A", **não** são fontes para a abertura de créditos adicionais o superávit **patrimonial** apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior. O correto seria superávit **financeiro** apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, como previsto na alternativa "B". As demais são fontes.

Resposta: Letra A

43)

Os créditos adicionais classificam-se em **suplementares, especiais e extraordinários**.

Resposta: Letra A

44)

As alternativas I e II estão corretas.

Na alternativa III, os créditos especiais são destinados a despesas para as quais **não** haja dotação orçamentária específica.

Logo, apenas as afirmativas I e II estão corretas.

Resposta: Letra A

45)

Na alternativa "C", **créditos da dívida ativa não** são fontes para a abertura de créditos adicionais.

Excesso de arrecadação, empréstimos obtidos pelo estado (operações de crédito) e superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior são fontes para a abertura de créditos adicionais.

Resposta: Letra C

46)

Os créditos adicionais classificam-se em: **suplementares, especiais e extraordinários.**

Resposta: Letra D

47)

a) Errada. São **especiais** os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

b) Correta. São suplementares os destinados a reforço de dotação orçamentária.

c) Errada. **Extraordinários** são os destinados a despesas urgentes e imprevistas.

d) Errada. **Extraordinários** são os estabelecidos em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

e) Errada. São **suplementares** os destinados a reforço de dotação orçamentária, como para a conclusão de uma obra em andamento.

Resposta: Letra B

48)

a) Errada. São **suplementares** quando destinados ao reforço de dotação orçamentária.

b) Errada. São **extraordinários** para o caso de imprevisibilidade orçamentária, como as calamidades públicas.

c) Errada. Por crédito orçamentário inicial ou ordinário entende-se aquele aprovado pela lei orçamentária anual. **Não** são créditos adicionais.

d) Errada. São **suplementares** quando destinados ao reforço de dotação orçamentária, como se destinados à complementação de verbas já existentes para a manutenção da entidade.

e) Correta. São especiais para o caso de despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Resposta: Letra E

49)

a) Errada. Os créditos especiais **dependem** de prévia autorização em lei especial.

b) Errada. Os créditos **suplementares** destinam-se ao reforço de dotações orçamentárias que se tornaram insuficientes.

c) Errada. Os créditos extraordinários **não** necessitam de prévia autorização em lei específica.

d) Correta. Os créditos suplementares possuem vigência restrita ao exercício em que forem abertos.

e) Errada. Os créditos **extraordinários** destinam-se a atender despesas imprevisíveis e urgentes.

Resposta: Letra D

50)

Segundo o art. 40 da Lei 4.320/1964, são **créditos adicionais** as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Resposta: Letra B

51)

Os créditos adicionais classificam-se em: **suplementares, especiais e extraordinários.**

Resposta: Letra B

52)

Os créditos adicionais classificam-se em:

— Suplementares: são os créditos destinados a reforço de dotação orçamentária.

— Especiais: são os créditos destinados a despesas para as quais **não** haja dotação orçamentária específica.

— Extraordinários: são os créditos destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, como em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Logo, é correto o que está contido em I e III, apenas.

Resposta: Letra C

53)

(1. Créditos Especiais) Destinados a despesas, para as quais não haja dotação orçamentária específica, devendo ser autorizados por lei. Sua abertura depende da existência de recursos disponíveis. Estes créditos não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

(3. Créditos Suplementares) Destinados a reforço de dotação orçamentária. A Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para abertura destes créditos, limitados a determinada importância ou percentual, sem a necessidade de submissão ao Poder Legislativo. Terão vigência no exercício em que forem abertos.

(2. Créditos Extraordinários) Destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Serão abertos por medida provisória. Estes créditos não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Logo, a sequência correta é **1/ 3/ 2**.

Resposta: Letra A

54)

Segundo o art. 43 da Lei 4.320/1964, consideram-se recursos para esse fim, desde que não comprometidos:

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – os provenientes de excesso de arrecadação;

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las”.

Logo, **não** é fonte de recurso o saldo negativo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

A questão tentou confundir com o conceito de excesso de arrecadação, o qual sim seria fonte de recurso: o saldo **positivo** das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

Resposta: Letra D

55)

São **créditos adicionais** as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento (art. 40 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

56)

Vamos à análise:

_ **Excesso de arrecadação = + R\$ 300,00 U. M.;**

_ **Despesas passíveis de remanejamento (anulação de despesa) = + R\$ 200,00 U. M.;**

_ **Superávit financeiro do balanço patrimonial do exercício findo (anterior) = + R\$ 150,00 U. M.**

Logo, **é possível abrir crédito suplementar de até R\$ 650,00 U. M.**

Resposta: Letra C

57)

Vamos à análise:

_ **Excesso de arrecadação = + R\$ 250 mil.**

_ **Anulação parcial de dotação = + R\$ 180 mil.**

_ **Reabertura de créditos adicionais (utiliza suas fontes) = - R\$ 120 mil**

_ **Superávit financeiro do exercício anterior = + R\$ 55 mil.**

_ **Total = R\$ 250 mil + R\$ 180 mil - R\$ 120 mil + R\$ 55 mil = R\$ 365 mil**

Logo, será possível abrir um crédito suplementar de **até R\$ 365 mil.**

Resposta: Letra B

58)

a) Errada. **Não** existe a determinação de que a legislação relativa às alterações tributárias deva estar aprovada até a aprovação da LDO.

b) Errada. As empresas estatais que não dependem de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social **precisam** submeter a aprovação de suas aplicações ao Congresso Nacional, pois compõe o orçamento de investimento das estatais que também integra a LOA.

c) Errada. Em consonância com o princípio da exclusividade, a lei orçamentária poderá autorizar operações de crédito por antecipação de receita. Para tais operações, **não** há regra vedando vencimento posterior ao de aprovação da LDO.

d) Correta. A abertura de crédito especial com qualquer fonte depende de prévia autorização legislativa.

e) Errada. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, **mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.**

Resposta: Letra D

59)

I) Enchente inesperada, causando danos e prejuízos ao município e à sua população: **extraordinário**, despesa urgente e imprevisível.

II) Necessidade de pavimentação de vias de circulação local, para as quais já existia prévia, porém insuficiente, dotação orçamentária: **suplementar**, dotação orçamentária insuficiente.

III) Necessidade de realização de obra para ampliação da prefeitura, para a qual inexistia prévia dotação orçamentária: **especial**, inexistência de dotação orçamentária.

Os créditos adicionais a serem abertos para autorização das despesas decorrentes desses eventos são, respectivamente, **extraordinários, suplementares e especiais.**

Resposta: Letra D

60)

Os créditos adicionais especiais são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Resposta: Letra D

61)

De acordo com a Lei 4.320/1964, os créditos adicionais classificam-se em **suplementares, especiais e extraordinários.**

Resposta: Letra C

62)

De acordo com a Lei 4.320/1964, os créditos adicionais classificam-se em **suplementares, especiais e extraordinários.**

Resposta: Letra D

63)

a) Errada. Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários, sendo que os **suplementares** são destinados ao reforço de dotação orçamentária.

b) Errada. Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários, sendo que os **especiais** são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

c) Errada. Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários, sendo que os **extraordinários** são destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra ou calamidade pública.

d) Errada. Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários, sendo que os **suplementares** são destinados ao reforço de dotação orçamentária.

e) Correta. Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários, sendo que os suplementares são destinados ao reforço de dotação orçamentária.

Resposta: Letra E

64)

Quando o crédito adicional advier das fontes **anulação total ou parcial de dotação**, reserva de contingência ou recursos sem despesas correspondentes, o montante final de receitas e despesas não será alterado, logo, o valor global da LOA permanecerá o mesmo.

Resposta: Letra A

65)

Os **créditos suplementares** são os destinados a reforço de dotação orçamentária. Terão vigência limitada ao exercício em que forem autorizados.

Resposta: Letra C

66)

Os **créditos especiais** são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Resposta: Letra B

67)

Os **créditos especiais** são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Resposta: Letra C

68)

Vamos à análise:

_ **Excesso de arrecadação** (saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício) = **R\$ 360.000,00 - R\$ 270.000,00 - 25.000,00 = + R\$ 65.000,00.**

_ **Crédito extraordinário:** o crédito extraordinário aberto sem indicação de fonte de recursos deve ser abatido do excesso de arrecadação = **- R\$ 11.500,00.**

_ **Reabertura de créditos adicionais** (utiliza suas fontes) = **- R\$ 33.500,00**

_ **Superávit financeiro no balanço patrimonial do exercício anterior** = **R\$ 200.000,00 - R\$ 155.000,00 = + R\$ 45.000,00**

Total = + R\$ 65.000,00 - R\$ 11.500,00 - R\$ 33.500,00 + R\$ 45.000,00 = R\$ 65.000,00.

Logo, o valor dos recursos disponíveis que foi informado para a abertura desse crédito adicional foi igual a **R\$ 65.000,00.**

Resposta: Letra B

69)

Os créditos adicionais classificam-se em: **suplementares, especiais e extraordinários.**

Resposta: Letra C

70)

Os créditos **extraordinários** são os destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, como em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Resposta: Letra E

71)

As dotações inicialmente aprovadas na LOA podem revelar-se insuficientes para a realização dos programas de trabalho, ou pode ocorrer a necessidade de realização de despesa inicialmente não autorizada. Assim, a LOA poderá ser alterada no decorrer de sua execução por meio de **créditos adicionais.**

Resposta: Errada

72)

Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício (art. 43, § 4º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Certa

73)

Segundo o STF, **a lei de conversão não convalida os vícios existentes na medida provisória.** Isso significa que uma Medida Provisória que nasceu com um vício insanável, não se torna válida com a aprovação pelo Poder Legislativo e a consequente conversão em Lei.

Resposta: Errada

74)

Entende-se por **superávit financeiro** a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas (art. 43, § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Errada

75)

Ao receber a solicitação de crédito adicional, a SOF elabora o pleito de créditos e, por meio de uma análise criteriosa da solicitação, decide por atendê-la ou não. Os Analistas de Planejamento e Orçamento da SOF verificam se a solicitação está em conformidade com a metodologia utilizada e se atende aos parâmetros legais vigentes, fazem os ajustes necessários e avaliam a viabilidade de atendimento da solicitação. Caso seja aprovado o pedido de crédito adicional, serão preparados os atos legais necessários à formalização da alteração no orçamento. Por exemplo, caso se trate de um crédito suplementar dependente de autorização legislativa, caberá à SOF a elaboração do projeto de lei correspondente.

Resposta: Certa

76)

Os créditos suplementares terão vigência limitada ao exercício em que forem autorizados. Logo, os saldos não empenhados até o final do exercício financeiro serão extintos.

Resposta: Certa

77)

O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível (art. 46 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Certa

78)

Os Presidentes de Tribunais **não** tem legitimidade para propor abertura de créditos adicionais especiais, ou seja, para atender a despesas que ainda não tenham dotação orçamentária específica.

Resposta: Errada

79)

Caso a nova despesa seja também urgente e imprevisível, poderá ser utilizado o crédito **extraordinário**.

Resposta: Errada

80)

Os créditos **especiais** são aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Resposta: Errada

Adicione o professor no facebook:

<https://www.facebook.com/profsergiomendes>.

Fique por dentro das novidades na matéria.

Capítulo V

1)

De acordo com o princípio da **exclusividade**, a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

O que eu quero dizer é que uma autorização para a criação de cargos públicos, por exemplo, não pode constar unicamente na LOA. A LOA vai refletir o aumento da despesa (pois toda despesa deve estar na LOA), mas esse aumento tem que ser criado por um instrumento legal prévio. No caso, seria uma lei anterior autorizando a criação de novos cargos públicos.

Resposta: Letra D

2)

A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de **unidade, universalidade e anualidade** (art. 2º da Lei 4320/1964).

O princípio da anualidade também é conhecido como princípio da **periodicidade**.

Resposta: Letra A

3)

De acordo com o princípio da **universalidade**, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta.

Resposta: Letra A

4)

O princípio da não vinculação de receitas dispõe que nenhuma receita de impostos poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos e determinados gastos, salvo as ressalvas constitucionais.

Resposta: Letra C

5)

De acordo com o princípio da **exclusividade**, a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Resposta: Letra C

6)

Pelo princípio da exclusividade, a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Resposta: Letra B

7)

O princípio da não vinculação de receitas dispõe que nenhuma receita de impostos poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos e determinados gastos, salvo as ressalvas constitucionais.

Exceções ao Princípio da Não Vinculação:

- _ Repartição constitucional dos impostos;
- _ Destinação de recursos para a Saúde;
- _ Destinação de recursos para o desenvolvimento do ensino;
- _ Destinação de recursos para a atividade de administração tributária;
- _ Prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita;
- _ Garantia, contragarantia à União e pagamento de débitos para com esta.

a) Errada. As despesas com pessoal **não** são exceções.

b) Correta. Os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, bem como os Fundos de Desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste são exceções por serem repartições constitucionais dos impostos. Outra exceção é a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.

c) Errada. As despesas com pessoal **não** são exceções.

d) Errada. São **diversas** exceções, como visto acima.

e) Errada. **Nenhuma** dessas são exceções.

Resposta: Letra B

8)

a) Correta. O orçamento deve expressar as realizações e objetivos de forma programada, planejada. O princípio da programação decorre da necessidade da estruturação do orçamento em programas, dispondo que o orçamento deva ter o conteúdo e a forma de programação.

b) Correta. De acordo com o princípio da anualidade, o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um período de um ano, consoante nossa Constituição.

c) Correta. Segundo o princípio da unidade, o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento, e não mais que um para cada ente da federação em cada exercício financeiro.

d) Correta. O princípio da universalidade ou globalização dispõe que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

e) É a incorreta. **Não** existe princípio orçamentário da previsão ativa.

Resposta: Letra E

9)

a) Errada. O princípio da **exclusividade** da matéria orçamentária estabelece que somente deve constar no orçamento matéria pertinente à fixação da despesa e à previsão da receita. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.

b) Correta. O princípio da programação decorre da necessidade da estruturação do orçamento em programas, dispondo que o orçamento deva ter o conteúdo e a forma de programação. Tal princípio vincula as normas orçamentárias à consecução e à finalidade do Plano Plurianual e aos programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

c) Errada. O princípio da **proibição do estorno** preconiza que não pode haver transferência, transposição ou remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa.

d) Errada. O princípio do **orçamento bruto** estabelece que todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

e) Errada. O princípio da **exclusividade** estabelece que a lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.

Resposta: Letra B

10)

O princípio do **equilíbrio** orçamentário visa assegurar que as despesas autorizadas não serão superiores à previsão das receitas. Já o princípio da **unidade** determina que o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento, e não mais que um para cada ente da federação em cada exercício financeiro.

Resposta: Letra E

11)

A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de **unidade, universalidade e anualidade** (art. 2º da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

12)

O princípio da **exclusividade** surgiu para evitar que o orçamento fosse utilizado para aprovação de matérias sem nenhuma pertinência com o conteúdo orçamentário, em virtude da celeridade do seu processo.

Determina que a Lei Orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária (ARO).

Resposta: Letra D

13)

De acordo com o princípio da **universalidade**, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta. Assim, o Poder Legislativo pode conhecer, a priori, todas as receitas e despesas do governo.

Resposta: Letra E

14)

(3. Universalidade) todas as receitas e despesas devem constar da LOA pelos valores totais

(1. Anualidade) refere-se à periodicidade do orçamento

(5. Equilíbrio) atende a política fiscal definida pela LC 101/00

(2. Unidade) os orçamentos fiscal, de seguridade social e de investimentos são aprovados juntos na LOA

(4. Exclusividade) somente receitas e despesas devem constar da LOA

Logo, a sequência é **3 - 1 - 5 - 2 - 4**.

Resposta: Letra B

15)

O princípio do **orçamento bruto** determina que todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções

Resposta: Letra A

16)

De acordo com o princípio da **universalidade**, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta.

Resposta: Letra B

17)

Questão baseada integralmente na Lei 4.320/1964:

a) Correta. A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei (art. 3º).

b) É a incorreta. A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa **de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo**, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade (art. 2º).

c) Correta. A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade (art. 2º).

d) Correta. A Lei 4320/1964 estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (art. 1º).

e) Correta. A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar (art. 4º).

Resposta: Letra B

18)

De acordo com o **princípio da especificação**, a Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.

Resposta: Letra C

19)

O princípio do equilíbrio visa assegurar que as despesas autorizadas não serão superiores à previsão das receitas na lei orçamentária anual. Outras áreas, como as relacionadas às finanças públicas, aplicam o **princípio do equilíbrio**.

Resposta: Letra A

20)

Equilíbrio, anualidade, exclusividade e universalidade são princípios orçamentários.

A **avaliação** é uma etapa do ciclo orçamentário, mas não constitui um princípio.

Resposta: Letra C

21)

A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de **unidade, universalidade e anualidade** (art. 2º da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

22)

Entidade, Competência, Suficiência e Impessoalidade **não** são princípios orçamentários.

Totalidade, universalidade e exclusividade são princípios orçamentários.

Resposta: Letra E

23)

São princípios orçamentários: exclusividade, periodicidade (ou anualidade), universalidade e legalidade.

Regressividade **não** é princípio orçamentário.

Resposta: Letra E

24)

O princípio da **unidade** permite ao Poder Legislativo o controle racional e direto das operações financeiras de responsabilidade do Executivo.

Resposta: Letra D

25)

De acordo com o princípio da universalidade, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta.

Resposta: Letra A

26)

O princípio da unidade determina que **cada entidade de direito público deve possuir apenas um orçamento**. Ou seja, deve existir apenas um orçamento, e não mais que um para cada ente da Federação em cada exercício financeiro.

Resposta: Letra B

27)

O princípio da exclusividade surgiu para evitar que o orçamento fosse utilizado para aprovação de matérias sem nenhuma pertinência com o conteúdo orçamentário, em virtude da celeridade do seu processo.

Determina que a Lei Orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária (ARO).

Resposta: Letra D

28)

O **princípio da não vinculação (ou não afetação)** de receitas dispõe que nenhuma receita de impostos poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos e determinados gastos, salvo as ressalvas constitucionais.

Resposta: Letra E

29)

a) Errada. Pelo princípio da **anualidade**, a autorização legislativa para a execução orçamentária deve ser renovada a cada exercício financeiro.

b) Errada. Pelo princípio da **exclusividade**, a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

c) Correta. Pelo princípio da não afetação da receita, a lei veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções previstas na própria Constituição Federal.

d) Errada. Pelo princípio da **quantificação dos créditos orçamentários**, é vedada a concessão ou utilização de créditos ilimitados, **sem exceções**.

e) Errada. Pelo princípio da **especificação**, a Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.

Resposta: Letra C

30)

O **princípio da exclusividade** determina que a Lei Orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.

Assim, o princípio da exclusividade tem o objetivo de limitar o conteúdo da Lei Orçamentária, impedindo que nela se inclua normas pertencentes a outros campos jurídicos, como forma de se tirar proveito de um processo legislativo mais rápido. Tais normas que compunham a LOA sem nenhuma pertinência com seu conteúdo eram denominadas "caudas orçamentárias" ou "orçamentos rabilongos". Por outro lado, as exceções ao princípio possibilitam uma pequena margem de flexibilidade ao Poder Executivo para a realização de alterações orçamentárias.

Resposta: Letra C

31)

O **princípio da eficiência é da administração pública**. Os demais são princípios orçamentários.

Resposta: Letra C

32)

Segundo o **princípio da unidade**, o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento, e não mais que um para cada ente da Federação em cada exercício financeiro.

Resposta: Letra B

33)

Todas estão corretas: I, II e III.

Resposta: Letra E

34)

Segundo o princípio da **unidade ou totalidade**, o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento, e não mais que um para cada ente da Federação em cada exercício financeiro.

Logo, não é possível a unificação, pois ferirá diretamente o princípio orçamentário da **unidade ou totalidade**.

Resposta: Letra A

35)

Houve uma remodelação pela doutrina do princípio da **unidade**, de forma que abrangesse as novas situações, sendo por muitos denominado de princípio da **totalidade**, sendo construído, então, para possibilitar a coexistência de múltiplos orçamentos que, entretanto, devem sofrer consolidação. A Constituição trouxe um modelo que, em linhas gerais, segue o princípio da totalidade, pois a composição do orçamento anual passou a ser a seguinte: orçamento fiscal, orçamento da seguridade social e orçamento de investimentos das estatais.

Resposta: Letra E

36)

O princípio da exclusividade tem o objetivo de limitar o conteúdo da Lei Orçamentária (ou seja, limitando a amplitude da LOA), impedindo que nela se incluam normas pertencentes a outros campos jurídicos, como forma de se tirar proveito de um processo legislativo mais rápido.

Resposta: Letra D

37)

Segundo o princípio da **unidade**, o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento, e não mais que um para cada ente da federação em cada exercício financeiro.

Resposta: Letra A

38)

O princípio da **exclusividade** surgiu para evitar que o orçamento fosse utilizado para aprovação de matérias sem nenhuma pertinência com o conteúdo orçamentário, em virtude da celeridade do seu processo. Determina que a Lei Orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.

Resposta: Letra C

39)

I) Errado. A inclusão de dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa na lei orçamentária anual fere o princípio da **exclusividade**.

II) Errado. O princípio do **equilíbrio** estabelece que o montante da despesa não deve ultrapassar a receita prevista para o período.

III) Correto. O princípio da não afetação das receitas veda a apropriação de receitas de impostos a despesas específicas, salvo as exceções constitucionais.

IV) Correto. O princípio da publicidade também é orçamentário, pois as decisões sobre orçamento só têm validade após a sua publicação em órgão da imprensa oficial. É condição de eficácia do ato a divulgação em veículos oficiais de comunicação para conhecimento público, de forma a garantir a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Logo, estão corretos os itens III e IV.

Resposta: Letra D

40)

O princípio da **exclusividade** determina que a lei orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária (ARO). Por exemplo, o orçamento não pode conceder aumento de remuneração aos servidores públicos. Naturalmente, como o orçamento trata de receita e despesa pública, o aumento refletirá na LOA, porém ele deve ser concedido em uma Lei anterior.

Resposta: Letra B

41)

O art. 15 da Lei 4320/1964 está relacionado ao princípio da **especificação**, pois se refere à discriminação da despesa:

*Art. 15. Na Lei de Orçamento a **discriminação** da despesa far-se-á no mínimo por elementos.*

§ 1º Entende-se por elementos o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução dos seus fins.

Resposta: Letra B

42)

O princípio do **equilíbrio** visa assegurar que as despesas autorizadas não serão superiores à previsão das receitas. Em outras palavras, procura-se consolidar uma salutar política econômico-financeira que produza a igualdade entre valores de receita e despesa, evitando dessa forma, déficits espirais, que

causam endividamento congênito, isto é, déficit que obriga a constituição de dívida que, por sua vez, causa o déficit.

Resposta: Letra A

43)

a) Errada. A afirmativa que o período de um ano para o orçamento é o que melhor atende à concretização dos objetivos sociais e econômicos está relacionado ao princípio da **anualidade**.

b) Correta. O princípio do equilíbrio está relacionado a uma salutar política econômico-financeira que produza a igualdade entre valores de receita e despesa, evitando dessa forma, déficits espirais, que causam endividamento congênito, isto é, déficit que obriga a constituição de dívida que, por sua vez, causa o déficit.

c) Errada. O princípio da **clareza** diz respeito ao caráter formal, tem grande importância para tornar o orçamento um instrumento eficiente de governo e administração. O poder de comunicação do documento terá influência em sua melhor e mais ampla utilização e sua difusão será tanto mais abrangente quanto maior for a clareza que refletir.

d) Errada. A afirmativa que o documento orçamentário integrado deve conter todos os aspectos dos elementos programáveis que o constituem está relacionada ao princípio da **universalidade**.

e) Errada. De acordo com o princípio da **exclusividade** deve-se evitar que incluam na lei de orçamento, normas relativas a outros campos jurídicos e, portanto, estranhas à previsão da receita e da fixação da despesa.

Resposta: Letra B

44)

De acordo com o princípio da **universalidade**, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta.

Está na Lei 4.320/1964:

*"Art. 2º A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, **universalidade** e anualidade.*

*Art. 3º A Lei de Orçamentos **compreenderá todas as receitas**, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.*

*Art. 4º A Lei de Orçamento **compreenderá todas as despesas** próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no art. 2º."*

O § 5º do art. 165 da CF/1988 se refere à **universalidade**, quando o constituinte determina a abrangência da LOA:

“§ 5º A Lei Orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.”

Resposta: Letra C

45)

O princípio da **não vinculação (ou não afetação)** de receitas dispõe que nenhuma receita de impostos poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos e determinados gastos, salvo as ressalvas constitucionais.

Está na Constituição Federal, no art. 167, inciso IV:

“Art. 167. São vedados:

(...)

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo.”

Resposta: Letra C

46)

São princípios orçamentários: clareza, exclusividade, não vinculação da receita de impostos e unidade.

Os demais termos apresentados **não** correspondem a princípios orçamentários.

Resposta: Letra E

47)

De acordo com o **princípio da universalidade**, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta.

Resposta: Letra E

48)

O princípio da não vinculação de receitas dispõe que nenhuma receita de impostos poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos e determinados gastos, salvo as ressalvas constitucionais:

- _ Repartição constitucional dos impostos;
- _ **Destinação de recursos para a Saúde;**
- _ Destinação de recursos para o desenvolvimento do ensino;
- _ Destinação de recursos para a atividade de administração tributária;
- _ Prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita;
- _ Garantia, contragarantia à União e pagamento de débitos para com esta.

Resposta: Letra A

49)

O **princípio da exclusividade** determina que a Lei Orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária (ARO).

Resposta: Letra B

50)

Segundo o **princípio da anualidade**, o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um período de um ano. É conhecido também como princípio da periodicidade, numa abordagem em que o orçamento deve ter vigência limitada a um exercício financeiro.

Resposta: Letra C

51)

a) Errada. O princípio da **universalidade** determina que a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

b) Errada. O princípio da **exclusividade** estabelece que a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de créditos **suplementares** e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

c) Errada. O princípio do **orçamento bruto** obriga registrarem-se receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

d) Correta. O princípio da totalidade determina a existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

Resposta: Letra D

52)

a) Errada. Segundo o princípio da **unidade**, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa.

b) Correta. De acordo com o princípio da exclusividade, a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

c) Errada. O princípio da **totalidade** determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

d) Errada. Segundo o princípio da **universalidade**, a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

e) Errada. Consoante o princípio da **anualidade**, o orçamento deve ter vigência limitada a um exercício financeiro, o qual coincidirá com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Resposta: Letra B

53)

São princípios orçamentários: Unidade (I), Universalidade (IV) e Anualidade (V).

Nos demais itens o correto seria **Não** Vinculação das Receitas (II) e **Discriminação** (III).

Logo, é correto o que está contido em I, IV e V, apenas.

Resposta: Letra E

54)

A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de **unidade, universalidade e anualidade** (art. 2º da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

55)

O princípio da **exclusividade** determina que a Lei Orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos **suplementares** e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.

Como os créditos **especiais** não se incluem nas exceções, conclui-se, nessas circunstâncias, que se desobedeceu ao princípio da **exclusividade**.

Resposta: Letra E

56)

De acordo com o **Princípio da uniformidade ou consistência**, o orçamento deve manter uma mínima padronização ou uniformidade na apresentação de seus dados, de forma a permitir que os usuários realizem comparações entre os diversos períodos. Apesar de facilitar para os usuários, tal princípio perdeu um pouco de importância, pois atualmente é possível fazer realinhamentos de séries históricas utilizando outros meios, que trazem dados passados para a formatação atual.

Resposta: Letra A

57)

O princípio da **exclusividade** determina que a Lei Orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.

Resposta: Letra B

58)

O princípio da **exclusividade** determina que a Lei Orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.

Resposta: Letra B

59)

(4) Princípio da não afetação de receita: a receita não deve ser comprometida para atender a certas e determinadas despesas.

(5) Princípio do equilíbrio: para cada exercício financeiro, o montante fixado para a despesa orçamentária não deve ser maior que o da receita prevista.

(1) Princípio da unidade: cada unidade governamental deve possuir apenas um orçamento.

(3) Princípio da exclusividade: A lei orçamentária não deve conter dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação das despesas.

(2) Princípio da universalidade: O orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado.

Logo, a correlação correta é 4 – 5 – 1 – 3 – 2.

Resposta: Letra B

60)

Em casos de déficit, a Lei de Orçamento indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para atender a sua cobertura (art. 7º, § 1º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra C

61)

O princípio da **publicidade** também é orçamentário, pois as decisões sobre orçamento só têm validade após a sua publicação em órgão da imprensa oficial. É condição de eficácia do ato a divulgação em veículos oficiais de comunicação para conhecimento público, de forma a garantir a transparência na elaboração e execução do orçamento. Assim, tem-se a garantia de acesso para qualquer interessado às informações necessárias ao exercício da fiscalização sobre a utilização dos recursos arrecadados dos contribuintes.

Resposta: Letra B

62)

a) Correta. Em matéria orçamentária, a Administração Pública subordina-se às prescrições legais. O orçamento será, necessariamente, objeto de uma lei, resultante de um processo legislativo completo, apesar de possuir um ciclo com características diferenciadas. Assim, como toda lei ordinária cuja iniciativa seja do Poder Executivo, é um projeto enviado ao Poder Legislativo, para apreciação e posterior devolução, a fim de que ocorra a sanção e a publicação. Tal afirmativa está relacionada ao princípio da legalidade orçamentária.

b) É a incorreta. A regra geral é que a Lei de Orçamento **não** consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras. Tal afirmativa está relacionada ao princípio especificação.

c) Correta. Só existe um Orçamento para cada ente federativo. Cada ente deve possuir o seu Orçamento, fundamentado em uma política orçamentária e estruturado uniformemente. Tal afirmativa está relacionada ao princípio da unidade.

d) Correta. O Orçamento deve agregar todas as receitas e despesas de toda a administração direta e indireta dos Poderes. A Lei orçamentária deve incorporar todas as receitas e despesas, ou seja, nenhuma instituição pública que receba recursos orçamentários ou gerencie recursos federais pode ficar de fora do Orçamento. Tal afirmativa está relacionada ao princípio da universalidade.

e) Correta. O Orçamento cobre um período limitado. No Brasil, este período corresponde ao ano ou exercício financeiro, de 01/01 a 31/12. O período estabelece um limite de tempo para as estimativas de receita e fixação da despesa, ou seja, o orçamento deve se realizar no exercício que corresponde ao próprio ano fiscal. Tal afirmativa está relacionada ao princípio da anualidade.

Resposta: Letra B

63)

A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do

Governo, obedecidos os princípios de **unidade, universalidade e anualidade** (art. 2º da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra A

64)

A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de **unidade, universalidade e anualidade** (art. 2º da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra D

65)

a) e d) Erradas. O princípio da **anualidade** preconiza que as previsões da receita e a fixação da despesa devem sempre se referir a um período limitado de tempo.

b) Correta e c) Errada. O princípio da **universalidade** preconiza que devem ser incluídas no orçamento público todas as receitas e despesas, de modo a oferecer ao poder legislativo controle adequado sobre as operações financeiras realizadas pelo poder executivo.

Resposta: Letra B

66)

De acordo com o **princípio da especificação**, a Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.

Resposta: Letra B

67)

Segundo o princípio da **exclusividade**, a lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Resposta: Letra A

68)

Segundo o **princípio da unidade**, o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento, e não mais que um para cada ente da Federação em cada exercício financeiro.

Resposta: Letra B

69)

Na alternativa "A", o princípio do equilíbrio visa assegurar que **as despesas autorizadas não serão superiores à previsão das receitas**.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra A

70)

- a) Errada. De acordo com o princípio da **universalidade**, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.
- b) Correta. Segundo o princípio da anualidade, o orçamento deve ter vigência limitada a um exercício financeiro.
- c) Errada. Consoante o princípio da **legalidade**, todas as leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) são encaminhadas pelo Poder Executivo para discussão e aprovação pelo Poder Legislativo.
- d) Errada. De acordo com o princípio da **unidade**, deve haver somente um orçamento para um exercício financeiro, com todas as receitas e despesas.
- e) Errada. Consoante o princípio da **exclusividade**, a lei orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.

Resposta: Letra B

71)

Segundo o princípio da unidade, o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento, e não mais que um **para cada ente da Federação** em cada exercício financeiro.

Assim, **não** existe um orçamento nacional unificado.

Resposta: Errada

72)

O princípio do **orçamento bruto veda** que as despesas ou receitas sejam incluídas no orçamento nos seus montantes líquidos.

Resposta: Errada

73)

O erro da questão é dizer que o princípio orçamentário da unidade é um dos mais antigos no Brasil no que se refere à aplicação PRÁTICA. Apesar de estar previsto desde a Lei n.º 4.320/1964, **somente com a CF/1988 foi efetivamente colocado em prática**. Antes disso, havia diversas peças orçamentárias não consolidadas, como o orçamento monetário, que sequer passava pela aprovação legislativa.

Resposta: Errada

74)

O princípio do orçamento bruto **veda** que as despesas ou receitas sejam incluídas no orçamento ou em qualquer dos tipos de créditos adicionais nos seus montantes líquidos. Logo, no caso em tela, a dedução de receitas sem a discriminação dos valores originais **fere** o princípio do orçamento bruto.

Resposta: Errada

75)

A ausência de discriminação da dotação global na reserva de contingência é uma **exceção** ao princípio da discriminação. **Não** contraria nenhum princípio.

Resposta: Errada

Você está estudando pelo livro de Administração Financeira e Orçamentária/Orçamento Público mais completo do mercado e adotado pelas principais bancas examinadoras. Agora é com você para se dar bem nessas matérias!

Capítulo VI

1)

a) Correta. É vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (art. 167, VI, da CF/1988).

b) Errada. É **vedada** a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes (art. 167, V, da CF/1988).

c) e e) Erradas. É **vedada** a **transposição**, o **remanejamento** ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (art. 167, VI, da CF/1988).

d) Errada. É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, **ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta** (art. 167, III, da CF/1988).

Resposta: Letra A

2)

a) Errada. É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e **sem indicação dos recursos correspondentes**.

b) Errada. É vedada a concessão ou utilização de **créditos ilimitados**.

c) Correta. É vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa. É o princípio da proibição do estorno.

d) Errada. É vedada a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas **que excedam os créditos orçamentários ou adicionais**.

e) Errada. É vedado o início de programas ou projetos **não incluídos na lei orçamentária anual**.

Resposta: Letra C

3)

Uma das vedações constitucionais em matéria orçamentária é o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual (art. 167, I, da CF/1988).

Resposta: Letra D

4)

No que diz respeito aos orçamentos, é vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, **sem** prévia autorização legislativa. Logo, **não** é vedada a instituição de fundos de qualquer natureza **com** prévia autorização legislativa. As demais alternativas trazem vedações constitucionais em matéria orçamentária.

Resposta: Letra A

5)

a) Errada. É vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, **sem prévia autorização legislativa**.

b) Errada. É vedada a concessão ou utilização de créditos **ilimitados**.

c) Correta. É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

d) Errada. A abertura de crédito **extraordinário** somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

e) Errada. É vedado o de início de programas ou projetos **não** incluídos na LOA.

Resposta: Letra C

6)

a) Errada. É **vedada** a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

b) Correta. É permitida a abertura de crédito extraordinário sem prévia autorização legislativa. O que é vedado é a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa.

c) Errado. É **vedado** o início de programas ou projetos não incluídos na LOA.

d) Errada. É **vedada** a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

e) Errada. Segundo o princípio da não afetação de receitas, é vedada a vinculação de impostos por legislação infraconstitucional. Logo, afirmar que é permitida a vinculação de receita tributária, **a qualquer título**, por algum dispositivo infraconstitucional está errado.

Resposta: Letra B

7)

a) Errada. É **vedada** a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes (art. 167, V, da CF/1988).

b) Correta. É vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa (art. 167, VI, da CF/1988).

c) Errada. É **vedado** o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual (art. 167, I, da CF/1988).

d) Errada. É vedada a vinculação de receita de impostos, **ressalvada** a repartição do produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza pertencentes aos municípios, entre outros.

e) Errada. É **vedada** a concessão ou utilização de créditos ilimitados (art. 167, VII, da CF/1988).

Resposta: Letra B

8)

a) Errada. O PPA é instituído por **lei ordinária**.

b) Errada. A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos **Poderes da União**, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

c) Correta. De acordo com o § 2º do art. 167 da CF/1988, os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

d) Errada. É vedada a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos. **Não** há previsão de 20% em caráter de exceção.

e) Errada. É vedado o início de programas ou projetos **não incluídos na lei orçamentária anual**. **Não** há previsão de exceções.

Resposta: Letra C

9)

a) Errada. É **vedada** a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

b) Errada. A autorização legislativa é **anterior** à abertura do crédito especial e deve ser realizada por Lei específica (**não** pode ser na LOA). A indicação da origem dos recursos é **obrigatória**.

c) Errada. **Apenas** a abertura de créditos **extraordinários** será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

d) Correta. A possibilidade de ultrapassar o exercício financeiro só existe para os créditos especiais e para os créditos extraordinários.

e) Errada. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelo **Congresso Nacional**, na forma do regimento comum.

Resposta: Letra D

10)

a) Errada. É **vedado** o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual (art. 167, I, da CF/1988).

b) d) Erradas. É **vedada** a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais (art. 167, II, da CF/1988).

c) Correta. É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta (art. 167, III, da CF/1988). Assim, se a ressalva for respeitada, é permitida a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital.

e) Errada. Conforme comentado no item anterior, a ressalva **não** inclui análise prévia de Tribunal de Contas.

Resposta: Letra C

11)

a) Errada. É **vedado** o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual (art. 167, I, da CF/1988).

b) Correta. Pelo motivo da alternativa anterior, está correta: É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual (art. 167, I, da CF/1988).

c) Errada. É **vedada** a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes (art. 167, V, da CF/1988).

d) Errada. É **vedada** a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (art. 167, VI, da CF/1988).

e) Errada. É **vedada** a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (art. 167, XI, da CF/1988).

Resposta: Letra B

12)

O saldo positivo do fundo especial apurado em balanço **será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo**, salvo determinação em contrário da lei que o instituiu (art. 73 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra D

13)

A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de **controle, prestação e tomada de contas**, sem, de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente (art. 74 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

14)

Constitui **fundo especial** o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Resposta: Letra A

15)

É **vedada** a abertura de crédito **suplementar ou especial** sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes (art. 167, V, da CF/1988).

Resposta: Letra D

16)

a) Errada. É **vedado** o início de programas e projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

b) Correta. É vedada a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra sem autorização legislativa. Logo, mediante autorização legislativa é permitida a transferência.

c) Errada. É **vedada** a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

d) Errada. É **vedada** a instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa.

e) Errada. É **vedada** a utilização, sem autorização legislação específica, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade fiscal para cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.

Resposta: Letra B

17)

I) Correto. É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes (art. 167, V, da CF/1988).

II) Correto. É vedada a concessão ou utilização de créditos ilimitados (art. 167, VII, da CF/1988).

III) Errada. É **vedada** a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 167, X, da CF/1988).

Logo, é correto o que se afirma em I e II, apenas.

Resposta: Letra A

18)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

a) Correta. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

b) Correta. A lei orçamentária anual não pode conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, sendo liberadas, em caráter de exceção, as autorizações para créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária. Trata-se do princípio da exclusividade.

c) É a incorreta. É **vedada** a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 167, X, da CF/1988).

d) Correta. É o princípio da proibição do estorno. São vedados a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de

programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (art. 167, VI, da CF/1988).

e) Correta. É vedada a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que extrapolem os créditos orçamentários ou adicionais (art. 167, II, da CF/1988).

Resposta: Letra C

19)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

a) Errada. **São** permitidas emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias desde que não sejam incompatíveis com o PPA.

b) Correta. É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes (art. 167, V, da CF/1988).

c) Errada. É **vedada** a concessão ou utilização de créditos ilimitados (art. 167, VII, da CF/1988).

d) Errada. É **vedada** a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (art. 167, VI, da CF/1988).

e) Errada. É **vedada** a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais (art. 167, VI, da CF/1988).

Resposta: Letra B

20)

a) Errada. É vedada a abertura de crédito **suplementar ou especial** sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos (art. 167, V, da CF/1988).

b) Correta. É vedada a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos. Logo, admite-se a utilização, mediante autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos (art. 167, VIII, da CF/1988).

c) Errada. É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou **especiais** com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta (art. 167, III, da CF/1988).

d) Errada. É vedada a transferência **voluntária** de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 167, X, da CF/1988).

Resposta: Letra B

21)

É **vedado** o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual (art. 167, I, da CF/1988).

Resposta: Errada

22)

É vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, **sem prévia autorização legislativa** (art. 167, VI, da CF/1988). É o princípio da proibição do estorno. Logo, **não** é possível o remanejamento apenas por ato do chefe do Poder Executivo.

Resposta: Errada

23)

O saldo positivo do fundo especial apurado em balanço **será transferido** para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo, salvo determinação em contrário da lei que o instituiu.

Resposta: Errada

24)

É vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, **sem** prévia autorização legislativa (art. 167, IX, da CF/1988). Logo, pode ser permitida, desde que com prévia autorização legislativa.

Resposta: Errada

25)

De acordo com o inciso IX do art. 167 da CF/1988, é vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, **sem** prévia autorização legislativa. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por **lei** se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Logo, no caso em tela, o fundo especial da pobreza **não** pode ser instituído por decreto do governador.

Resposta: Errada

26)

Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Resposta: Certa

27)

É **vedada** a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais (art. 167, II, da CF/1988).

Resposta: Errada

28)

A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais **far-se-á** através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Resposta: Errada

29)

A vedação constitucional do início de programas ou projetos que não foram incluídos na LOA e a proibição de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no PPA vai **ao** encontro do princípio da anualidade orçamentária, ou seja, são **coerentes** com o princípio da anualidade.

Resposta: Errada

30)

É **vedada** a concessão ou utilização de créditos ilimitados (art. 167, VII, da CF/1988). É o princípio orçamentário da quantificação dos créditos orçamentários.

Resposta: Errada

31)

É **vedada** a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 167, X, da CF/1988). Assim, o governo federal **não** poderá conceder empréstimos para pagamento de despesas com pessoal dos estados, do DF e dos municípios.

Resposta: Errada

32)

A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, **sem** de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

Resposta: Errada

33)

A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, **sem** de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente (art. 74 da Lei 4320/1964).

Resposta: Errada

34)

É vedada a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos. Logo, admite-se a utilização, mediante autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.

Resposta: Certa

35)

É vedada a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 167, X, da CF/1988).

Resposta: Certa

Adicione o professor no twitter: @sergiomendesaf. Fique por dentro das novidades na matéria.

Capítulo VII

1)

a) e e) Erradas. O Governo desenvolve funções com objetivos específicos, porém relacionados, utilizando os instrumentos de intervenção de que dispõe o Estado. Uma função **não** exclui a outra.

b) Correta. Na função distributiva, os instrumentos mais usados para o ajustamento são os sistemas de tributos e as transferências, como a adoção de políticas de transferência de renda em favor de populações mais carentes.

c) Errada. Os instrumentos de política monetária **são** adequados para que o Estado cumpra sua função estabilizadora.

d) Errada. Há **diversos** meios para o Estado cumprir suas funções alocativa e distributiva.

Resposta: Letra B

2)

I, III e IV) Corretos. O orçamento programa é o elo entre o planejamento e as funções executiva da organização. O controle visa avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações governamentais. Na elaboração do orçamento são considerados todos os custos do programa, inclusive os que extrapolam o exercício.

II) Errado. A alocação dos recursos visa a **objetivos e metas**.

V) Errado. A estrutura do orçamento está voltada para os aspectos **administrativos** e de planejamento.

Logo, é correto o que se afirma apenas em I, III e IV.

Resposta: Letra B

3)

Na alternativa "D", o orçamento público é a lei da iniciativa do Poder **Executivo** e, aprovada pelo poder **Legislativo**, que estima receita e fixa despesa para o exercício financeiro.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra D

4)

a) Errada. A função distributiva beneficia principalmente a população carente. Entretanto, faz parte da função **alocativa** do Estado a produção de bens e serviços de infraestrutura.

b) Correta. A função estabilizadora age na demanda agregada de forma a aumentá-la ou diminuí-la. O Estado desempenha sua função estabilizadora na

economia ao diminuir impostos quando a economia está em depressão, visando aumentar o consumo.

c) Errada. O programa bolsa-família é um exemplo da função **distributiva** do Estado, já que o Estado minimiza a pobreza ao alocar recursos para os mais pobres.

d) Errada. Produzir bens públicos é um exemplo da função **alocativa** desempenhada pelo Estado.

e) Errada. O Estado desempenha bem sua função distributiva quando cobra impostos progressivos sobre a renda e efetua gastos que beneficiam as pessoas de **menor** nível de renda.

Resposta: Letra B

5)

Consoante o art. 2º do Decreto 2829/1998, cada programa deverá conter:

a) Errada. O valor global e prazo de **conclusão**.

b) Errada. O valor **global** e o indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar.

c) Errada. As metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo e o **órgão** responsável.

d) Correta. O prazo de conclusão e a regionalização das metas por estados.

e) Errada. A fonte de financiamento e a regionalização das metas por **estados**.

Resposta: Letra D

6)

O orçamento tradicional é uma peça meramente contábil financeira, sem nenhuma espécie de planejamento das ações do Governo. É somente um documento de previsão de receita e de autorização de despesas. Ainda, constitui-se em característica do orçamento tradicional a classificação das despesas por objeto de gasto.

Resposta: Letra D

7)

O orçamento de desempenho ou por realizações enfatiza o resultado dos gastos e não apenas o gasto em si. A ênfase reside no desempenho organizacional. **Caracteriza-se pela apresentação de dois quesitos: o objeto de gasto (secundário) e um programa de trabalho contendo as ações desenvolvidas.**

Resposta: Letra C

8)

O processo do orçamento de **base zero** concentra a atenção na análise de objetivos e necessidades, o que requer que cada administrador justifique seu orçamento proposto em detalhe e cada quantia a ser gasta, aumentando a participação dos gerentes de todos os níveis no planejamento das atividades e

na elaboração dos orçamentos.

Resposta: Letra B

9)

a) Correta. As desigualdades socioeconômicas tendem a criar obstáculos à participação dos grupos sociais desfavorecidos.

b) Errada. O orçamento permanece autorizativo, portanto não há imposição legal das decisões tomadas pelos conselhos.

c) d) Erradas. O processo de orçamento participativo tem a necessidade de um contínuo ajuste crítico, baseado em um princípio de autorregulação, com o intuito de aperfeiçoar os seus conteúdos democráticos e de planejamento, e assegurar a sua não estagnação. Assim, não possui uma metodologia única. Além disso, os problemas são diferentes de acordo com o tamanho dos municípios, principais implementadores do processo. Também não há aplicação obrigatória em qualquer um dos entes.

e) Errada. Apesar de algumas experiências na esfera estadual, na experiência brasileira o Orçamento Participativo foi concebido e praticado inicialmente como uma forma de gerir os recursos públicos municipais.

Resposta: Letra A

10)

Segundo o art. 9º do Decreto 2829/1998, para orientar a formulação e a seleção dos Programas que deverão integrar o Plano Plurianual e estimular a busca de parcerias e fontes alternativas de recursos, serão estabelecidos previamente, para o período do Plano, os **objetivos estratégicos e a previsão de recursos**.

Resposta: Letra D

11)

a) Errada. Está relacionado à função **estabilizadora** manter a estabilidade econômica tendo como finalidade principal o combate à inflação e o consequente aumento de renda da população economicamente ativa.

b) Errada. Está mais relacionado à função **estabilizadora** buscar o equilíbrio entre as execuções da receita e despesa públicas e distribuir as políticas públicas conforme a capacidade de arrecadação.

c) Errada. Está relacionado à função **alocativa** promover ajustamentos na alocação de recursos orçamentários buscando a manutenção dos gastos com custeio e os investimentos necessários para a melhoria da qualidade das ofertas de bens e serviços.

d) Correta. Está relacionado à função **distributiva** promover o ajustamento na distribuição de rendas na busca da melhoria progressiva da qualidade de vida das camadas mais pobres da população

e) Errada. Ampliar a atuação do Estado nos três níveis de poder não está relacionado diretamente a **nenhuma** função, pois há correntes que defendem menor participação do Estado e não sua ampliação.

Resposta: Letra D

12)

O processo do orçamento de **base zero** concentra a atenção na análise de objetivos e necessidades, o que requer que cada administrador justifique seu orçamento proposto em detalhe e cada quantia a ser gasta, aumentando a participação dos gerentes de todos os níveis no planejamento das atividades e na elaboração dos orçamentos.

Esse procedimento requer ainda que todas as atividades e operações sejam identificadas e classificadas em ordem de importância por meio de uma análise sistemática para que os pacotes de decisão sejam preparados.

Resposta: Letra D

13)

Questão que mistura vários temas da nossa matéria.

a) Errada. O orçamento em nosso país tem como característica o não cumprimento de prazos, o grande número de alterações orçamentárias e os contingenciamentos. Assim, **não** são executados com correção por todos os entes.

b) Errada. O orçamento é **anual**. O **plurianual** tem desdobramentos de execução em quatro anos, mas que **não** coincidem com o mandato de quem o elaborou.

c) Correta. O orçamento, em cada ente e em cada exercício financeiro, é aprovado em uma única lei orçamentária sendo dividido em fiscal, da seguridade social e de investimentos em empresas estatais.

d) Errada. O orçamento é do tipo misto, pois a **elaboração e a execução são de competência do Executivo, cabendo ao Legislativo a votação e o controle**.

e) Errada. O orçamento é um instrumento composto por aspectos como o político e o jurídico. Entretanto, apenas o aspecto político está relacionado ao grupo partidário que detém a maioria. **Já o aspecto jurídico está relacionado à ótica em que se define ou integra a lei orçamentária no conjunto de leis do país**

Resposta: Letra C

14)

Na alternativa "E", é característica do **orçamento tradicional** ter realizações passadas como base os orçamentos futuros.

As demais alternativas trazem características do orçamento-programa.

Resposta: Letra E

15)

Os itens I e III estão corretos.

No item II, a elaboração do orçamento programa considera todos os gastos nas ações que fazem o programa, **inclusive** os que ultrapassem o exercício anual.

Logo, somente as afirmativas I e III estão corretas.

Resposta: Letra D

16)

A falta de planejamento da ação governamental é uma das principais características do **orçamento tradicional**. Constitui-se num mero instrumento contábil e baseia-se no orçamento do exercício anterior, ou seja, enfatiza atos passados. Demonstra uma despreocupação do gestor público com o atendimento das necessidades da população, pois considera apenas as necessidades financeiras das unidades organizacionais.

Resposta: Letra E

17)

A ênfase do orçamento tradicional é no objetivo do gasto, ou seja, no controle da despesa relacionado ao que o governo compra, sem se preocupar com o que o governo faz.

Resposta: Letra C

18)

Na alternativa "A", é característica do orçamento-programa a alocação de recursos visando à consecução de objetivos e metas.

As demais alternativas apresentam características do orçamento tradicional.

Resposta: Letra A

19)

Por meio do **orçamento-programa**, tem-se o estabelecimento de objetivos e a quantificação de metas, com a conseqüente formalização de programas visando ao atingimento das metas e alcance dos objetivos. Com esse modelo, passa a existir um elo entre o planejamento e as funções executivas da organização.

Resposta: Letra E

20)

O gasto público no **orçamento programa** deve estar vinculado a uma finalidade relacionada aos resultados das ações governamentais. A ênfase é no objetivo no gasto, ou seja, no que é realizado.

Resposta: Letra A

21)

O orçamento tradicional ou clássico demonstra uma despreocupação do gestor público com o atendimento das necessidades da população, **pois considera apenas as necessidades financeiras ou o poder político das unidades organizacionais.**

As demais alternativas se referem ao orçamento programa.

Resposta: Letra E

22)

O orçamento de base zero consiste basicamente em uma análise crítica de todos os recursos solicitados pelos órgãos governamentais. Nesse tipo de abordagem, na fase de elaboração da proposta orçamentária, haverá um questionamento acerca das reais necessidades de cada área, não havendo compromisso com qualquer montante inicial de dotação.

Os órgãos governamentais deverão justificar anualmente, na fase de elaboração da sua proposta orçamentária, a totalidade de seus gastos, sem utilizar o ano anterior como valor inicial mínimo.

Resposta: Letra B

23)

A alternativa "C" traz características do orçamento **tradicional**. No orçamento-programa, a ênfase é no **objetivo** do gasto e os principais critérios de classificação são **o funcional e o programático**.

As demais alternativas se referem ao orçamento-programa.

Resposta: Letra C

24)

A **função alocativa** visa à promoção de ajustamentos na alocação de recursos. É o Estado oferecendo determinados bens e serviços necessários e desejados pela sociedade, porém que não são providos pela iniciativa privada.

Resposta: Letra E

25)

O **orçamento de base zero** consiste basicamente em uma análise crítica de todos os recursos solicitados pelos órgãos governamentais. Nesse tipo de abordagem, na fase de elaboração da proposta orçamentária, haverá um questionamento acerca das reais necessidades de cada área, não havendo compromisso com qualquer montante inicial de dotação.

Resposta: Letra D

26)

Em cada ano, será elaborado um orçamento-programa, que pormenorizará a etapa do **programa plurianual a ser realizada no exercício seguinte e que servirá de roteiro à execução coordenada do programa anual** (art. 16 do Decreto-Lei 200/1967).

Resposta: Letra C

27)

O orçamento-programa é um instrumento de planejamento da ação do Governo, por meio da identificação dos seus programas de trabalho, projetos e atividades, com estabelecimento de objetivos e metas a serem implementados e previsão dos custos relacionados.

O orçamento **programa** enfatiza os fins em detrimento dos meios, cuja base fundamental é o planejamento, em vez de ser um instrumento contábil de controle apenas, como é o orçamento clássico.

Resposta: Letra D

28)

Consoante o art. 2º, cada programa deverá conter: **objetivo; órgão responsável; valor global; prazo de conclusão; fonte de financiamento; indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar; metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo; ações não integrantes do Orçamento Geral da União necessárias à consecução do objetivo; e regionalização das metas por Estado.** Ainda, os programas constituídos predominantemente de ações continuadas deverão conter metas de qualidade e de produtividade, a serem atingidas em prazo definido.

Resposta: Letra C

29)

I – **Orçamento Tradicional:** as decisões orçamentárias são definidas a partir das necessidades das unidades organizacionais.

II - **Orçamento Programa:** a estrutura do orçamento tem foco nos aspectos administrativos e de planejamento.

III - **Orçamento base-zero:** as ações de um programa governamental constituem unidades de decisão cujas necessidades de recursos são avaliadas em pacotes de decisão.

Resposta: Letra B

30)

a) Correta. O orçamento de desempenho ou por realizações enfatiza o resultado dos gastos e não apenas o gasto em si. A ênfase reside no desempenho organizacional. Caracteriza-se pela apresentação de dois quesitos: o objeto de gasto (secundário) e um programa de trabalho contendo as ações desenvolvidas.

b) e) Errada. O orçamento de **base zero** consiste basicamente em uma análise crítica de todos os recursos solicitados pelos órgãos governamentais. Concentra a atenção na análise de objetivos e necessidades, o que requer que cada administrador justifique seu orçamento proposto em detalhe e cada quantia a ser gasta.

c) Errada. No orçamento de desempenho há **desvinculação** entre planejamento e orçamento.

d) Errada. O orçamento de desempenho ou por realizações enfatiza o resultado dos gastos e **não apenas** o gasto em si.

Resposta: Letra A

31)

I) Errado. Na técnica de orçamento **tradicional**, a análise de eficácia das ações de governo tem como principais critérios classificatórios as unidades administrativas e os elementos de despesas.

II) Correto. O orçamento base zero requer que todas as atividades e operações sejam identificadas e classificadas em ordem de importância por meio de uma análise sistemática para que os pacotes de decisão sejam preparados.

III) Errado. No orçamento-**programa**, a alocação de recursos visa à consecução de objetivos e metas, pois a ênfase desse modelo é a avaliação dos resultados.

Logo, apenas a afirmativa II está correta.

Resposta: Letra A

32)

O orçamento base zero exige que, a cada novo exercício, o administrador **justifique detalhadamente os recursos solicitados**. Deve-se justificar seu orçamento proposto em detalhe e cada quantia a ser gasta, aumentando a participação dos gerentes de todos os níveis no planejamento das atividades e na elaboração dos orçamentos.

Resposta: Letra A

33)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

a) Errada. O orçamento público deve constituir uma única peça, indicando as receitas e os programas de trabalho a serem desenvolvidos pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, segundo o princípio da **unidade**.

b) Errada. O orçamento público é uma lei de iniciativa do Poder **Executivo** que fixa as despesas e estima as receitas para o exercício seguinte.

c) Correta. O princípio do equilíbrio visa assegurar que as despesas autorizadas não serão superiores à previsão das receitas.

d) Errada. O modelo orçamentário adotado no Brasil é do tipo misto, ou seja, a elaboração e a execução são de competência do Executivo, cabendo ao Legislativo a votação e o controle. Já a execução é predominantemente

autorizativa, pois não existe obrigatoriedade de execução das despesas consignadas no orçamento público, já que o Poder Público tem a discricionariedade para avaliar a conveniência e a oportunidade do que deve ou não ser executado.

e) Errada. Na **há** prorrogação da lei orçamentária do ano vigente. O caso do Legislativo não devolver o PLOA para a sanção é tratado apenas nas leis de diretrizes orçamentárias, que estabelecem regras para a realização de despesas essenciais até que ele seja devolvido ao Executivo.

Resposta: Letra C

34)

I) Errado. O principal critério de classificação do orçamento programa é o **funcional-programático**.

II) Correto. A estrutura do orçamento programa está voltada para aspectos administrativos e de planejamento.

III) Correto. O controle no orçamento-programa visa a eficiência, eficácia e efetividade.

Logo, apenas as afirmativas II e III estão corretas

Resposta: Letra C

35)

a) Errada. Constitui-se em característica do orçamento **tradicional** a classificação das despesas por objeto de gasto.

b) Errada. Constitui-se em característica do orçamento **participativo** a criação de conselhos populares.

c) Errada. Constitui-se em característica do orçamento de **desempenho** a não vinculação ao sistema de planejamento.

d) Correta. Constitui-se em característica do orçamento programa a quantificação dos objetivos e fixação das metas.

Resposta: Letra D

36)

Todas as afirmativas estão corretas e servem como revisão do nosso estudo.

Resposta: Letra D

37)

Ambas corretas e fazem sentido uma com a outra.

Resposta: Letra A

38)

O orçamento de **base zero** consiste basicamente em uma análise crítica de todos os recursos solicitados pelos órgãos governamentais. Nesse tipo de abordagem, na fase de elaboração da proposta orçamentária, haverá um questionamento acerca das reais necessidades de cada área, não havendo compromisso com qualquer montante inicial de dotação.

Os órgãos governamentais deverão justificar anualmente, na fase de elaboração da sua proposta orçamentária, a totalidade de seus gastos, sem utilizar o ano anterior como valor inicial mínimo.

Resposta: Letra C

39)

(2. Política Alocativa) Nessa perspectiva, o Estado desenvolve políticas nas quais atua como intermediário das relações econômicas, adotando políticas que possibilitem a ampliação de mercados, aumento de produtividade e a satisfação de demandas da sociedade.

(1. Política Distributiva) Com o conjunto dessas políticas, o Estado pode utilizar instrumentos tributários para incentivar a produção de alimentos que objetivem aumentar a qualidade dos produtos de subsistência da população de baixa renda. Também, nesse tipo de política, é possível inclusive isentar a tributação sobre bens e serviços que possam suprir as necessidades da população carente. Outra medida que pode ser contemplada nesse tipo de política é a adoção de incentivos a alguns produtos, visando proporcionar o aumento da competitividade e consolidar a concorrência de mercado.

(3. Política Estabilizadora) Como a economia pode estar sujeita a flutuações significativas como períodos de desemprego ou inflação, o Estado se utiliza de instrumentos da política macroeconômica, como a política fiscal, no intuito de assegurar a estabilidade econômica do país.

Logo, a sequência correta é **2/ 1/ 3**.

Resposta: Letra B

40)

a) Correta. A organização das ações do Governo sob a forma de programas visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na Administração Pública e ampliar a visibilidade dos resultados e benefícios gerados para a sociedade, bem como elevar a transparência na aplicação dos recursos públicos. Tal espécie de orçamento equivale a um plano de trabalho expresso por um conjunto de ações a realizar e pela identificação dos recursos necessários à sua execução.

b) Errada. A **lei de diretrizes orçamentárias** estabelece metas e prioridades da Administração Pública Federal.

c) Errada. No Orçamento-programa, os critérios de classificação estão relacionados com a classificação **funcional-programática**.

d) Errada. No Orçamento-programa, o controle visa a eficiência, **eficácia e efetividade**.

e) Errada. O Orçamento-programa é totalmente **integrado** ao processo de planejamento.

Resposta: Letra A

41)

a) Correta. O orçamento tradicional é o processo orçamentário em que é explicitado apenas o objeto de gasto. Não há preocupação com a realização dos programas de trabalho do Governo, importando-se apenas com as necessidades dos órgãos públicos para realização das suas tarefas, sem questionamentos sobre objetivos e metas

b) Errada. No orçamento por desempenho, focam-se **duas** dimensões: objeto do gasto (secundário) e um programa de trabalho contendo as ações desenvolvidas.

c) Errada. O orçamento **tradicional** tem por base a avaliação da série histórica dos gastos para projeção dos orçamentos futuros.

d) Errada. O orçamento de **base zero** justifica-se pela necessidade de informações novas a cada ciclo orçamentário. Os órgãos governamentais deverão justificar anualmente, na fase de elaboração da sua proposta orçamentária, a totalidade de seus gastos, **sem** utilizar o ano anterior como valor inicial mínimo.

e) Errada. No orçamento **participativo**, consideram-se os diversos canais de participação da sociedade, por meio de lideranças ou audiências públicas. No orçamento de texto fixo utiliza-se o critério de alocação de recursos que consiste em estabelecer um quantitativo financeiro fixo, geralmente obtido mediante a aplicação de percentual único sobre as despesas realizadas em determinado período, com base no qual os órgãos/unidades deverão elaborar suas propostas orçamentárias parciais.

Resposta: Letra A

42)

a) Errada. O dispêndio do recurso muitas vezes se sobrepõe ao cumprimento das metas. Deve haver flexibilidade para a programação financeira a fim de que seja possível efetuar pequenos realinhamentos, porém, devido principalmente a superestimativas de receitas, o "Decreto de Contingenciamento" não se presta apenas a ajustes pontuais e acaba por contingenciar parte considerável das despesas discricionárias aprovadas na LOA, o que prejudica as metas.

b) Errada. A falta de rigor nos prazos **compromete** a integração entre PPA e LOA.

c) Errada. O **não** cumprimento dos prazos de aprovação das matérias orçamentárias tem **prejudicado** sua execução de forma sistemática e coordenada.

d) Correta. Os contingenciamentos têm sido decretados com frequência, e como a liberação depende da conveniência da Administração, estimula a negociação política entre o Poder Executivo e os parlamentares que querem ver suas bases eleitorais atendidas na execução orçamentária e financeira.

e) Errada. O orçamento brasileiro sofre **grandes** alterações ao longo do exercício, com frequentes aberturas de créditos adicionais.

Resposta: Letra D

43)

a) Errada. Sob a inspiração do Estado liberal, a principal função do orçamento era possibilitar o controle político do Poder **Legislativo** sobre o Poder **Executivo**.

b) Errada. No orçamento tradicional, o aspecto **controle** tinha grande importância, tendo em vista o caráter de neutralidade atribuído às finanças públicas.

c) Errada. No orçamento de desempenho o gestor começa a se preocupar com os benefícios dos diversos gastos e não apenas com seu objeto, porém se encontra desvinculado de um planejamento central das ações do Governo.

d) Errada. Nas fases de expansão da economia, a preocupação com o controle do orçamento **diminui**. Nas fases de contração, a preocupação com o controle aumenta.

e) Correta. O orçamento de desempenho ou por realizações enfatiza o resultado dos gastos (por exemplo, econômicos e sociais) e não apenas o gasto em si. O objeto de gasto (produto) existe, porém é secundário, menos relevante.

Resposta: Letra E

44)

a) Errada. A função alocativa tem como um dos objetivos alocar recursos públicos na produção de bens e serviços **não** ofertados pela iniciativa privada.

b) Errada. A função distributiva visa **à promoção de ajustamentos na distribuição de renda**.

c) Errada. A função estabilizadora tem por objetivo **manter** a estabilidade econômica.

d) Errada, Para o mestre Aliomar Baleeiro (1997), a atividade financeira do estado é aquela que o Estado capta, gera e despense recursos públicos com o objetivo de atender às necessidades públicas e de prover os serviços tipicamente estatais. Em outras palavras, consiste em **obter, criar, gerir e despender o dinheiro** indispensável às necessidades, cuja satisfação o Estado assumiu ou cometeu a outras pessoas de direito público.

e) Correta. Já no século XX, a partir da década de 1930, no momento em que o capitalismo vivia uma de suas mais graves crises, o economista britânico John Maynard Keynes revisou as teorias liberais de Adam Smith, principalmente no que se refere a não intervenção do Estado na economia. A doutrina keynesiana passou a reconhecer o orçamento público como instrumento a ser utilizado sistematicamente para o alcance da política fiscal, com vistas à estabilização, à expansão ou à retração da atividade econômica. É uma forma de se buscar a correção das imperfeições de mercado, fenômenos que impedem a sociedade de alcançar, sozinha, o estágio de bem-estar.

Resposta: Letra E

45)

Na alternativa "3", são instrumentos de planejamento da Administração Pública Federal: o **Plano Plurianual**, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei dos Orçamentos Anuais.

As demais estão corretas.

Logo, são corretas apenas as afirmativas 1 e 2.

Resposta: Letra C

46)

O **orçamento base zero** tem como principal característica exigir que todas as despesas de cada repartição pública sejam justificadas detalhadamente como se cada item programático se tratasse de uma nova iniciativa.

Os órgãos governamentais deverão justificar anualmente, na fase de elaboração da sua proposta orçamentária, a totalidade de seus gastos, sem utilizar o ano anterior como valor inicial mínimo.

Resposta: Letra A

47)

A **função alocativa** é evidenciada quando no setor privado não há a necessária eficiência de infraestrutura econômica ou provisão de bens públicos e bens meritórios.

Resposta: Letra C

48)

O orçamento tradicional é uma peça meramente contábil financeira, sem

nenhuma espécie de planejamento das ações do Governo, onde prevalece o aspecto jurídico do orçamento em detrimento do aspecto econômico, o qual possui função secundária. Almeja-se a neutralidade e a busca pelo equilíbrio financeiro. As funções de alocação, distribuição e estabilização ficam em segundo plano. Portanto, o orçamento tradicional é somente um documento de previsão de receita e de autorização de despesas.

Resposta: Certa

49)

O gasto público no orçamento programa deve estar vinculado a uma finalidade. O orçamento-programa é um instrumento de planejamento da ação do governo, por meio da identificação dos seus programas de trabalho, projetos e atividades, com estabelecimento de objetivos e metas a serem implementados e previsão dos custos relacionados.

Resposta: Certa

50)

Em ocasiões em que o desemprego prevalece, a atuação do governo no sentido de aumentar o nível de demanda no mercado com a recolocação da produção no pleno emprego é um exemplo de aplicação da função **estabilizadora** do Estado.

Resposta: Errada

51)

O orçamento **não** perdeu a sua forma de programa de operação e apresentação dos meios de financiamento desse programa, bem como **não** assumiu características contábeis formais, determinadas por lei. Essas são características fundamentais do orçamento **clássico** e não de uma evolução.

Resposta: Errada

52)

O orçamento público tradicional é uma peça meramente contábil – financeira, sem nenhuma espécie de planejamento das ações do governo, onde **prevalece o aspecto jurídico do orçamento em detrimento do aspecto econômico, o qual possui função secundária.**

Resposta: Errada

53)

Uma das diferenças: o orçamento tradicional visa à aquisição de meios, enquanto o orçamento programa visa a objetivos e metas.

Resposta: Certa

54)

A ênfase no objeto do gasto, na classificação institucional e por elemento de despesa é característica do orçamento **clássico.**

Resposta: Errada

55)

Alguns autores consideram que o orçamento de base zero é uma técnica do Orçamento-Programa. Logo, se isso é possível, **não** há incompatibilidade ente o Orçamento Base Zero e o Orçamento Programa.

Resposta: Errada

56)

O orçamento misto é aquele que **a elaboração e a execução são de competência do executivo, cabendo ao legislativo a votação e o controle.**

Resposta: Errada

57)

O orçamento misto é aquele que **a elaboração e a execução são de competência do executivo, cabendo ao legislativo a votação e o controle.**

Resposta: Errada

58)

A intervenção do Estado na economia, justificada pela função alocativa, tem por objetivo complementar a ação privada, por meio do orçamento público, com investimentos em infraestrutura e provisão de bens meritórios.

Se o Estado brasileiro é obrigado a oferecer serviços gratuitos de educação em decorrência dos elevados preços que podem ser praticados pela iniciativa privada, os quais excluem grande parte da população de baixa renda do sistema educacional, então esses serviços são denominados bens **semipúblicos ou meritórios.**

Resposta: Errada

59)

No Brasil, elabora-se o orçamento do tipo **misto**, pois a elaboração e a execução são de competência do Executivo, enquanto ao Legislativo cabe a votação e o controle.

Resposta: Errada

60)

O campo de atuação da função estabilizadora é principalmente a manutenção de elevado nível de emprego e a estabilidade nos níveis de preços.

Resposta: Certa

Adquira seu exemplar! Estude a teoria completa e acompanhe a resolução com o enunciado de todas as questões!

Capítulo VIII

1)

Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades (art. 9º da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra A

2)

CATEGORIAS DAS RECEITAS ARRECADADAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Receita tributária 500.000 Receita de contribuições 400.000 Receita de serviços 300.000	Alienação de bens 450.000 Operações de crédito 350.000 Amortização de empréstimos 250.000
Total = 1.200.000	Total = 1.050.000

Resposta: Letra C

3)

Ganhos com aplicação financeira são receitas correntes.

São Receitas de Capital os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital. Assim, a transferência para realização de investimentos (um grupo de despesa de capital) é receita de capital para quem recebe.

Consignações retidas, Antecipação de Receita Orçamentária e Caução são receitas extraorçamentárias.

Resposta: Letra E

4)

As receitas **intraorçamentárias** têm a função de se contrapor às despesas intraorçamentárias para se anularem e evitar a dupla contagem. São oriundas de operações realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social de uma mesma esfera de governo.

Resposta: Letra D

5)

Tanto a receita proveniente de dívida ativa (R\$190) como a decorrente de juros e multas referentes à dívida ativa (R\$20) são classificadas como **outras receitas correntes (R\$210)**.

Resposta: Letra A

6)

a) Correta. A multa é uma receita de caráter não tributário. É penalidade pecuniária aplicada pela Administração Pública aos administrados e depende, sempre, de prévia cominação em lei ou contrato. Podem decorrer do regular exercício do poder de polícia por parte da Administração (multa por auto de infração), do descumprimento de preceitos específicos previstos na legislação, ou de mora pelo não pagamento das obrigações principais ou acessórias nos prazos previstos. Multas são receitas correntes.

b) Correta. As taxas são receitas correntes tributárias.

c) Correta. As receitas correntes, em geral, são efetivas, pois aumentam a disponibilidade financeira do Estado, com efeito positivo no patrimônio líquido.

d) É a incorreta. Quanto à **categoria econômica**, as receitas são classificadas em corrente e capital.

e) Correta. As receitas de capital, em geral, são não efetivas, pois aumentam as disponibilidades do Estado, mas não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

Resposta: Letra D

7)

Quanto à Coercitividade, as receitas públicas são classificadas como:

_ **Originárias:** denominadas também de receitas de economia privada ou de direito privado. Correspondem àquelas que provêm do próprio patrimônio do Estado. São resultantes da venda de produtos ou serviços colocados à disposição dos usuários ou da cessão remunerada de bens e valores.

_ **Derivadas:** denominadas também de receitas de economia pública ou de direito público. Correspondem àquelas obtidas pelo Estado mediante sua autoridade coercitiva. No nosso ordenamento jurídico se caracterizam pela exigência do Estado para que o particular entregue de forma compulsória uma determinada quantia na forma **de tributos, de contribuições ou de multas**.

Logo, são derivadas as **receitas de tributos**.

Resposta: Letra A

8)

Na alternativa "C", as receitas extraorçamentárias não integram o orçamento público e constituem passivos exigíveis do ente, de tal forma que o seu pagamento não está sujeito à autorização legislativa. Isso ocorre porque possuem caráter temporário, não se incorporando ao patrimônio público. São exemplos de receitas extraorçamentárias: depósito em caução, **antecipação**

de receitas orçamentárias – ARO, consignações diversas, cancelamento de restos a pagar, emissão de moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

As demais alternativas apresentam receitas orçamentárias.

Resposta: Letra C

9)

a) Errada. A transferência de capital corresponde ao ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo **sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital**.

b) Errada. Os ingressos oriundos da alienação de bens móveis e imóveis pertencentes aos entes públicos são classificados e contabilizados como receita de capital, **sofrendo restrições** para a sua aplicação em despesas correntes. Logo, não se pode dizer que é proibida a aplicação em despesas correntes.

c) Correta. O recebimento de recursos oriundos da amortização de empréstimos concedidos tem seu principal classificado como receita de capital, enquanto os juros e encargos relacionados são classificados como receita corrente.

d) Errada. As operações de créditos, tanto internas quanto externas, proporcionam a entrada de recursos no caixa do ente público, sendo classificadas e contabilizadas como receitas de capital. **Não** são receitas de capital apenas as relacionadas a um determinado tipo de dívida.

e) Errada. As receitas industriais são receitas **correntes**.

Resposta: Letra C

10)

a) Correta. A dívida ativa corresponde aos créditos da Fazenda Pública de natureza tributária (proveniente da obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais, atualizações monetárias, encargos e multas tributárias) ou não tributária (demais créditos da Fazenda Pública) exigíveis em virtude do transcurso do prazo para pagamento (art. 39, *caput* e § 1º, da Lei 4320/1964).

b) Correta. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias (art. 39, *caput*, da Lei 4320/1964).

c) Correta. O valor do crédito da Fazenda Nacional em moeda estrangeira será convertido ao correspondente valor na moeda nacional à taxa cambial oficial,

para compra, na data da notificação ou intimação do devedor, pela autoridade administrativa, ou, à sua falta, na data da inscrição da Dívida Ativa, incidindo, a partir da conversão, a atualização monetária e os juros de mora, de acordo com preceitos legais pertinentes aos débitos tributários (art. 39, § 3º, da Lei 4320/1964).

d) Correta. Os juros, as multas de mora e as atualizações incidentes sobre os créditos também constituem receitas da dívida ativa (art. 39, § 4º, da Lei 4320/1964).

e) É a incorreta. A Dívida Ativa da União será apurada e inscrita na **Procuradoria da Fazenda Nacional** art. 39, § 5º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

11)

Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Um exemplo é o IPTU.

Resposta: Letra A

12)

As receitas provenientes do uso de bens do Estado são **originárias**, pois provêm do patrimônio do Estado. Já as de impostos e de taxas são consideradas **derivadas**, pois provêm da autoridade coercitiva do Estado.

Resposta: Letra A

13)

A receita **patrimonial** corresponde ao ingresso proveniente de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes. Exemplos: aluguéis, arrendamentos, concessões e permissões, foros e laudêmios, taxas de ocupação de imóveis, juros de títulos de renda, dividendos, participações, remuneração de depósitos bancários, remuneração de depósitos especiais e remuneração de saldos de recursos não desembolsados.

Resposta: Letra D

14)

a) Errada. Alienação por privatização é **extraordinária** e recebimento de depósito de caução de licitação pública é **extraorçamentária**.

b) Errada. Aquisição de bens e folha de pagamento de pessoal ativo são **despesas**.

c) Errada. Depósito de terceiros recebidos e consignações de folha de pagamento recolhidas são receitas **extraorçamentárias**.

d) Correta. Impostos arrecadados e cobrança da dívida ativa tributária são receitas ordinárias.

e) Errada. A receita oriunda de empréstimos concedidos é ordinária, mas a amortização de operação de crédito contraída é **despesa**.

Resposta: Letra D

15)

A receita patrimonial corresponde ao ingresso proveniente de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes. Por exemplo, temos as receitas de arrendamentos, como o que acontece quando se arrenda os terrenos da União, em que o Poder Público concede à outra parte o gozo temporário de um terreno mediante retribuição. Tal retribuição se torna receita patrimonial.

Resposta: Letra B

16)

a) Correta. Os ingressos extraorçamentários podem ser entendidos como recursos financeiros de caráter temporário.

b) Errada. Os ingressos extraorçamentários **não** integram as alocações da Lei Orçamentária Anual.

c) Errada. Os ingressos extraorçamentários não possuem previsão formal na Lei Orçamentária Anual e são de caráter **extraorçamentário**, pois não integram o patrimônio público.

d) Errada. Os ingressos extraorçamentários são recursos que constituem passivos exigíveis e cujas restituições **não** estão sujeitas à autorização legislativa.

e) Errada. Os ingressos extraorçamentários **não** se incorporam ao patrimônio público, pois são entendidos como recursos financeiros de caráter temporário.

Resposta: Letra A

17)

A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: **Receitas Correntes e Receitas de Capital** (art. 11, *caput*, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra A

18)

Na alternativa "E", são Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1º, da Lei 4320/1964).

As demais alternativas trazem despesas classificadas como "de capital" ou misturam as duas categorias econômicas.

Resposta: Letra E

19)

São **Receitas de Capital** as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente (art. 11, § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

20)

As **Receitas Agropecuárias** são classificadas como correntes.

As receitas decorrentes de Amortização do Empréstimo, Transferências de Capital, Alienação de Bens e Operações de Crédito são classificadas como receitas de capital.

Resposta: Letra E

21)

As **receitas extraorçamentárias** possuem caráter temporário, não se incorporando ao patrimônio público. É o caso de uma receita referente à contribuição previdenciária do servidor, que deverá ser repassada ao regime de previdência próprio do servidor.

Resposta: Letra C

22)

As alienações de bens são **receitas de capital**.

Resposta: Letra B

23)

As receitas decorrentes de dívida ativa tributária ou não tributária devem ser classificadas como "**outras receitas correntes**".

Resposta: Letra D

24)

CATEGORIAS DAS RECEITAS ARRECADADAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Receita tributária R\$ 200,00 Receita de Contribuições R\$ 150,00 Receita Patrimonial R\$ 50,00	Amortização de empréstimos R\$ 100,00

Total = R\$ 400,00	Total = R\$ 100,00
---------------------------	--------------------

Resposta: Letra C

25)

CATEGORIAS DAS RECEITAS ARRECADADAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Receita Agropecuária R\$ 50,00 Receita Industrial R\$ 400,00 Receita de Serviços R\$ 1000,00	Alienação de Bens R\$ 200,00 Operação de Crédito R\$ 300,00
Total = R\$ 1.450,00	Total = R\$ 500,00

Resposta: Letra B

26)

As receitas extraorçamentárias não integram o orçamento público e constituem passivos exigíveis do ente, de tal forma que o seu pagamento não está sujeito à autorização legislativa. Isso ocorre porque possuem caráter temporário, não se incorporando ao patrimônio público. São chamadas de **ingressos extraorçamentários**. São exemplos de receitas extraorçamentárias: depósito em caução, antecipação de receitas orçamentárias – ARO, consignações diversas, cancelamento de restos a pagar, emissão de moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

Resposta: Letra B

27)

A **espécie** é o nível de classificação vinculado à origem, composto por títulos que permitem qualificar com maior detalhe o fato gerador dos ingressos de tais receitas.

Resposta: Letra D

28)

As receitas não efetivas ou por mutação patrimonial nada acrescentam ao patrimônio público, pois se referem às entradas ou alterações compensatórias nos elementos que o compõem. São não efetivas todas as receitas de capital (como a decorrente de **Alienação de Bens**, de **Amortizações de Empréstimos** e de Operações de Crédito), com exceção do recebimento de transferências de capital, que causa acréscimo patrimonial e, assim, é efetiva.

Resposta: Letra C

29)

As receitas efetivas contribuem para o aumento do patrimônio líquido, sem correspondência no passivo. São efetivas todas as receitas correntes (como as

patrimoniais, as tributárias, as de **serviços** e as de contribuições), com exceção do recebimento de dívida ativa, que representa fato permutativo e, assim, é não efetiva.

Resposta: Letra E

30)

A **amortização de empréstimos concedidos** é receita de capital.

As demais são receitas correntes.

Resposta: Letra C

31)

1.º DÍGITO: GRUPO DE FONTES DE RECURSOS
1 – Recursos do Tesouro – Exercício Corrente
2 – Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente
3 – Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores
6 – Recursos de Outras Fontes – Exercícios Anteriores
9 – Recursos Condicionados

Resposta: Letra D

32)

(1. Receitas Correntes) Receita tributária.

(2. Receitas de Capital) Receita proveniente da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.

(1. Receitas Corrente) Receita agropecuária.

(1. Receitas Correntes) Receita de serviços e receita patrimonial.

Logo, a sequência correta é 1/ 2/ 1/ 1.

Resposta: Letra B

33)

São receitas de capital: **Alienação de Bens, Operações de Créditos** e Amortização de Empréstimos.

São receitas correntes: Transferências Correntes, Receita de Serviços, Receita Tributária e Transferências Correntes.

Resposta: Letra C

34)

As receitas são classificadas quanto à **Natureza, Fonte (ou destinação de recursos) e Indicador de Resultado Primário**.

Origem e espécie integram a classificação por natureza.

Resposta: Letra A

35)

Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. Os créditos de que trata este artigo, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como **Dívida Ativa**, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título (art. 39, *caput* e § 1º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra B

36)

Quanto à coercitividade ou procedência, as receitas podem ser **originárias ou derivadas**.

Resposta: Letra A

37)

A **amortização de empréstimo concedido** é receita de capital. As demais são receitas correntes.

Resposta: Letra B

38)

a) Errada. As receitas intraorçamentárias são receitas oriundas **de operações realizadas entre órgãos** e demais entidades da Administração Pública integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social de uma mesma esfera de governo. Além disso, as classificações incluídas **não** constituem novas categorias econômicas de receita, mas sim meras especificações das categorias corrente e de capital, a fim de possibilitar a identificação das respectivas operações intraorçamentárias e, dessa forma, evitar a dupla contagem de tais receitas.

b) Correta. As alienações de bens são receitas de capital.

c) Errada. **Tanto** as receitas de capital como as receitas **correntes** podem financiar novos investimentos.

d) Errada. Os recursos legalmente vinculados a finalidade **específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação**, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso (art. 8º, parágrafo único, da LRF).

e) Errada. As transferências correntes efetuadas pelos demais órgãos constituem receitas **correntes** pelo ente beneficiário.

Resposta: Letra B

39)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

- a) Correta. A receita orçamentária não efetiva não provoca alterações na situação líquida patrimonial, constituindo, dessa forma, mero fato contábil permutativo. Nada acrescentam ao patrimônio público, pois se referem às entradas ou alterações compensatórias nos elementos que o compõem.
- b) Errada. Os valores registrados como receita orçamentária representam **a entrada de ingressos financeiros**, os quais transitam pelo patrimônio do Poder Público.
- c) Errada. As receitas orçamentárias em geral estão previstas na lei orçamentária anual por força do princípio orçamentário da **universalidade**.
- d) Errada. A emissão de papel-moeda, quando autorizada, constitui receita **extraorçamentária**.
- e) Errada. As operações de crédito por antecipação de receita **são** classificadas como receitas, só que **extraorçamentárias**.
- Resposta: Letra A

40)

As **receitas tributárias** são correntes. As demais são receitas de capital.

Resposta: Letra D

41)

ORIGENS DAS RECEITAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
<ol style="list-style-type: none">1. Receita Tributária2. Receita de Contribuições3. Receita Patrimonial4. Receita Agropecuária5. Receita Industrial6. Receita de Serviços7. Transferências Correntes9. Outras Receitas Correntes	<ol style="list-style-type: none">1. Operações de Crédito2. Alienação de Bens3. Amortização de Empréstimos4. Transferências de Capital5. Outras Receitas de Capital

Resposta: Letra D

42)

Na afirmativa "3", são consideradas receitas **extraorçamentárias** as emissões de papel-moeda.

As demais estão corretas.

Logo, são corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.

Resposta: Letra D

43)

- (1) Receitas agropecuárias
- (2) Receitas com alienação de bens
- (2) Receitas com operações de crédito
- (1) Receitas de contribuições
- (1) Receitas de serviços
- (1) Receitas industriais
- (1) Receitas patrimoniais
- (1) Receitas tributárias

Logo, a sequência correta é 1 – 2 – 2 – 1 – 1 – 1 – 1 – 1.

Resposta: Letra B

44)

A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: **Receitas Correntes e Receitas de Capital** (art. 11, *caput*, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra A

45)

As espécies de tributos são impostos, taxas e **contribuições de melhorias**.

Resposta: Letra D

46)

As receitas não efetivas nada acrescentam ao patrimônio público, pois se referem às entradas ou alterações compensatórias nos elementos que o compõem. São não efetivas todas as receitas de capital, com exceção do recebimento de transferências de capital.

As operações de crédito são receitas de capital e, portanto, não efetivas.

As demais alternativas trazem receitas efetivas.

Resposta: Letra D

47)

Cauções são receitas extraorçamentárias, pois não integram o orçamento público e constituem passivos exigíveis do ente.

As demais alternativas trazem receitas orçamentárias.

Resposta: Letra B

48)

A questão nos dá várias informações para concluirmos que o pedido é para encontrarmos o ingresso extraorçamentário (ou receita extraorçamentária):

_ ingressos financeiros na Administração Pública que não alteram o Patrimônio Líquido;

_ é oriundo de fato permutativo;

_ gera dispêndio extraorçamentário;

_ não é uma receita (foi adotado o conceito de receita pública em sentido estrito, em que são consideradas receitas públicas apenas as entradas ou

ingressos de bens ou direitos, em certo período de tempo, que se incorporam ao patrimônio público sem compromisso de devolução posterior).

Cauções são receitas extraorçamentárias (ingressos extraorçamentários), pois não integram o orçamento público e constituem passivos exigíveis do ente. As demais alternativas trazem receitas orçamentárias.

Resposta: Letra C

49)

X	Y	Z	W	TT	KK
Categoria Econômica	Origem	Espécie	Rubrica	Alínea	Subalínea
1	1	1	2	04	31

Resposta: Letra D

50)

(1. Receitas Correntes) Receita tributária.

(2. Receitas de Capital) Receita da conversão, em espécie, de bens e direitos.

(1. Receitas Correntes) Receita agropecuária.

(1. Receitas Correntes) Receita de contribuições.

(2. Receitas de Capital) Receita de amortização de empréstimos, anteriormente concedidos.

(1. Receitas Correntes) Receita industrial.

(1. Receitas Correntes) Receita de serviços.

Logo, a sequência correta é **1, 2, 1, 1, 2, 1, 1.**

Resposta: Letra A

51)

As receitas orçamentárias são entradas de recursos que o Estado utiliza para financiar seus gastos, transitando pelo patrimônio do Poder Público. Segundo o art. 57 da Lei 4.320/1964, serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento.

Resposta: Certa

52)

De fato a alienação de bem da administração pública não é classificada como receita efetiva. É classificada como não efetiva (ou por mutação patrimonial), pois nada acrescentam ao patrimônio público, já que se referem às entradas ou alterações compensatórias nos elementos que o compõem.

Resposta: Certa

53)

O valor cobrado por serviço público não essencial sob o regime de concessão é considerado **tarifa ou preço público**.

Resposta: Errada

54)

Ao final de um dado exercício financeiro, em determinado ente, a diferença entre as receitas correntes arrecadadas, no valor de R\$ 11,6 bilhões, e as despesas correntes realizadas, de R\$ 10,0 bilhões, é considerada superávit do orçamento corrente e receita de capital.

O superávit do orçamento corrente resulta do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, porém não constituirá item de receita orçamentária.

Resposta: Certa

55)

O ingresso proveniente de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente é receita patrimonial, portanto, classificada na categoria econômica de receitas correntes.

Resposta: Certa

56)

Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais **não** corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado (art. 12, § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Errada

57)

O preço público ou tarifa é uma receita originária empresarial, pois é proveniente da intervenção do Estado na atividade econômica. Por meio de empresas associadas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais, as tarifas são cobradas para permitir o melhoramento e a expansão dos serviços, a justa remuneração do capital e assegurar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Resposta: Certa

58)

A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital (art. 11, *caput*, da Lei 4320/1964).

Resposta: Certa

59)

O superávit do Orçamento Corrente resulta do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, porém **não** constituirá item de receita orçamentária (art. 11, §3º, da Lei 4.320/1964).

Resposta: Errada

60)

Em face da necessidade de constante atualização e melhor identificação dos ingressos aos cofres públicos, o esquema inicial de classificação foi desdobrado em níveis, que formam o código identificador da natureza de receita. São seis obrigatórios.

Poderá haver um sétimo nível, denominado de detalhamento facultativo, a ser criado, opcionalmente, pelo ente.

Resposta: Certa

Para cursos em PDF e/ou videoaulas com o Prof. Sérgio Mendes, acesse <http://www.portaldoorcamento.com.br/p/curso.html>!

Capítulo IX

1)

A aquisição de veículos para uso na prestação de serviços é **despesa de capital**.

Despesas com tarifas de energia elétrica, água e esgoto referentes ao prédio utilizado na prestação de serviços à sociedade; com gasolina automotiva e com serviços de terceiros (pessoa jurídica) relativos à manutenção periódica do sistema de ar condicionado são **despesas correntes**.

Logo, as despesas I, II, III e IV são classificadas, respectivamente, como despesa **de capital, corrente, corrente e corrente**.

Resposta: Letra B

2)

De acordo com a Lei 4320/1964, são inversões financeiras as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Resposta: Letra D

3)

A Lei de Orçamento não consignará ajuda financeira, a qualquer título, a empresa de fins lucrativos, salvo quando se tratar de subvenções cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial (art. 19 da Lei 4320/1964).

Logo, o repasse previsto na LOA para a empresa de fins lucrativos **não contraria a Lei nº 4.320/64, desde que o repasse tenha sido expressamente autorizado em lei especial**.

Resposta: Letra C

4)

O conjunto de informações que formam o código é conhecido como classificação por natureza de despesa e informa a categoria econômica, **o grupo a que pertence, a modalidade de aplicação e o elemento**. Temos ainda o desdobramento facultativo do elemento da despesa (subelemento).

Resposta: Letra A

5)

Questão que mistura diversas classificações da receita e da despesa.

a) Errada. O valor referente ao aumento de capital de empresas de economia mista é classificado no grupo de despesas **Inversões Financeiras**.

b) Errada. O valor referente aos depósitos cauções a serem recebidos é classificado como **receita extraorçamentária**.

c) Correto. O valor referente aos serviços de consultoria para aperfeiçoar a avaliação dos projetos de pesquisa financiados pela entidade é classificado como Projeto na classificação por estrutura programática. O projeto é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo. É o caso da contratação de um serviço de consultoria, que busca o aperfeiçoamento e é limitado no tempo.

d) Errada. O valor referente à venda de bens imóveis da própria entidade é classificado como **alienação de bens. É receita orçamentária**.

e) Errada. O valor referente à aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes com insuficiência renal do Estado é classificada no elemento de despesa **Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita**.

Resposta: Letra C

6)

Quanto à Afetação Patrimonial, a Despesa Orçamentária pode ser Efetiva ou Não Efetiva (por Mutações Patrimoniais). A despesa Não Efetiva é aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade e constitui fato contábil permutativo. Correspondem às despesas de capital, **exceto as transferências de capital que causam decréscimo patrimonial e, assim, são efetivas**.

Logo, a **transferência de capital** caracteriza-se por ser uma despesa orçamentária de capital e constitui-se em uma despesa efetiva para o ente público.

Resposta: Letra E

7)

As despesas extraorçamentárias são aquelas não consignadas no orçamento ou nas leis de créditos adicionais. Correspondem à devolução de recursos transitórios que foram obtidos como receitas extraorçamentárias, ou seja, pertencem a terceiros e não aos órgãos públicos, como as restituições de cauções (alternativa "B"), os pagamentos de restos a pagar (alternativas "A" e "D"), o resgate de operações por antecipação de receita orçamentária (alternativa "E"), etc.

O resgate (pagamento) da dívida mobiliária é **despesa orçamentária**.

Resposta: Letra C

8)

Consoante a natureza da despesa, o grupo "**amortização da dívida**" deverá ser classificado na categoria econômica de despesas **de capital**. No entanto, o grupo "**juros e encargos da dívida**" deverá ser classificado na categoria econômica de despesas **correntes**.

A questão pede exatamente isso: qual das alternativas não é uma despesa corrente? É a amortização da dívida (interna ou externa), a qual é uma despesa de **capital**.

Resposta: Letra C

9)

A estrutura programática também tem previsão na Portaria 42/1999. A finalidade essencial da classificação programática é demonstrar as realizações do Governo e a efetividade de seu trabalho em prol da população. É a mais moderna das classificações orçamentárias da despesa, tendo surgido visando permitir a representação do programa de trabalho. Ao introduzir a classificação por estrutura programática na formulação do orçamento e na realização da despesa, o poder público indica para a sociedade os objetivos estratégicos e as operações a serem realizadas para o seu atingimento, bem como o volume de recursos a serem aplicados para a consecução desses objetivos.

Resposta: Letra D

10)

a) Correta. A classificação funcional, por funções e subfunções, busca responder basicamente à indagação "em que" área de ação governamental a despesa será realizada. A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, e é composta por um rol de funções e subfunções prefixadas, que serve como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo.

b) c) e) Erradas. A **função** pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A **subfunção** representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções.

d) Errada. A atual classificação funcional é composta por um rol de funções e subfunções **prefixadas**, que serve como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo.

Resposta: Letra A

11)

- a) Errada. O pagamento da dívida flutuante é extraorçamentário, porém o pagamento dívida fundada é **orçamentário**.
- b) Correta. O pagamento das consignações de folha de pessoal e de restos a pagar são extraorçamentários.
- c) Errada. O pagamento de depósitos de cauções é extraorçamentário, porém o pagamento de amortização de empréstimos contraídos é **orçamentário**.
- d) Errada. O pagamento de depósitos de terceiros é extraorçamentário, porém o pagamento de empréstimos concedidos é **orçamentário**.
- e) Errada. O resgate de empréstimos por antecipação de receita orçamentária é extraorçamentário, porém o pagamento da contribuição para FUNDEB é **orçamentário**.

Resposta: Letra B

12)

Quanto à afetação patrimonial, as receitas e despesas são classificadas como **efetivas e por mutação patrimonial** (não efetiva).

Resposta: Letra D

13)

a) Errada. **Despesa de Capital**: de investimento / Despesa de capital: Investimentos.

b) Correta. Receita corrente: taxas / Despesa de capital: inversões financeiras.

c) Errada. **Despesa** corrente: de custeio / Despesas **correntes**: transferências correntes.

d) Errada. Receita de **capital**: operação de crédito / Despesas de capital: Transferências de capital.

e) Errada. Receita corrente: contribuições de melhoria / **Receita** de capital: operações de crédito.

Resposta: Letra B

14)

A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Está relacionada com a missão institucional do órgão. No caso, é a função **saúde**.

A categoria econômica é despesa **de capital** e o GND é **investimentos**.

Resposta: Letra A

15)

A **atividade** é o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação do Governo. A capacitação de recursos humanos é um exemplo de atividade.

Resposta: Letra E

16)

A restituição de depósitos em garantia ingressados anteriormente é uma despesa extraorçamentária, pois corresponde à devolução de recursos transitórios que foram obtidos como receitas extraorçamentárias, ou seja, pertencem a terceiros e não aos órgãos públicos.

As demais alternativas trazem despesas orçamentárias.

Resposta: Letra D

17)

Na Lei 4320/1964:

Despesas de Custeio e Transferências correntes são Despesas Correntes.

Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital são Despesas de Capital.

Resposta: Letra A

18)

Classificam-se como **Transferências Correntes** as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado (art. 12, § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra D

19)

A finalidade essencial da classificação **programática** é demonstrar as realizações do Governo e a efetividade de seu trabalho em prol da população. É a mais moderna das classificações orçamentárias da despesa, tendo surgido visando permitir a representação do programa de trabalho.

Resposta: Letra C

20)

A **atividade** é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.

Resposta: Letra E

21)

O **grupo de natureza da despesa** é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto.

Resposta: Letra B

22)

Classificam-se como **Inversões financeiras** as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros (art. 12, § 5º, I a III, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra B

23)

Conforme as necessidades de escrituração contábil e controle da execução orçamentária, fica **facultado** por parte de cada ente o desdobramento dos elementos de despesa.

Resposta: Letra D

24)

A partir do programa são identificadas as ações sob a forma de **atividades, projetos ou operações especiais**, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Resposta: Letra C

25)

O **projeto** é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo. Exemplos: "Implantação da rede nacional de bancos de leite humano", "implantação de poços públicos", "construção da interligação das rodovias BR 040/262/381 no estado de Minas Gerais". As ações do tipo Projeto expandem a produção pública ou criam infraestrutura para novas atividades, ou, ainda, implementam ações inéditas num prazo determinado.

Resposta: Letra E

26)

Quanto às Categorias Econômicas, as despesas são classificadas como **correntes e de capital**.

Resposta: Letra A

27)

Os Grupos de Natureza da Despesa são:

- 1 – Pessoal e Encargos Sociais
- 2 – Juros e Encargos da Dívida
- 3 – Outras Despesas Correntes

4 – Investimentos
5 – Inversões financeiras
6 – Amortização da Dívida
Resposta: Letra C

28)

Despesas de Capital na Lei 4320/1964:
(...)

Transferências de Capital:

Amortização da Dívida Pública
Auxílios para Obras Públicas
Auxílios para Equipamentos e Instalações
Auxílios para Inversões Financeiras
Outras Contribuições.
Resposta: Letra D

29)

Na última afirmativa, o conceito de Administração **não** existe na Portaria Interministerial n.º 42/99.

As demais estão corretas.

Logo, a sequência correta é **V, V, V, V, V, V, F.**

Resposta: Letra E

30)

A classificação **funcional**, por funções e subfunções, busca responder basicamente à indagação “em que” área de ação governamental a despesa será realizada.

A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, e é composta por um rol de funções e subfunções prefixadas, que serve como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo. A Portaria 42/1999 atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata a Lei 4.320/1964; estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais; e dá outras providências.

Trata-se de uma classificação de aplicação comum e obrigatória, no âmbito dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e da União, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público.

Resposta: Letra C

31)

O conjunto de informações que formam o código é conhecido como classificação por natureza de despesa e informa a categoria econômica (Item

I), o grupo a que pertence (Item II), a modalidade **de aplicação** (Item IV) e o elemento (Item III). Temos ainda o desdobramento facultativo do elemento da despesa (subelemento).

Logo, estão corretos apenas os itens **I, II e III.**

Resposta: Letra C

32)

Todas estão corretas.

Resposta: Letra E

33)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS
Pagamento de juros e encargos da dívida pública 800 Pagamento de salário-família 100	Resgate de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária 1.000 Pagamento de despesas registradas em restos a pagar 800 Cauções devolvidas 500
Total = R\$ 900,00	Total = R\$ 2.300,00

A inscrição de despesas em restos a pagar 1.500 é receita extraorçamentária.

Resposta: Letra A

34)

(3 - Projeto) Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou para o aperfeiçoamento da ação do governo.

(4 - Atividade) Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo.

(1 - Função) Deve entender-se o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

(2 - Programa) Instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.

Logo, a ordem dos números é **3 - 4 - 1 - 2.**

Resposta: Letra E

35)

A associação é a seguinte:

(3 - Programa) Instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.

(4 - Projeto) Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expressão ou o aperfeiçoamento da ação do governo.

(1 - Atividade) Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção de ação do governo.

(2 - Operações Especiais) Despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Logo, a sequência é **3, 4, 1, 2**.

Resposta: Letra E

36)

Os gastos com a aquisição de imóveis já em utilização são **despesas com inversões financeiras**.

Os ingressos financeiros provenientes dos depósitos em garantia efetuados por fornecedores, visando à participação num procedimento licitatório, são classificados como **receitas extraorçamentárias**.

Resposta: Letra C

37)

De acordo com a Lei 4320/1964, as despesas de capital são: **investimentos, inversões financeiras** e transferências de capital.

Resposta: Letra A

38)

As **despesas de capital** são: investimentos, inversões financeiras e transferências de capital.

Resposta: Letra B

39)

a) Errada. A **classificação por esfera** identifica se os recursos pertencem ao Orçamento Fiscal, ao Investimento das Empresas Estatais ou à Seguridade Social.

b) Correta. A classificação funcional, por funções e subfunções, busca responder basicamente à indagação "em que" área de ação governamental a despesa será realizada.

c) d) Erradas. A **estrutura programática** amplia a visibilidade para a sociedade dos resultados e benefícios gerados pelas realizações do governo e facilita o acompanhamento das ações.

e) Errada. A **modalidade de aplicação** é uma informação gerencial que objetiva, principalmente, eliminar a dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

Resposta: Letra B

40)

Todas as alternativas trazem observações corretas sobre as classificações a que se referem. Entretanto, a questão pede aquela relacionada à ótica financeira.

A programação quantitativa compreende a programação física e financeira. A programação física define quanto se pretende desenvolver do produto por meio da meta física, que corresponde à quantidade de produto a ser ofertado por ação, de forma regionalizada, se for o caso, num determinado período e instituída para cada ano. Já a programação **financeira** define o que adquirir e com quais recursos, por meio da natureza da despesa, identificador de uso, fonte de recursos, identificador de operações de crédito, identificador de resultado primário, dotação e justificativa.

Resposta: Letra B

41)

CATEGORIAS DAS RECEITAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Receitas de Impostos 100.000,00	Transferências de Capital 250.000,00
Receitas de Contribuições 150.000,00	Amortização de Empréstimos 400.000,00
Transferências Correntes 200.000,00	Operações de Crédito 350.000,00
Total = 450.000,00	Total = 1.000.000,00
CATEGORIAS DAS DESPESAS	
DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
Despesas de Custeio 300.000,00	Investimentos 200.000,00
Pessoal Civil 250.000,00	Inversões Financeiras 100.000,00
Juros e Encargos da Dívida 150.000,00	Amortização de Dívida 450.000,00

Total = 700.000,00	Total = 750.000,00
--------------------	---------------------------

Logo, o valor das Receitas Correntes e das Despesas de Capital, respectivamente, são **R\$ 450.000,00 e R\$ 750.000,00.**

Resposta: Letra B

42)

Classificam-se, como **investimentos**, as dotações para o planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro (art. 12, § 4º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra A

43)

São **extraorçamentárias** as despesas não consignadas no orçamento ou nas leis de créditos adicionais. Correspondem à devolução de recursos transitórios que foram obtidos como receitas extraorçamentárias, ou seja, pertencem a terceiros e não aos órgãos públicos, como as restituições de cauções, os pagamentos de restos a pagar, o resgate de operações por antecipação de receita orçamentária (débitos de tesouraria), as consignações etc.

Resposta: Letra D

44)

CATEGORIAS DAS DESPESAS EMPENHADAS	
DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
Pessoal e encargos = R\$2.000,00 Juros e encargos da dívida = R\$1.500,00	Investimentos = R\$500,00 Inversões financeiras = R\$100,00 Amortização de dívida = R\$200,00
Total = R\$ 3.500,00	Total = R\$ 800,00

Resposta: Letra D

45)

Nas leis orçamentárias e nos balanços, as ações serão identificadas em termos de **funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais** (art. 4º, da Portaria Interministerial 42/1999).

Resposta: Letra C

46)

a) Correta. Aquisição de materiais para estoque constitui despesa corrente não efetiva. É uma exceção entre as despesas correntes.

b) Errada. Despesas com amortização de empréstimos contraídos (amortização de dívida) são **não efetivas**, logo **não** afetam a situação patrimonial.

c) Errada. Despesa com encargos sociais é efetiva, logo **afetam** a situação patrimonial.

d) Errada. Concessão de adiantamentos constitui despesa **não efetiva**, logo **não** afetam a situação patrimonial. É uma exceção entre as despesas correntes.

e) Errada. Juros da dívida pública representam despesas **efetivas**.

Resposta: Letra A

47)

O elemento de despesa "42 – **Auxílios**" corresponde a despesas orçamentárias destinadas a atender a despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos, observado, respectivamente, o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei Complementar no 101/2000.

Resposta: Letra C

48)

a) Correta. Classificam-se como despesas de custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis (art. 12, § 1º, da Lei 4320/1964).

b) Errada. Classificam-se como **transferências correntes** as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado (art. 12, § 2º, da Lei 4320/1964).

c) Errada. Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de **custeio** das entidades beneficiadas, distinguindo-se como: sociais e econômicas (art. 12, § 3º, da Lei 4320/1964).

d) Errada. São Receitas **de Capital** as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente (art. 11, § 2º, da Lei 4320/1964).

e) Errada. São Receitas **Correntes** as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra A

49)

DESPESAS DE CAPITAL NA LEI 4320/1964
INVESTIMENTOS
Obras Públicas Serviços em Regime de Programação Especial (alternativa "B") Equipamentos e Instalações Material Permanente Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais ou Agrícolas (alternativa "A")
<u>INVERSÕES FINANCEIRAS</u>
Aquisição de Imóveis (alternativa "D") Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresa em Funcionamento Constituição de Fundos Rotativos Concessão de Empréstimos Diversas Inversões Financeiras
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
Amortização da Dívida Pública (alternativa "C") Auxílios para Obras Públicas Auxílios para Equipamentos e Instalações (alternativa "E") Auxílios para Inversões Financeiras Outras Contribuições.

Resposta: Letra D

50)

a) Errada. A cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, **far-se-á** mediante subvenções econômicas expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal (art. 18, *caput*, da Lei 4320/1964).

b) Errada. As dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais são classificadas como subvenções **econômicas** (art. 18, *parágrafo único*, "a", da Lei 4320/1964).

c) Correta. Somente à instituição cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização serão concedidas subvenções (art. 17 da Lei 4320/1964).

d) Errada. São subvenções **econômicas** as dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais (art. 18, *parágrafo único*, "b", da Lei 4320/1964).

e) Errada. Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de **custeio** das entidades beneficiadas (art. 12, § 3º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra C

51)

As despesas públicas são classificadas em duas categorias econômicas: **despesas correntes e despesas de capital**.

Resposta: Letra D

52)

a) Correta. São inversões financeiras as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

b) Errada. São **investimentos** as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

c) d) Erradas. São **transferências correntes** as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.

Resposta: Letra A

53)

São **despesas de capital do grupo inversões financeiras** as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;

aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Resposta: Letra A

54)

a) Errada. As despesas extraorçamentárias **independem** de autorização legislativa.

b) Errada. Os resgates relativos às operações de crédito por antecipação de receita **são despesas extraorçamentárias**.

c) Correta. As despesas extraorçamentárias independem de autorização legislativa (à margem da lei orçamentária). São despesas pagas, por se constituírem em saídas do passivo financeiro, compensatórias de entradas no ativo financeiro ou oriundas de receitas extraorçamentárias.

d) Errada. As despesas extraorçamentárias **são** escrituradas pela contabilidade.

Resposta: Letra C

55)

São categorias econômicas **despesas correntes e despesas de capital**.

Resposta: Letra C

56)

A construção de uma escola pública é classificada como **investimentos**;

O pagamento dos salários de servidores é classificado como **pessoal e encargos sociais**;

O pagamento de diárias é classificado como **outras despesas correntes**.

Resposta: Letra B

57)

As **despesas extraorçamentárias** não são consignadas no orçamento ou nas leis de créditos adicionais. Correspondem à devolução de recursos transitórios que foram obtidos como receitas extraorçamentárias, ou seja, pertencem a terceiros e não aos órgãos públicos

Resposta: Letra E

58)

I) Correto. São despesas correntes, de acordo com o art. 12 da Lei 4320/1964: despesas de custeio e transferências correntes.

II) Errado. São exemplos de despesas **de capital**: investimentos e inversões financeiras.

III) Correto. De acordo com o art. 12 da Lei 4320/1964, as despesas de custeio são classificadas como despesas correntes, e inversões financeiras são classificadas como despesas de capital.

IV) Correto. Consoante o art. 12 da Lei 4320/1964, são despesas de capital: investimentos, inversões financeiras, transferências de capital.

V) Errado. São exemplos de despesas correntes as transferências correntes. Entretanto, as inversões financeiras são despesas de **capital**.

Logo, **três** itens estão corretos: I, III e IV.

Resposta: Letra C

59)

A **classificação por esfera orçamentária** tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal, da seguridade social ou de investimento das empresas estatais.

Resposta: Letra C

60)

A desapropriação ou mesmo a aquisição de um terreno para a realização de obras é classificada como **investimento, portanto, despesa de capital**.

Resposta: Letra A

61)

a) Correta. São exemplos de investimentos: obras públicas, equipamentos e instalações, e material permanente.

b) Errada. São exemplos de **inversões financeiras**: aquisição de imóveis e participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades comerciais ou financeiras.

c) Errada. São exemplos de investimentos: obras públicas, equipamentos e instalações e material permanente. Entretanto, são exemplos de **inversões financeiras** a aquisição de imóveis e a participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades comerciais ou financeiras.

d) Errada. Um exemplo de **investimento** é a participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades industriais ou agrícolas.

e) Errada. Subvenção econômica é uma despesa **corrente**.

Resposta: Letra A

62)

Segundo o art. 12 da Lei 4320/1964, a despesa será classificada nas categorias econômicas **correntes e de capital**.

Resposta: Letra C

63)

A aquisição de um terreno para construção de uma escola é um exemplo de despesa de **investimento**.

Resposta: Letra C

64)

a) Correta. Como função, deve entender-se o maior nível de agregação das diversas áreas que competem ao setor público. Está relacionada com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios.

b) Errada. Entende-se como **programa** o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.

c) Errada. **Projeto** é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou para o aperfeiçoamento da ação do Governo.

d) Errada. **Atividade** é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo.

e) Errada. Não era necessário decorar essas subfunções. O erro deveria ser identificado pelo conceito, pois uma atividade não é composta de funções. O correto é: na **função** 18 - Gestão Ambiental – encontram-se as **subfunções** 541 – Preservação e Conservação Ambiental; 542 – Controle Ambiental; 543 – Recuperação de Áreas Degradadas; 544 - Recursos Hídricos; e 545 – Meteorologia.

Resposta: Letra A

65)

Juros e encargos da dívida são despesas correntes.

As demais são despesas de capital: Amortização da Dívida, Investimentos e Inversões Financeiras.

Resposta: Letra D

66)

Juros e encargos da dívida são despesas correntes.

As demais são despesas de capital: Inversões Financeiras, Amortização da Dívida e Investimentos.

Resposta: Letra A

67)

As **subvenções econômicas** e sociais são despesas correntes.

As demais são despesas de capital: Inversões Financeiras, Amortização da Dívida Pública e Material Permanente.

Resposta: Letra A

68)

São extraorçamentárias as despesas não consignadas no orçamento ou nas leis de créditos adicionais. Correspondem à devolução de recursos transitórios que foram obtidos como receitas extraorçamentárias, ou seja, pertencem a terceiros e não aos órgãos públicos, como as restituições de cauções, os pagamentos de restos a pagar, o resgate de operações por antecipação de receita orçamentária (débitos de tesouraria), as consignações etc.

As demais alternativas apresentam despesas orçamentárias.

Resposta: Letra C

69)

A despesa orçamentária não efetiva ou por mutação patrimonial é aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade e constitui fato contábil permutativo. Exemplo: despesas de capital, exceto as transferências de capital que causam decréscimo patrimonial.

A amortização da dívida é despesa de capital e, portanto, não efetiva.

As demais alternativas trazem despesas efetivas.

Resposta: Letra C

70)

DESPESAS CORRENTES NA LEI 4320/1964	
DESPESAS DE CUSTEIO	<u>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</u>
Pessoal Civil Pessoal Militar Material de Consumo Serviços de Terceiros Encargos Diversos	Subvenções Sociais Subvenções Econômicas Inativos Pensionistas Salário Família e Abono Familiar Juros da Dívida Pública Contribuições de Previdência Social Diversas Transferências Correntes

Resposta: Letra C

71)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

a) Errada. O Poder Executivo **deve enviar** o projeto da LOA ao Poder Legislativo ainda que a LDO não tenha sido aprovada.

b) Errada. A classificação por fontes de recursos consiste em um código de **três** dígitos, sendo que o primeiro indica o grupo de fontes de recursos, e o segundo e terceiro, a especificação das fontes de recursos.

c) Correta. As transferências de capital causam decréscimo patrimonial e, assim, são efetivas.

d) Errada. Os programas de duração continuada, constantes dos Planos Plurianuais, compreendem despesas **correntes** destinadas tipicamente à realização das atividades-meio dos órgãos e entidades integrantes do orçamento público.

Resposta: Letra C

72)

(2. Despesas de capital) Despesas com o planejamento e a execução de obras.

(2. Despesas de capital) Despesas com obras públicas.

(2. Despesas de capital) Despesas com amortização da dívida pública.

(1. Despesas correntes) Pagamento de juros.

(1. Despesas correntes) Aquisição de material para consumo.

(1. Despesas correntes) Despesas com salários do pessoal civil, militar, ativos ou inativos e os respectivos encargos.

Logo, a sequência correta é **2, 2, 2, 1, 1, 1**.

Resposta: Letra E

73)

As Inversões Financeiras correspondem a despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.

Resposta: Letra A

74)

A **subvenção econômica** será concedida a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril, mediante expressa autorização em lei especial (art. 61 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra B

75)

A aquisição de materiais para estoque é uma despesa corrente, porém representa fato permutativo e, assim, é não efetiva.

Resposta: Certa

76)

Inversões financeiras são despesas **de capital** destinadas à aquisição de imóveis, **ou de bens de capital já em utilização.**

Resposta: Errada

77)

As possíveis despesas previstas para a manutenção e o funcionamento de serviços públicos são classificadas como despesas **correntes.**

Resposta: Errada

78)

Recursos para manutenção e conservação de instalações são despesas **correntes.**

Resposta: Errada

79)

O grupo de natureza de despesa é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto.

Resposta: Certa

80)

A receita obtida com a amortização de empréstimos é uma origem da categoria econômica das receitas de capital.

Resposta: Certa

Divulgue o livro mais completo de AFO e o único livro teórico com acesso a 1000 questões comentadas! Valorize o trabalho do autor para que sirva de exemplo!

Capítulo X

1)

De acordo com a sua cronologia, as etapas (ou estágios) das receitas públicas acontecem na seguinte ordem **previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento**.

Resposta: Letra E

2)

A arrecadação consiste na entrega do recurso ao agente ou banco arrecadador pelo contribuinte ou devedor (foi realizada em 10/12/2012, no valor de R\$ 21.000,00). Já o recolhimento consiste no depósito em conta do Tesouro, aberta especificamente para esse fim, pelos caixas ou bancos arrecadadores (foi realizada em 11/12/2012, no valor de R\$ 21.000,00)

No enfoque orçamentário, pela Lei 4320/1964:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

*I - as receitas nele **arrecadadas**;*

II - as despesas nele legalmente empenhadas.

Assim, neste caso, em 2012, deve-se considerar a arrecadação da receita no valor de **R\$ 21.000,00 em 10/12/2012**.

Resposta: Letra A

3)

O **empenho global** é utilizado para atender às despesas com montante também definido. A especificidade é que tal modalidade é permitida para atender despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento. São exemplos os aluguéis, salários, prestação de serviços etc.

A questão pede o empenho relativo ao exercício de 2013, logo o total será o valor mensal (20.000,00) multiplicado pelo número de meses que falta para encerrar 2013 (se estamos em 1º de maio, faltam 8 meses).

Total = 8 x 20.000,00 = **160.000,00**

Resposta: Letra C

4)

Se um determinado órgão público cancelou uma compra porque os produtos recebidos não atenderam as especificações previstas no Edital de Licitação, a liquidação não foi finalizada.

Assim, **somente o empenho da despesa será anulado**.

Resposta: Letra B

5)

a) Correta. São modalidades de empenho: ordinária, estimativa ou global. Além disso, o empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

b) Errada. É na **liquidação** que será cobrada a prestação dos serviços ou a entrega dos bens, ou, ainda, a realização da obra.

c) Errada. O empenho **pode** ser elaborado de forma estimativa. A característica desta modalidade é a existência de despesa cujo montante não se possa determinar.

d) Errada. O empenho da despesa **não** poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

e) Errada. O empenho global é um tipo utilizado **somente para despesas contratuais ou outras despesas sujeitas a parcelamentos**.

Resposta: Letra A

6)

A liquidação tem por finalidade reconhecer ou apurar:

- a origem e o objeto do que se deve pagar;
- a importância exata a pagar; e
- a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

Resposta: Letra B

7)

Segundo o art. 58 da Lei 4.320/1964, o **empenho** é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Resposta: Letra C

8)

a) Correta. O art. 53 da Lei 4.320/1964 define o lançamento da receita como o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

b) Errada. A **liquidação da despesa** tem por objetivo apurar a origem e o objeto do que se deve pagar.

c) e) Erradas. As afirmativas "apura o comportamento da arrecadação de determinada receita em exercícios anteriores" e "é a base para a fixação do montante de despesas que constarão na lei do orçamento" estão relacionadas ao estágio da **previsão** da receita.

d) Errada. Sob o enfoque orçamentário, a **arrecadação** é o estágio em que a receita é considerada realizada.

Resposta: Letra A

9)

(4 - Liquidação) fato em que a Administração Pública reconhece o recebimento do material adquirido ou serviço prestado.

(2 - Empenho global) ato orçamentário para despesas com pagamento parcelado.

(3 - Empenho estimativo) ato orçamentário destinado a aquisições de valores não conhecidos previamente, como os gastos com energia elétrica.

(5 - Pagamento) fato de extinção da obrigação com fornecedor de bens ou serviços para a administração pública.

(1 - Empenho ordinário) tipo de aquisição para valor conhecido e pagamento único.

Logo, a sequência é **4 - 2 - 3 - 5 - 1**.

Resposta: Letra E

10)

No enfoque orçamentário da Lei 4320/1964:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;

II - as despesas nele legalmente empenhadas.

CATEGORIAS DAS DESPESAS <u>EMPENHADAS</u>	
DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
Pessoal Ativo 50 Material de Consumo 40	Aquisição de Equipamentos 40 Empréstimos Concedidos 10
Total = 90	Total = 50

A questão trouxe o termo "concedidos", o qual se aplica quando o estado é o credor, portanto, seria receita de capital. Entretanto, pelo enunciado da questão, vamos considerar que é uma despesa de capital, ou seja, que o estado é o devedor.

Resposta: Letra D

11)

Já vimos no enfoque orçamentário da Lei 4320/1964:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;

II - as despesas nele legalmente empenhadas.

No que se refere ao enfoque patrimonial da despesa, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial diminutiva, independentemente da execução orçamentária, em função do **fato gerador**, observando-se os princípios da competência e da oportunidade. Em regra, o fato gerador será simultâneo tanto na liquidação da despesa, como na aquisição de bens de consumo.

DESPESAS CORRENTES	
ENFOQUE ORÇAMENTÁRIO (EMPENHADAS)	ENFOQUE PATRIMONIAL (LIQUIDADAS)
Pessoal Ativo 50 Material de Consumo 40	Pessoal Ativo 50 Material de Consumo 20
Total = 90	Total = 70

Resposta: Letra B

12)

No que tange à etapa da receita orçamentária denominada de execução, a Lei 4.320/1964 estabelece como estágios da execução da receita orçamentária **o lançamento, a arrecadação e o recolhimento**.

Resposta: Letra C

13)

Os estágios da receita pública são: previsão, lançamento, arrecadação e **recolhimento**.

Os estágios da despesa são fixação (ou programação), empenho, liquidação e **pagamento**.

Resposta: Letra A

14)

Segundo o art. 63 da Lei 4.320/1964, a **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Resposta: Letra D

15)

Na Lei 4320/1964:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.

Resposta: Letra A

16)

ENFOQUE	RECEITA	DESPESA
<u>ORÇAMENTÁRIO</u>	Caixa	Competência
<u>PATRIMONIAL</u>	Competência	Competência

Resposta: Letra C

17)

Empenho, liquidação e pagamento são estágios da execução da despesa.

Resposta: Letra D

18)

Na Lei 4320/1964:

"Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

§ 1º Em casos **especiais** previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho."

Resposta: Letra C

19)

A modalidade de **empenho ordinário** é utilizada para as despesas com montante previamente conhecido e cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.

Resposta: Letra C

20)

Na alternativa "A", caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado parcialmente.

Entretanto, o empenho deverá ser **totalmente** anulado quando tiver sido emitido incorretamente ou quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido.

As demais alternativas estão corretas e servem como revisão de estudo.

Resposta: Letra A

21)

O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente constituídos por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de **adiantamento** (art. 65 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

22)

Segundo o art. 63 da Lei 4.320/1964, a **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Resposta: Letra E

23)

Os três estágios da execução das despesas previstos na Lei 4.320/1964 são **empenho, liquidação e pagamento**.

Resposta: Letra C

24)

Atualmente se encontra em aplicação a sistemática do pré-empenho antecedendo esses estágios, constituindo uma **reserva de dotação**, já que, após o recebimento do crédito orçamentário e antes do seu comprometimento para a realização da despesa, existe uma fase geralmente demorada de licitação obrigatória junto a fornecedores de bens e serviços que impõe a necessidade de se assegurar o crédito até o término do processo licitatório.

Resposta: Letra A

25)

I) Correto. Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho (art. 60, § 1º, da Lei 4320/1964).

II) Errado. É **vedada** a realização de despesa sem prévio empenho (art. 60, *caput*, da Lei 4320/1964).

III) Correto. Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar (art. 60, § 2º, da Lei 4320/1964).

IV) Errado. É **permitido** o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento (art. 60, § 3º, da Lei 4320/1964).

Logo, as afirmativas I e III são verdadeiras; II e IV são falsas.

Resposta: Letra C

26)

Ressalvado o disposto no Art. 67 da Constituição Federal, é vedado aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito, **mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente** (art. 59, § 1º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra A

27)

Na alternativa III, o **pagamento** é o estágio da despesa em que a autoridade competente efetua o pagamento ao Credor.

As demais alternativas estão corretas.

Logo, apenas quatro afirmativas estão corretas.

Resposta: Letra D

28)

A questão pede o conceito de receita pública pelo enfoque orçamentário e mistura os itens com seus estágios:

a) Errada. O **estágio da previsão** compreende a estimativa das receitas que compõem a proposta orçamentária.

b) Errada. O **estágio do recolhimento** consiste na entrega dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro.

c) Errada. O **estágio do lançamento** corresponde ao ato praticado pelos agentes da repartição competente referente à procedência do crédito fiscal e a pessoa física ou jurídica que lhe é devedora.

d) Correta. É um conceito possível de receita pública: são disponibilidades de recursos financeiros do exercício orçamentário e cuja finalidade precípua é viabilizar a execução das políticas públicas, a fim de atender às necessidades coletivas e demandas da sociedade.

e) Errada. No enfoque orçamentário, como pede a questão, a receita é reconhecida pelo regime de caixa, ou seja, **as receitas são contabilizadas somente quando recebidas** (entram no caixa).

Resposta: Letra D

29)

Todas estão corretas e servem como revisão do nosso estudo.

Resposta: Letra E

30)

A doutrina majoritária considera que os estágios da despesa são **fixação (ou programação)**, empenho, liquidação e pagamento.

Resposta: Letra B

31)

Segundo o art. 63 da Lei 4.320/1964, a **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Resposta: Letra D

32)

O **empenho da despesa** é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Resposta: Letra E

33)

(I – Empenho) W – Consiste na reserva de dotação orçamentária para um objetivo específico.

(II – Liquidação) Z – Cria-se a obrigação de pagamento por parte do Estado.

(III – Pagamento) Y – Há o efetivo desembolso financeiro público.

Resposta: Letra A

34)

a) Correta. O pagamento de juros e encargos da dívida é classificado como despesa corrente, enquanto a amortização da dívida é despesa de capital

b) Errada. O pré-empenho antecede os estágios da despesa e **tem como finalidade assegurar o crédito até o término do processo licitatório.**

c) Errada. Os estágios de execução da despesa orçamentária são: empenho, **liquidação** e pagamento.

d) Errada. Os investimentos são classificados como despesas **de capital.**

e) Errada. As modalidades de empenho são: **ordinário**, por estimativa e global.

Resposta: Letra A

35)

O **recolhimento** é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e pelo controle da arrecadação e programação financeira, observando o Princípio da Unidade de Caixa, representado pelo controle centralizado dos recursos arrecadados em cada ente.

Resposta: Letra A

36)

I) Errado. Por **empenho** da despesa entende-se o ato emanado de autoridade competente que criou para o Estado obrigação de pagamento pendente **ou não** de implemento de condição.

II) Errado. O **recolhimento** da receita consiste no ato pelo qual os agentes arrecadadores entregam diariamente ao tesouro público o produto da arrecadação.

III) Correta. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*, da Lei 4320/1964). Essa verificação tem por fim apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação (art. 63, § 1º, da Lei 4320/1964).

IV) Errada. É **vedada** a realização de despesa sem prévio empenho (art. 60, *caput*, da Lei 4320/1964). Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da **nota de empenho**.(art. 60, § 1º, da Lei 4320/1964).

Logo, está correto apenas o item III.

Resposta: Letra B

37)

Os estágios da receita pública são: **previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento**.

Resposta: Letra D

38)

O **empenho global** é destinado para atender às despesas com montante definido. A especificidade é que tal modalidade é permitida para atender despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento.

Resposta: Letra A

39)

Segundo o art. 63 da Lei 4.320/1964, a **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito. Esse procedimento tem como objetivo verificar a importância exata a pagar e a quem se deve pagar, para extinguir a obrigação.

Resposta: Letra C

40)

O **empenho ordinário** é utilizado para as despesas com montante previamente conhecido e cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.

Resposta: Letra E

41)

(2. Lançamento) Ato administrativo que o Poder Executivo utiliza, visando identificar e individualizar o contribuinte ou o devedor e os respectivos valores, espécies e vencimentos.

(1. Previsão) Corresponde aos valores que a Lei do Orçamento consignar, pois são estimativas de receitas que se originam de estudos de previsão, antes de comporem o projeto de Lei Orçamentária.

(3. Arrecadação) Entrega realizada pelos contribuintes aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente dos recursos devido ao Tesouro.

(7. Pagamento) Efetivo desembolso financeiro.

(4. Recolhimento) Ato pelo qual os agentes arrecadadores entregam diariamente ao Tesouro Público o produto da arrecadação.

(5. Empenho) Ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não, de implemento de condição.

(6. Liquidação) Verificação do implemento de condição, ou seja, verificação objetiva do cumprimento contratual (da obrigação).

Logo, a sequência correta é 2, 1, 3, 7, 4, 5, 6.

Resposta: Letra D

42)

A **arrecadação** é a entrega dos recursos devidos ao Tesouro, realizada pelos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente.

Resposta: Letra C

43)

O empenho ordinário é para as despesas com montante **previamente conhecido (valor fixo)** e cujo pagamento deva ocorrer de **uma só vez**.

Resposta: Letra E

44)

a) Errada. Para **cada empenho** será extraída uma "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

b) Errada. O **pagamento** é o último estágio da despesa.

c) Errada. Segundo o art. 63 da Lei 4.320/1964, a liquidação da despesa **consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito**.

d) Errada. O **pagamento** da despesa só será efetuado quando ordenado **após sua regular liquidação**.

e) Correta. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

45)

Os estágios da receita orçamentária são os seguintes: **Previsão; Lançamento; Arrecadação e Recolhimento**.

Resposta: Letra C

46)

O **lançamento de ofício** é adequado aos tributos que têm como fato gerador uma situação cujos dados constam dos cadastros fiscais, de modo que basta à autoridade administrativa a consulta a aqueles registros para que se tenha às mãos dados fáticos necessários à realização do lançamento. Desta forma, é efetuado pela Administração sem a participação do contribuinte.

Resposta: Letra C

47)

Os estágios da receita orçamentária são os seguintes: **Previsão; Lançamento; Arrecadação e Recolhimento.**

Resposta: Letra D

48)

Os estágios (ou fases) da despesa são fixação (ou programação), empenho, liquidação e pagamento.

Reserva não é fase da despesa.

Resposta: Letra E

49)

A doutrina majoritária considera que os estágios da despesa são **fixação (ou programação), empenho, liquidação e pagamento.**

A **licitação** é considerada por parte da doutrina como estágio da despesa (para outra parte é uma fase do empenho). A licitação é o procedimento administrativo que tem por objetivo verificar, entre vários fornecedores habilitados, quem oferece condições mais vantajosas para a aquisição de bem ou serviço.

Analisando as alternativas, a resposta possível é **processo licitatório, empenho, liquidação e pagamento.**

Resposta: Letra D

50)

Segundo o art. 58 da Lei 4.320/1964, o **empenho** é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Resposta: Letra A

51)

a) Errada. A fixação da despesa consiste **na dotação inicial da LOA** que, segundo o princípio do equilíbrio, visa assegurar que as despesas autorizadas não serão superiores à previsão das receitas.

b) Errada. Em casos especiais previstos na legislação específica pode até mesmo ser **dispensada** a emissão da nota de empenho.

c) Errada. O empenho por **estimativa** é feito quando o valor ou montante da despesa não é previamente conhecido.

d) Correta. O pré-empenho tem por finalidade atender aos casos em que a despesa cumpre etapas com intervalos de tempo até a emissão da nota de empenho. Constitui-se em uma reserva de dotação, já que, após o recebimento do crédito orçamentário e antes do seu comprometimento para a

realização da despesa, existe uma fase geralmente demorada de licitação obrigatória junto a fornecedores de bens e serviços que impõe a necessidade de se assegurar o crédito até o término do processo licitatório.

e) Errada. A liquidação tem por objetivo a verificação da importância a se pagar e da pessoa a quem se deve pagar para extinguir a obrigação, **bem como a origem e o objeto do que se deve pagar.**

Resposta: Letra D

52)

A **arrecadação** é a entrega dos recursos devidos ao Tesouro, realizada pelos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente.

Resposta: Letra E

53)

A característica da modalidade de **empenho por estimativa** é a existência de despesa cujo montante não se possa determinar. Em geral, são gastos que ocorrem regularmente, porém que possuem base não homogênea, ou seja, o valor sempre varia. São exemplos as contas de água, **energia elétrica** e telefone, passagens, diárias, gratificações, fretes etc.

Resposta: Letra B

54)

Os estágios da receita orçamentária são os seguintes: **Previsão; Lançamento; Arrecadação e Recolhimento.**

Resposta: Letra C

55)

O **lançamento de ofício** é adequado aos tributos que têm como fato gerador uma situação cujos dados constam dos cadastros fiscais, de modo que basta à autoridade administrativa a consulta a aqueles registros para que se tenha às mãos dados fáticos necessários à realização do lançamento. Desta forma, é efetuado pela Administração sem a participação do contribuinte.

Resposta: Letra A

56)

São estágios da execução da despesa: **empenho, liquidação e pagamento.**

Resposta: Letra D

57)

O empenho **global** é destinado às despesas com montante definido. A especificidade é que tal modalidade é permitida para atender despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento.

Resposta: Letra E

58)

No **regime de competência**, as receitas e despesas são contabilizadas no momento em que são comprometidas (fato gerador da despesa), independentemente do momento que as receitas entram ou as despesas saem do caixa.

Resposta: Letra D

59)

A **arrecadação** é a entrega dos recursos devidos ao Tesouro, realizada pelos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente. Eles atuam como depositários, ora descontando e retendo tributos sobre rendimento pagos, ora cobrando de seus clientes e consumidores tributos sobre bens e serviços fornecidos.

Resposta: Letra C

60)

Segundo o art. 63 da Lei 4.320/1964, a **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Resposta: Letra B

61)

A Lei 4.320/1964 determina que o pagamento de qualquer despesa pública, seja ela de que importância for, passe pelo crivo da **liquidação**. É nesse segundo estágio da execução da despesa que será cobrada a prestação dos serviços ou a entrega dos bens, ou, ainda, a realização da obra, evitando, dessa forma, o pagamento sem o implemento de condição.

Resposta: Letra D

62)

O empenho global das despesas públicas aplica-se quando o montante a ser pago, além de ser previamente estabelecido, ocorre de forma parcelada. Assim, nos contratos de alugueis, o referido órgão poderá efetuar um único empenho, na **modalidade global**, para o pagamento de todas as prestações vincendas no exercício financeiro em curso.

Resposta: Letra C

63)

Na liquidação, as despesas com fornecimento ou com serviços prestados terão por base:

- O contrato, ajuste ou acordo respectivo.
- A nota de empenho.
- Os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva dos serviços.

O pagamento ocorre em momento posterior à liquidação. Logo, **não poderá ter como base a data do pagamento.**

Resposta: Letra C

64)

Na liquidação, as despesas com fornecimento ou com serviços prestados terão por base:

- O contrato, ajuste ou acordo respectivo.
- A nota de empenho.
- Os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva dos serviços.

Resposta: Certa

65)

Embora exista obrigatoriedade do nome do credor no documento nota de empenho, **em alguns casos torna-se impraticável** a emissão de empenhos individuais, tendo em vista o número excessivo de credores. Um exemplo é a folha de pagamento.

Logo, no caso em tela, tal operação foi **regular**.

Resposta: Errada

66)

A verificação do montante de créditos a serem comprometidos com o fornecedor já ocorre no estágio do **empenho**, já que o empenho importa deduzir seu valor de dotação adequada à despesa a realizar, por força do compromisso assumido.

Resposta: Errada

67)

A impossibilidade de se realizar uma despesa sem prévio empenho **não** compromete o uso do orçamento como ferramenta de planejamento do gasto. Quando não for possível determinar precisamente o montante de recursos que deverá ser empenhado para a execução de certas atividades, **deve-se utilizar o empenho por estimativa**.

Resposta: Errada

68)

Questão sobre o enfoque orçamentário. Na Lei 4320/1964:

"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas."

A receita será reconhecida no momento da arrecadação, caracterizando um regime orçamentário de caixa. Já a despesa será reconhecida, ao final desse exercício, por meio do empenho, caracterizando um regime orçamentário de competência.

Resposta: Certa

69)

Questão sobre o enfoque orçamentário. Na Lei 4320/1964:

"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas."

Logo, pertence ao exercício financeiro de 2011 a despesa **empenhada em 2011**.

Resposta: Certa

70)

O empenho deverá ser totalmente anulado quando tiver sido emitido incorretamente ou quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido. É o caso em tela: a empresa contratada não entregou os equipamentos no prazo e condições estabelecidos. Assim, o gestor público **poderá** solicitar o cancelamento do empenho.

Resposta: Errada

Adicione o professor no facebook:

<https://www.facebook.com/profsergiomendes>.

Fique por dentro das novidades na matéria.

Capítulo XI

1)

A fixação das cotas tem como objetivo assegurar às unidades orçamentárias, em tempo útil, a soma de recursos necessários e suficientes a melhor execução do seu programa anual de trabalho (alternativa "C"); e manter, durante o exercício, na medida do possível o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada (alternativa "D"), de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria (alternativa "E").

Logo, é correto o que se afirma apenas em **III, IV e V**.

Resposta: Letra E

2)

No que se refere à descentralização de créditos, quando ela envolver unidades gestoras de um mesmo órgão tem-se a descentralização interna, também chamada de **provisão**.

Resposta: Letra E

3)

I) Correto. A primeira fase da movimentação dos recursos é a liberação de **cota**, que corresponde ao montante de recursos colocados à disposição dos Órgãos Setoriais de Programação Financeira – OSPF pela Coordenação-Geral de Programação Financeira – COFIN/STN mediante movimentação intra-SIAFI dos recursos da Conta Única do Tesouro Nacional.

II) Errado. O **sub-repasse** é a liberação de recursos dos OSPF para as unidades sob sua jurisdição e entre as unidades de um mesmo órgão, ministério ou entidade.

III) Errado. O **repasse** é a movimentação de recursos realizada pelos OSPF para as unidades de outros órgãos ou ministérios e entidades da Administração Indireta, bem como entre estes

Logo, apenas o item I está correto.

Resposta: Letra C

4)

I) Errado. As classificações institucional e programática **não** podem ser alteradas quando da ocorrência de descentralização de créditos orçamentários.

II) Correto. Quando a descentralização envolver unidades gestoras de um mesmo órgão tem-se a descentralização interna, também chamada de provisão.

III) Correto. Quando a descentralização envolver unidades gestoras de órgãos ou entidades de estrutura diferente ter-se-á uma descentralização externa, também denominada de destaque.

IV) Errado. **Não** há mais determinação para que a descentralização de crédito externa dependa de termo de cooperação ou da celebração de convênio.

Logo, estão corretos os itens II e III.

Resposta: Letra C

5)

As cotas trimestrais limitarão a despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar por meio de **créditos orçamentários**.

Resposta: Letra C

6)

Segundo o art. 47 da Lei 4320/1964, imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.

Resposta: Letra D

7)

São objetivos do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira:

- _ Estabelecer normas específicas de execução orçamentária e financeira para o exercício;
- _ Estabelecer um cronograma de compromissos (empenhos) e de liberação (pagamento) dos recursos financeiros para o Governo Federal;
- _ Cumprir a Legislação Orçamentária (Lei 4.320/64 e LRF); e
- _ Assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas ao longo do exercício financeiro e proporcionar o cumprimento da meta de resultado primário.

Logo, limitar o volume de recursos destinados a investimentos colocados à disposição das unidades orçamentárias **não** é objetivo do decreto de programação financeira.

Resposta: Letra C

8)

A descentralização orçamentária que ocorre entre ministérios denomina-se **descentralização externa ou destaque**.

Resposta: Errada

9)

As descentralizações de créditos orçamentários ocorrem quando for efetuada movimentação de parte do orçamento, **mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica**, para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária. Quando a

descentralização envolver unidades gestoras de um mesmo órgão, tem-se a descentralização interna, também chamada de provisão.

Não se trata de crédito com dotação global.

Resposta: Errada

10)

A questão pede a operação descentralizadora de créditos orçamentários. Para isso, informa que ocorre de uma Secretaria de Estado para outra.

Quando a descentralização envolve unidades gestoras de órgãos ou entidades de estrutura diferente, ter-se-á uma descentralização externa, também denominada de **destaque**.

Resposta: Letra B

11)

As descentralizações de créditos orçamentários ocorrem quando for efetuada movimentação de parte do orçamento, **mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica**, para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária.

Resposta: Errada

12)

De acordo com os arts. 47 a 50 da Lei 4.320/1964, imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um **quadro de cotas trimestrais da despesa** que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.

Resposta: Letra C

13)

As **descentralizações de créditos orçamentários** ocorrem quando for efetuada movimentação de parte do orçamento, mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica, para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária.

Resposta: Letra E

14)

Quando a descentralização de créditos envolver unidades gestoras de um mesmo órgão, tem-se a descentralização interna, também chamada de **provisão**.

Resposta: Letra D

15)

Cota, Repasse e Sub-repasse são relacionados à movimentação (descentralização) de recursos.

Resposta: Letra A

16)

a) e b) Erradas. As descentralizações de créditos orçamentários não se confundem com transferências e transposição, pois **não** modificam o valor da programação ou de suas dotações orçamentárias (créditos adicionais); tampouco alteram a unidade orçamentária (classificação institucional) detentora do crédito orçamentário aprovado na lei orçamentária ou em créditos adicionais.

c) Errada. As descentralizações de créditos orçamentários **poderão** ocorrer entre unidades gestoras de órgãos ou entidades de estrutura diferente. Nesse caso, recebe o nome de destaque.

d) Correta. As descentralizações de créditos orçamentários ocorrem quando for efetuada movimentação de parte do orçamento, mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica, para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária.

e) Errada. Nas descentralizações de créditos orçamentários devem ser **mantidas** as classificações institucional, funcional, programática e econômica.
Resposta: Letra D

17)

A descentralização de créditos caracteriza-se pela cessão de crédito orçamentário entre unidades gestoras. A descentralização interna é denominada **provisão** e a externa, destaque.

Resposta: Letra D

18)

A descentralização de créditos caracteriza-se pela cessão de crédito orçamentário entre unidades gestoras. A descentralização interna é denominada **provisão** e a externa, **destaque**.

Resposta: Letra E

19)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

I) Errada. As descentralizações de créditos orçamentários **não** modificam o valor da programação ou de suas dotações orçamentárias (créditos adicionais); **tampouco** alteram a unidade orçamentária (classificação institucional) detentora do crédito orçamentário aprovado na lei orçamentária ou em créditos adicionais.

II) Errada. A etapa do planejamento **abrange**, de modo geral, a fixação da despesa orçamentária, a descentralização/movimentação de créditos, a programação orçamentária e financeira, e o **processo de licitação** e contratação.

III) Correta. A fixação é concluída com a autorização dada pelo Poder Legislativo por meio da lei orçamentária anual.

Logo, apenas o item III está correto.

Resposta: Letra C

20)

a) Errada. A liberação de recursos de um órgão setorial de programação financeira para entidades da Administração indireta constitui um **repasse**.

b) Errada. A liberação de recursos de órgãos setoriais de programação financeira para unidades gestoras de sua jurisdição constitui um **sub-repasse**.

c) Errada. A liberação de recursos de uma entidade da Administração indireta para órgão da Administração direta constitui um **repasse**.

d) Correta. A liberação de recursos da programação financeira pode ocorrer por meio de liberação de cotas do órgão central para o setorial de programação financeira, repasses e sub-repasses.

e) Errada. A liberação de recursos entre entidades da Administração indireta constitui um **repasse**.

Resposta: Letra D

21)

Quando a descentralização de créditos envolver unidades gestoras de um mesmo órgão, tem-se a descentralização interna, também chamada de provisão. Se, porventura, ocorrer entre unidades gestoras de órgãos ou entidades de estrutura diferente, ter-se-á uma descentralização externa, também denominada de **destaque**.

Resposta: Letra B

22)

São objetivos do decreto de programação orçamentária e financeira:

_ estabelecer normas específicas de execução orçamentária e financeira para o exercício (alternativa "B");

_ estabelecer um cronograma de compromissos (empenhos) e de liberação (pagamento) dos recursos financeiros para o Governo Federal (alternativa "C");

_ cumprir a Legislação Orçamentária - Lei 4.320/1964 e LRF (alternativa "D");
e

_ assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas ao longo do exercício financeiro e proporcionar o cumprimento da meta de resultado primário.

É a **LDO** que dispõe sobre critérios para limitação de empenho e movimentação financeira.

Resposta: Letra A

23)

A dotação orçamentária está para a cota financeira; o destaque orçamentário está para o repasse financeiro; e a **provisão** orçamentária está para o sub-repasse financeiro.

Resposta: Letra A

24)

Cota, repasse e sub-repasse são termos relacionados à movimentação financeira (ou descentralização de recursos).

Dotação, destaque e provisão são termos relacionados à descentralização de créditos.

Resposta: Letra D

25)

Cota, **repasse** e sub-repasse são termos relacionados à movimentação financeira (ou descentralização de recursos).

Dotação, destaque e provisão são termos relacionados à descentralização de créditos.

Resposta: Letra B

26)

A movimentação de créditos, a que chamamos habitualmente de descentralização de créditos, consiste na transferência, de uma unidade gestora para outra, do poder de utilizar créditos orçamentários que lhe tenham sido consignados no Orçamento ou lhe venham a ser transferidos posteriormente. A descentralização pode ser interna, se realizada entre UGs do mesmo órgão (provisão); ou externa, se efetuada entre órgãos distintos (destaque).

Resposta: Certa

27)

A primeira fase da movimentação dos recursos é a liberação de **cota** e também deve ser realizada em consonância com o cronograma de desembolso aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Assim, cota é o montante de recursos colocados à disposição dos Órgãos Setoriais de Programação Financeira – OSPF pela Coordenação-Geral de Programação Financeira – COFIN/STN mediante movimentação intra-SIAFI dos recursos da Conta Única do Tesouro Nacional.

Resposta: Errada

28)

A movimentação de recursos financeiros oriundos do orçamento da União, entre as UGs que compõem o Sistema de Programação Financeira, se dá sob a forma de liberação de cotas, repasses e sub-repasses para o pagamento de

despesas, bem como por meio de concessão de limite de saque à Conta Única do Tesouro.

O sub-repasse é a liberação de recursos dos OSPF para as unidades sob sua jurisdição e entre as unidades de um mesmo órgão, ministério ou entidade.

Resposta: Certa

29)

Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar. A fixação das cotas tem como objetivo assegurar às unidades orçamentárias, em tempo útil, a soma de recursos necessários e suficientes a melhor execução do seu programa anual de trabalho; e manter, durante o exercício, na medida do possível o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.

Resposta: Certa

30)

De acordo com os arts. 47 a 50 da **Lei 4.320/1964**, imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.

Esse mecanismo foi **aperfeiçoado pela LRF**, que determina a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso, no prazo de 30 dias após a publicação dos orçamentos.

Resposta: Errada

31)

São objetivos do decreto de programação orçamentária e financeira:

- _ estabelecer normas específicas de execução orçamentária e financeira para o exercício;
- _ estabelecer um cronograma de compromissos (empenhos) e de liberação (pagamento) dos recursos financeiros para o Governo Federal;
- _ cumprir a Legislação Orçamentária (Lei 4.320/1964 e LRF); e
- _ assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas ao longo do exercício financeiro e proporcionar o cumprimento da meta de resultado primário.

Logo, **não** é finalidade ou objetivo do referido Decreto garantir que a parcela do plano plurianual prevista para o exercício em curso seja efetivamente realizada.

Resposta: Errada

32)

Segundo o art. 8º da LRF, até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder

Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Resposta: Certa

33)

São objetivos do decreto de programação orçamentária e financeira:

- _ estabelecer normas específicas de execução orçamentária e financeira para o exercício;
- _ estabelecer um cronograma de compromissos (empenhos) e de liberação (pagamento) dos recursos financeiros para o Governo Federal;
- _ cumprir a Legislação Orçamentária (Lei 4.320/1964 e LRF); e
- _ assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas ao longo do exercício financeiro e proporcionar o cumprimento da meta de resultado primário.

Logo, **não** é finalidade ou objetivo do referido Decreto monitorar o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no plano plurianual.

Resposta: Errada

34)

Segundo o art. 8º da LRF, **até trinta dias após a publicação dos orçamentos**, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Logo, a programação financeira **não** é realizada em conjunto com a elaboração do plano plurianual.

Resposta: Errada

35)

A descentralização externa, também chamada de **destaque**, ocorrerá caso a descentralização de créditos envolva unidades gestoras de órgãos diferentes.

Resposta: Errada

Você está estudando pelo livro de Administração Financeira e Orçamentária/Orçamento Público mais completo do mercado e adotado pelas principais bancas examinadoras. Agora é com você para se dar bem nessas matérias!

Capítulo XII

1)

A **Nota de Movimentação de Crédito (NC)** é o documento utilizado para registrar a movimentação interna e externa de créditos e suas anulações.

Resposta: Letra A

2)

A **Nota de Lançamento por Evento (NL)** é o documento utilizado para registrar a apropriação/liquidação de receitas e despesas, bem como outros atos e fatos administrativos, inclusive os relativos a entidades supervisionadas, associados a eventos contábeis não vinculados a documentos específicos.

Resposta: Letra A

3)

Como nem todos dominam a contabilidade, foi criado o **evento**, que é um código associado a cada tipo de ato ou fato que deva ser registrado contabilmente pelo sistema e ao qual se associa, por sua vez, um roteiro contábil, ou seja, uma lista das contas de débito e crédito que devam ser afetadas, de forma a que todos os operadores do SIAFI possam efetuar lançamentos contábeis, mesmo que absolutamente nada saibam sobre contabilidade.

Resposta: Letra D

4)

A **Nota de Empenho (NE)** é o documento utilizado para registrar as operações que envolvem despesas orçamentárias realizadas pela Administração Pública Federal, ou seja, o comprometimento de despesa, seu reforço ou anulação, indicando o nome do credor, a especificação e o valor da despesa, bem como a dedução desse valor do saldo da dotação própria.

Resposta: Letra D

5)

As consultas no SIAFI podem ser Analíticas ou Sintéticas. A **Analítica** é a consulta on-line que apresenta informações atualizadas até o instante em que foram solicitadas, pois utiliza os próprios arquivos onde são atualizados os movimentos diários do Sistema, ou seja, todos os documentos registrados até o momento estão computados nas informações apresentadas.

Resposta: Letra A

6)

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda é o órgão responsável.

Resposta: Letra C

7)

a) Errada. A Nota de Lançamento por evento é o documento utilizado para registrar a apropriação/liquidação de receitas e despesas, bem como outros atos e fatos administrativos, inclusive os relativos a entidades supervisionadas, associados a eventos contábeis não vinculados a documentos específicos.

b) Errada. A Nota de Programação Financeira é o documento que permite registrar os valores constantes da Proposta de Programação Financeira (PPF) e da Programação Financeira Aprovada (PFA), envolvendo a Coordenação-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – COFIN/STN e os Órgãos Setoriais de Programação Financeira – OSPF.

c) Errada. A Ordem Bancária é o documento utilizado para o pagamento de compromissos, bem como para a liberação de recursos para fins de suprimento de fundos.

d) Correta. A Nota de Empenho é o documento utilizado para registrar as operações que envolvem despesas orçamentárias realizadas pela Administração Pública federal, ou seja, o comprometimento de despesa, seu reforço ou anulação, indicando o nome do credor, a especificação e o valor da despesa, bem como a dedução desse valor do saldo da dotação própria.

e) Errada. A Nota de Dotação é o documento utilizado para registro das informações orçamentárias elaboradas pela Secretaria de Orçamento Federal, ou seja, dos créditos previstos no Orçamento Geral da União. Também se presta à inclusão de créditos no Orçamento não previstos inicialmente e ao registro do desdobramento do Plano Interno e do detalhamento da fonte de recursos.

Resposta: Letra D

8)

a) Errada. A Conta Única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil, tem por finalidade acolher as disponibilidades financeiras da **União**.

b) Errada. A operacionalização da Conta Única do Tesouro Nacional será efetuada por intermédio do Banco do Brasil S/A, **ou por outros agentes financeiros autorizados pelo Ministério da Fazenda**.

c) Errada. É movimentada pelas Unidades Gestoras - UG da Administração Pública Federal, inclusive Fundos, Autarquias, Fundações, e outras entidades integrantes do SIAFI, na modalidade "**on-line**".

d) Errada. O **SIAFI** consolidará, diariamente, as Ordens Bancárias emitidas, de acordo com a respectiva finalidade, gerando a "Relação de Ordens Bancárias Intra-SIAFI-RT" e a "Relação de Ordens Bancárias Externas – RE".

e) Correta. A movimentação de recursos da Conta Única será efetuada por meio de Ordem Bancária - OB, Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, Guia da Previdência Social - GPS, Documento de Receita de Estados e/ou Municípios - DAR, Guia do Salário Educação - GSE, Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações da Previdência Social - GFIP, Nota de Sistema - NS ou Nota de Lançamento - NL, de acordo com as respectivas finalidades.

Resposta: Letra E

9)

Como nem todos dominam a contabilidade, foi criado o **evento**, que é um código associado a cada tipo de ato ou fato que deva ser registrado contabilmente pelo sistema e ao qual se associa, por sua vez, um roteiro contábil, ou seja, uma lista das contas de débito e crédito que devam ser afetadas, de forma a que todos os operadores do SIAFI possam efetuar lançamentos contábeis, mesmo que absolutamente nada saibam sobre contabilidade.

Resposta: Letra D

10)

Um dos principais objetivos do **Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI** é prover mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial aos órgãos e entidades da administração pública.

Resposta: Letra B

11)

a) Correta. É um dos objetivos do SIAFI proporcionar a transparência dos gastos do Governo Federal.

b) Errada. É um dos objetivos do SIAFI permitir o acompanhamento e a avaliação do uso dos **recursos públicos**.

c) Errada. É um dos objetivos do SIAFI integrar e compatibilizar as informações no âmbito do **Governo Federal**.

d) Errada. É um dos objetivos do SIAFI permitir o registro contábil dos balancetes dos estados e municípios e de suas supervisionadas.

e) Errada. É um dos objetivos do SIAFI permitir o controle da dívida interna e **externa**, bem como o das transferências negociadas.

Resposta: Letra A

12)

A **Nota de Empenho (NE)** é o documento utilizado para registrar as operações que envolvem despesas orçamentárias realizadas pela

Administração Pública Federal, ou seja, o comprometimento de despesa, seu reforço ou anulação, indicando o nome do credor, a especificação e o valor da despesa, bem como a dedução desse valor do saldo da dotação própria.

Resposta: Letra C

13)

Como nem todos dominam a contabilidade, foi criado o **evento**, que é um código associado a cada tipo de ato ou fato que deva ser registrado contabilmente pelo sistema e ao qual se associa, por sua vez, um roteiro contábil, ou seja, uma lista das contas de débito e crédito que devam ser afetadas, de forma a que todos os operadores do SIAFI possam efetuar lançamentos contábeis, mesmo que absolutamente nada saibam sobre contabilidade.

Resposta: Letra A

14)

Um dos principais objetivos do **SIAFI** é proporcionar a transparência dos gastos do governo federal.

Resposta: Letra B

15)

O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de **unidade de tesouraria**, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais (art. 56 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra C

16)

A **Nota de Dotação (ND)** é o documento utilizado para registro das informações orçamentárias elaboradas pela Secretaria de Orçamento Federal, ou seja, dos créditos previstos no Orçamento Geral da União. Também se presta à inclusão de créditos no orçamento não previstos inicialmente e ao registro do desdobramento do plano interno e do detalhamento da fonte de recursos.

Resposta: Letra D

17)

A **Nota de Movimentação de Crédito (NC)** é o documento utilizado para registrar a movimentação interna e externa de créditos e suas anulações.

Resposta: Letra E

18)

XX.Y.ZZZ	TIPO DE UTILIZAÇÃO
0	Evento utilizado diretamente pelo gestor
1	Evento utilizado diretamente pelo sistema

5	Estorno de evento do gestor
6	Estorno interno do sistema

Obs.: **há** ainda a possibilidade de eventos **complementares**.

É possível resolver a questão apenas com o nosso quadro-resumo. A alternativa "A" está errada, pois o dígito 1 corresponde ao evento utilizado diretamente **pelo sistema**.

Resposta: Letra A

19)

Na alternativa "E", a Nota de Programação Financeira é um documento que permite registrar os valores constantes da Proposta de Programação Financeira e da Programação Financeira **Aprovada**.

As demais alternativas estão corretas e servem como revisão do assunto.

Resposta: Letra E

20)

A conta única do Tesouro Nacional, mantida junto ao **BACEN** e **operacionalizada pelo Banco do Brasil S.A.**, recebe as disponibilidades financeiras da União.

Resposta: Letra E

21)

Na alternativa "D", é objetivo do SIAFI padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, **sem implicar** rigidez ou restrição a essa atividade, uma vez que ele permanece sob total controle do ordenador de despesa de **cada unidade gestora**.

As demais alternativas apresentam corretamente objetivos do SIAFI.

Resposta: Letra D

22)

Cada subsistema tem uma função própria e bem delimitada no SIAFI. Podemos organizá-los informalmente em cinco grupos principais: **Controle de Haveres e Obrigações, Administração do Sistema, Execução Orçamentária e Financeira, Organização de Tabelas e Recursos Complementares com Aplicação Específica**.

Resposta: Letra B

23)

A conformidade é um instrumento de segurança do SIAFI que permite às Unidades Gestoras a ratificação e o fechamento das operações por elas realizadas. O registro da conformidade dos aspectos relativos à gestão do patrimônio público deve ser feito por servidor que não tenha a função de emitir documentos.

Resposta: Certa

24)

O Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades inerentes ao Sistema de Serviços Gerais – SISG, quais sejam: gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão é responsável pelo Sistema.

Resposta: Certa

25)

Para facilitar o cadastramento de fornecedores, há, no **SIASG**, um subsistema de cadastramento unificado de fornecedores (SICAF).

Resposta: Errada

26)

Uma das características da forma de acesso *off-line* é as disponibilidades financeiras da unidade serem individualizadas em conta-corrente bancária e **não compõem a conta única.**

Resposta: Errada

27)

O código do evento é composto de seis números estruturados da seguinte forma:

CÓDIGO DO EVENTO		
XX	Y	ZZZ
Classe do evento	Tipo de utilização	Código sequencial

Logo, a classe possui apenas **dois dígitos**. O código **sequencial** é que possui três dígitos.

Resposta: Errada

28)

O SIAFI promove, de forma automática, os lançamentos contábeis correspondentes aos registros dos atos e fatos praticados pelos gestores públicos quando do exercício de suas atividades. Assim, é possível utilizar a contabilidade como fonte de informações confiáveis e instantâneas, pois os registros são lançados no mesmo momento em que os fatos ocorrem e não é necessária a existência de um contador em cada UG para efetuar a classificação contábil de cada ato ou fato realizado.

Resposta: Certa

29)

No que se refere ao tipo de utilização, tem-se:

XX.Y.ZZZ	TIPO DE UTILIZAÇÃO
0	Evento utilizado diretamente pelo gestor
1	Evento utilizado diretamente pelo sistema
5	Estorno de evento do gestor
6	Estorno interno do sistema

Obs.: **há ainda** a possibilidade de eventos complementares.

Resposta: Errada

30)

Sobre o princípio da unidade de tesouraria, a Lei 4320/64 dispõe que:

Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

Resposta: Certa

31)

Sobre o princípio da unidade de tesouraria, a Lei 4320/64 dispõe que:

*Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, **vedada** qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.*

Resposta: Errada

32)

A execução contábil relativa aos atos e fatos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial da União obedece ao Plano de Contas elaborado e mantido de acordo com os padrões estabelecidos, tendo como partes integrantes a relação das contas agrupadas segundo suas funções, a tabela de eventos (conjunto de todos os eventos existentes) e a indicação do mecanismo de débito e crédito de cada conta. Trata-se, portanto, de um conjunto das contas utilizáveis em toda a Administração Pública federal, organizadas e codificadas com o propósito de sistematizar e uniformizar o registro contábil dos atos e fatos de gestão, e permitir a qualquer momento, com precisão e clareza, a obtenção dos dados relativos ao patrimônio da União.

Resposta: Certa

33)

Para a efetivação de uma despesa via SIAFI, considerando-se que não há retenção de valores e registro de obrigações para pagamento posterior, é necessário que o empenho seja feito em uma classe de eventos (40.0.000 – empenho da despesa) e a liquidação seja feita em outras duas classes de eventos (53.0.000 – liquidações de obrigações e 56.0.000 – liquidações de direitos), sendo uma para cada lado da partida dobrada.

Resposta: Certa

34)

No SIAFI, a conformidade contábil pode ser do tipo "sem restrição" ou "com restrição".

A conformidade contábil será registrada "**com restrição**" se observada **qualquer uma** das seguintes situações:

_ falta do registro, pela UG, da Conformidade de Registros de Gestão;

quando houver inconsistências ou desequilíbrios nas Demonstrações Contábeis;

_ quando as Demonstrações Contábeis não espelharem as atividades fins do Órgão;

_ quando a UG possuir inconsistências apresentadas na transação CONCONTIR ou CONINCONS;

_ quando houver quaisquer inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis, observados os esclarecimentos constantes de manuais de análise disponibilizados no Manual SIAFI e demais instrumentos que o responsável pelo registro da conformidade contábil julgar necessário para subsidiar a análise.

Resposta: Certa

35)

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

Resposta: Certa

Adicione o professor no twitter: @sergiomendesaf. Fique por dentro das novidades na matéria.

Capítulo XIII

1)

No caso em tela, a despesa foi empenhada no valor de R\$150.000,00 em 2013, não foi cancelada ao fim do ano e o início da liquidação foi apenas em 2014.

Logo, no fim de 2013, a despesa foi inscrita em **restos a pagar não processados**, pois foi empenhada, não liquidada e não paga dentro do exercício financeiro.

Resposta: Letra A

2)

O empenho de despesa não liquidada será considerado anulado em 31 de dezembro, para todos os fins, salvo quando esteja em curso a liquidação da despesa.

Assim, no caso em tela, devido ao prazo insuficiente para atestar a adequação dos equipamentos recebidos e ser efetuada a liquidação, a despesa deverá ser **inscrita em restos a pagar não processados**.

Resposta: Letra B

3)

Restos a Pagar com prescrição interrompida: ainda que os saldos remanescentes dos Restos a Pagar sejam cancelados após o término do prazo previsto, o direito do credor prescreve apenas em cinco anos. Os Restos a Pagar com prescrição interrompida, os quais são aqueles cuja inscrição tenha sido cancelada, mas ainda está vigente o direito do credor, poderão ser pagos à conta de despesas de exercícios anteriores, respeitada a categoria própria.

Resposta: Letra E

4)

RAP totais = empenhado - cancelado - pago

RAP totais = 1.100 - 840

RAP totais = 260

Resposta: Letra E

5)

RAP não processados = empenhado - liquidado - cancelado

RAP não processados = 1.100 - 980

RAP totais = 120

Resposta: Letra C

6)

As despesas processadas referem-se a empenhos executados e liquidados, prontos para o pagamento; as despesas não processadas são os empenhos de contratos e convênios em plena execução, ainda não liquidados, logo não existe ainda direito líquido e certo do credor.

Logo, inscreve-se em Restos a Pagar Não Processados a despesa que ainda não tenha concluído a fase de **liquidação**.

Resposta: Letra C

7)

a) Errada. É **vedada** a abertura de conta bancária destinada à movimentação de suprimentos de fundos.

b) Errada. As despesas com suprimento de fundos **serão** efetivadas por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (art. 45, § 5º, do Decreto 93.872/1986).

c) Errada. É **vedada** a concessão de suprimento de fundos a responsável por dois suprimentos.

d) Correta. Segundo o § 6º do art. 45 do Decreto 93.872/1986, é vedada a utilização do CPGF na modalidade de saque, exceto no tocante às despesas:

I - de que trata o art. 47.

II - decorrentes de situações específicas do órgão ou entidade, nos termos do autorizado em portaria pelo Ministro de Estado competente e nunca superior a 30% do total da despesa anual do órgão ou entidade efetuada com suprimento de fundos.

III - decorrentes de situações específicas da Agência Reguladora, nos termos do autorizado em portaria pelo seu dirigente máximo e nunca superior a 30% do total da despesa anual da Agência efetuada com suprimento de fundos.

e) Errada. O servidor que receber suprimento de fundos **é obrigado a prestar contas** de sua aplicação, procedendo-se, automaticamente, à tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado pelo ordenador da despesa, sem prejuízo das providências administrativas para a apuração das responsabilidades e imposição das penalidades cabíveis.

Resposta: Letra D

8)

I) Correto. De acordo com o § 2º do art. 45 do Decreto 93.872/1986, o servidor que receber suprimento de fundos, na forma deste artigo, é obrigado a prestar contas de sua aplicação, procedendo-se, automaticamente, à tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado pelo ordenador da despesa, sem prejuízo das providências administrativas para a apuração das responsabilidades e imposição das penalidades cabíveis.

II) Correto. Uma das situações previstas para concessão de suprimento de fundos ocorre quando a despesa deva ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento.

III) Correto. Uma das restrições à concessão de suprimento de fundos ocorre quando o servidor tenha a seu cargo e guarda ou a utilização do material a adquirir, salvo quando não houver na repartição outro servidor.

IV) Errado. Segundo o art. 45 do Decreto 93.872/1986, excepcionalmente, **a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade**, poderá ser concedido suprimento de fundos a servidor, sempre precedido do empenho na dotação própria às despesas a realizar, e que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

V) Errado. Segundo o mesmo artigo: “poderá ser concedido suprimento de fundos a servidor, **sempre precedido do empenho** na dotação própria às despesas a realizar”. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

Logo, a sequência é V, V, V, F, F.
Resposta: Letra D

9)

I) Verdadeiro. Os Restos a Pagar compreendem somente despesas empenhadas, liquidadas ou não, e não pagas até o final do exercício.

II) Verdadeiro. Inicialmente, a despesa é orçamentária, fixada na LOA. Na Contabilidade Pública, se essa despesa vier a ser inscrita em restos a pagar no fim do exercício, será necessário computá-la como RAP do exercício na receita extraorçamentária do balanço financeiro, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária da LOA daquele ano. Na contrapartida, também no balanço financeiro, os RAP, quando forem pagos, serão classificados como despesas extraorçamentárias. Logo, por ser extraorçamentário, o pagamento da despesa inscrita em Restos a Pagar independe de autorização orçamentária.

III) Verdadeiro. As despesas processadas referem-se a empenhos executados e liquidados, prontos para o pagamento; as despesas não processadas são os empenhos de contratos e convênios em plena execução, logo não existe ainda direito líquido e certo do credor. “A inscrição de despesas como restos a pagar no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho depende da observância das condições estabelecidas neste Decreto para empenho e liquidação da despesa” (art. 68, *caput*, do Decreto 93.872/1986).

IV) Falso. **Não** há essa reserva para pagamento de Restos a Pagar. O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Anterior pode ser utilizado como fonte para a abertura de **créditos adicionais**.

V) Falso. As dívidas de exercícios anteriores, reconhecidas na forma da legislação pelo ordenador de despesa e que não foram pagas no exercício deverão ser **pagas como Despesas de Exercícios Anteriores**.

Logo, a sequência correta é V, V, V, F, F.

Resposta: Letra C

10)

a) Errada. Os restos a pagar devem ser contabilizados como receita **extraorçamentária** quando forem pagos.

b) Errada. Os restos a pagar representam as despesas empenhadas e **não** pagas até o dia 31 de dezembro.

c) Errada. No registro dos restos a pagar **há** distinção entre as despesas processadas e as não processadas.

d) Correta. O registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor distinguindo-se as despesas processadas das não processadas (art. 92, parágrafo único, da Lei 4.320/1964).

e) Errada. Os empenhos que correrem à conta de créditos com vigência plurianual e que ainda não foram liquidados, deverão ser contabilizados, como restos a pagar, no **último** ano de vigência do crédito.

Resposta: Letra D

11)

No enfoque orçamentário da Lei 4320/1964:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.

CATEGORIAS DAS DESPESAS EMPENHADAS	
DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
Pessoal Ativo 200 Obras de conservação 80	Obras de construção de cheques 120
Total = 280	Total = 120

Resposta: Letra D

12)

Aqui se pede os RAP não processados de todas as despesas.

RAP não processados = empenhados – liquidados – cancelados

RAP não processados = 400 – 390 – 0

RAP não processados = 10

Resposta: Letra A

13)

Despesas de exercícios anteriores são aquelas relativas a exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente (art. 37 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra D

14)

São considerados restos a pagar não processados, no final do exercício financeiro, as despesas orçamentárias **empenhadas, não liquidadas e não pagas em 31/12.**

Resposta: Letra C

15)

Enquanto não ocorrer a verificação do implemento da condição prevista, não haverá o reconhecimento da liquidez do direito do credor, não podendo o empenho ser considerado liquidado. Assim, se a despesa não for paga durante o exercício financeiro, será inscrita em **restos a pagar não processados** e poderá ser cancelada se o credor não cumprir seu compromisso.

Resposta: Letra D

16)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

a) Correta. Nos restos a pagar são distinguidas as despesas processadas (empenhadas, liquidadas e não pagas) das não processadas (empenhadas, não liquidadas e não pagas) dentro do prazo estabelecido.

b) Errada. O exercício financeiro **coincide** com o ano civil, conforme determinação da Lei 4320/1964.

c) Errada. O exercício financeiro coincide com o ano civil e a ele pertencem as despesas **nele** legalmente empenhadas (no próprio exercício).

d) Errada. O exercício financeiro **coincide com o ano civil** e a ele pertencem as receitas nele arrecadadas.

e) Errada. Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas e **não** pagas até o dia 31 de dezembro.

Resposta: Letra A

17)

Despesas de exercícios anteriores são aquelas relativas a exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio,

com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente (art. 37 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra A

18)

a) d) Erradas. O suprimento de fundos **deve ser** precedido de empenho.

b) Errada. A finalidade do suprimento de fundos é exatamente atender a situações **atípicas** que exijam pronto pagamento em espécie, que não podem aguardar o processo normal, ou seja, é exceção à realização de procedimento licitatório.

c) Correta e e) Errada. O suprimento de fundos será contabilizado e incluído nas contas do ordenador como despesa realizada; as restituições, por falta de aplicação, parcial ou total, ou aplicação indevida, constituirão anulação de despesa, ou receita orçamentária, se recolhidas após o encerramento do exercício.

Resposta: Letra C

19)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

a) Errada. O **pagamento** é o último estágio da despesa.

b) Errada. Os restos a pagar são despesas **empenhadas**, mas não pagas até o fim do exercício financeiro.

c) Errada. **Não** poderá ser concedido suprimento de fundos à responsável por dois suprimentos.

d) Errada. A **liquidação** é a verificação do direito adquirido pelo credor.

e) Correta. O empenho por estimativa tem como característica a existência de despesa cujo montante não se possa determinar

Resposta: Letra E

20)

O MCASP dispõe que não devem ser reconhecidos como receitas orçamentárias os recursos financeiros oriundos de cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar, o qual consiste na baixa da obrigação constituída em exercícios anteriores, portanto, trata-se de restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida, originária de receitas arrecadadas em exercícios anteriores e não de uma nova receita a ser registrada. O **cancelamento de restos a pagar** não se confunde com o recebimento de recursos provenientes do

ressarcimento ou da restituição de despesas pagas em exercícios anteriores que devem ser reconhecidos como receita orçamentária do exercício.

Resposta: Letra C

21)

RAP totais = empenhados – cancelados – pagos

RAP totais = 117.000 – 6.500 – 71.500

RAP totais = R\$ 39.000,00

Resposta: Letra B

22)

RAP não processados = empenhados – liquidados – cancelados

RAP não processados = 420.000 – 360.000 – 0

RAP não processados = R\$ 60.000,00

Resposta: Letra E

23)

RAP não processados = empenhados – liquidados – cancelados

RAP não processados = 535.000 – 495.000 – 0

RAP não processados = R\$ 40.000,00

Resposta: Letra B

24)

RAP não processados = empenhados – liquidados – cancelados

RAP não processados = 74.000 – 58.000 – 0

RAP não processados = R\$ 16.000,00

Resposta: Letra A

25)

Consideram-se **restos a pagar** ou resíduos passivos as despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro, logo, até o dia 31 de dezembro. Os **restos a pagar**, excluídos os serviços da dívida, constituem-se em modalidade de dívida pública flutuante e são registradas por exercício e por credor, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

Resposta: Letra A

26)

Consideram-se restos a pagar ou resíduos passivos as despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro, logo, até o dia 31 de dezembro. Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, constituem-se em modalidade de dívida pública flutuante e são registradas por exercício e por credor, **distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.**

Resposta: Letra C

27)

Consideram-se **restos a pagar** ou resíduos passivos as despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro, logo, até o dia 31

de dezembro. As despesas processadas referem-se a empenhos executados e liquidados, prontos para o pagamento; as despesas **não processadas** são os empenhos de contratos e convênios em plena execução; logo, ainda não existe direito líquido e certo do credor.

Resposta: Letra B

28)

Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, constituem-se em modalidade de dívida pública flutuante e são registradas por exercício **e por credor, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.**

Resposta: Letra A

29)

Os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como restos a pagar **no último ano de vigência do crédito.**

Resposta: Letra D

30)

O **regime de adiantamento**, suprimento de fundos, é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Resposta: Letra A

31)

São considerados **restos a pagar processados**, no final do exercício financeiro, as despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas e não pagas em 31/12.

Resposta: Letra D

32)

O regime de adiantamento, **suprimento de fundos**, é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. Caracteriza-se por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas.

Resposta: Letra C

33)

(V) Caracteriza-se por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas.

(V) Esse adiantamento constitui despesa orçamentária.

(V) Para conceder o recurso ao suprido, é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento.

(V) Não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois no momento da concessão não ocorre redução no patrimônio líquido.

Logo, a sequência correta do preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é **V – V – V – V**.

Resposta: Letra A

34)

O **regime de adiantamento**, suprimento de fundos, é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Resposta: Letra A

35)

RAP não processados = empenhados – liquidados – cancelados

RAP não processados = 1.000.000 – 800.000 – 0

RAP não processados = **R\$ 200.000,00**

Resposta: Letra B

36)

Todas estão corretas.

Resposta: Letra A

37)

Segundo a Lei nº 4.320/64, as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas, são consideradas **Restos a Pagar**.

Resposta: Letra A

38)

Inicialmente, a despesa é orçamentária, fixada na LOA. Na Contabilidade Pública, se essa despesa vier a ser inscrita em restos a pagar no fim do exercício, será necessário computá-la como RAP do exercício na receita extraorçamentária do balanço financeiro, **para compensar sua inclusão na despesa orçamentária da LOA daquele ano**.

Na contrapartida, também no balanço financeiro, os RAP, quando forem pagos, serão classificados como despesas extraorçamentárias.

Resposta: Letra E

39)

Inicialmente, a despesa é orçamentária, fixada na LOA. Na Contabilidade Pública, se essa despesa vier a ser inscrita em restos a pagar no fim do exercício, será necessário computá-la como RAP do exercício na receita extraorçamentária do **balanço financeiro**, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária da LOA daquele ano.

Na contrapartida, também no balanço financeiro, os RAP, quando forem pagos, serão classificados como despesas extraorçamentárias.

Resposta: Letra C

40)

a) Errada. Os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurienal, que não tenham sido liquidados só serão computados como restos a pagar **no último ano de vigência do crédito**.

b) Correta. Inicialmente, a despesa é orçamentária, fixada na LOA. Na Contabilidade Pública, se essa despesa vier a ser inscrita em restos a pagar no fim do exercício, será necessário computá-la como RAP do exercício na receita extraorçamentária do balanço financeiro, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária da LOA daquele ano. Na contrapartida, também no balanço financeiro, os RAP, quando forem pagos, serão classificados como despesas extraorçamentárias.

c) Errada. As despesas empenhadas mas não **pagas** até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas são consideradas Restos a Pagar.

d) Errada. Os Restos a Pagar com prescrição interrompida são aqueles cuja inscrição tenha sido cancelada, mas ainda está vigente o direito do credor. **Poderão** ser pagos à conta de despesas de exercícios anteriores, respeitada a categoria própria.

e) Errada. Os Restos a Pagar **constituem-se em modalidade** da dívida flutuante. **Não** "compreendem" e sim "integram" a dívida flutuante.

Resposta: Letra B

41)

O **regime de adiantamento**, suprimento de fundos, é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Resposta: Letra B

42)

O regime de adiantamento, suprimento de fundos, é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade, **não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.**

Resposta: Letra D

43)

Consideram-se restos a pagar ou resíduos passivos as despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro, logo, até o dia 31 de dezembro; distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

Resposta: Letra A

44)

Permanecem válidos, após a data estabelecida no § 2º (30 de junho), os restos a pagar não processados que (art. 68, § 3º, do Decreto 93.872/1986):

I - refiram-se às despesas executadas diretamente pelos órgãos e entidades da União ou mediante transferência ou descentralização aos Estados, Distrito Federal e Municípios, com execução iniciada até a data prevista no § 2º (alternativa "A"); ou

II - sejam relativos às despesas:

_ do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (alternativa "B");

_ do Ministério da Saúde (alternativa "D"); ou

_ do Ministério da Educação financiadas com recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (alternativa "E").

As despesas do **Ministério da Fazenda** não estão previstas no artigo em comento.

Resposta: Letra C

45)

a) b) c) e d) Erradas. **Não** se concederá suprimento de fundos:

_ a responsável por dois suprimentos (alternativa "A");

_ a servidor que tenha a seu cargo a guarda ou a utilização do material a adquirir, salvo quando não houver na repartição outro servidor (alternativa "B");

_ a responsável por suprimento de fundos que, esgotado o prazo, não tenha prestado contas de sua aplicação (alternativa "C"); e

_ a servidor declarado em alcance (alternativa "D").

e) Correta. O regime de adiantamento, suprimento de fundos, é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que, pela excepcionalidade, a critério do Ordenador de Despesa e sob sua inteira responsabilidade, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Resposta: Letra E

46)

São despesas de exercícios anteriores aquelas relativas a exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria.

Resposta: Letra C

47)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

a) Errada. **Dívida Ativa Tributária** é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas.

b) Errada. São **restos a pagar** as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro.

c) Errada. Os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurienal, que não tenham sido liquidados só serão computados como **restos a pagar** no último ano de vigência do crédito.

d) Correta. São despesas de exercícios anteriores os restos a pagar com prescrição interrompida.

e) Errada. São despesas de exercícios anteriores aquelas relativas a exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo **consignava** crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria.

Resposta: Letra D

48)

a) Errada. Os restos a pagar são despesas **extraorçamentárias**. Logo, **independentem** de nova autorização orçamentária.

b) Errada. A realização da **liquidação** implica o reconhecimento, pelo poder público, de que o fornecedor entregou o bem ou forneceu o serviço.

c) Errada. O empenho de despesa não liquidada será considerado anulado em 31 de dezembro, para todos os fins, **salvo** o disposto no art. 35 do Decreto 93.872/1986.

d) Errada. Se o montante da despesa a ser realizada não puder ser definido com exatidão, **poderá** ser inscrito em restos a pagar. Se o valor real for maior que o valor inscrito em RAP, a diferença será empenhada à conta de despesas

de exercícios anteriores. Se o valor real for menor que o valor inscrito em RAP, o saldo existente será cancelado.

e) Correta. Os restos a pagar com prescrição interrompida, os quais são aqueles cuja inscrição tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor, poderão ser pagos à conta de despesas de exercícios anteriores, respeitada a categoria própria.

Resposta: Letra E

49)

a) Correta. Não pode ser concedido suprimento de fundos a responsável por suprimento de fundos que, esgotado o prazo, não tenha prestado contas de sua aplicação.

b) Errada. Não pode ser concedido suprimento de fundos a servidor que tenha a seu cargo a guarda ou a utilização do material a adquirir, **salvo quando não houver na repartição outro servidor.**

c) Errada. Não pode ser concedido suprimento de fundos a responsável por **dois** suprimentos.

d) Errada. Não pode ser concedido suprimento de fundos a responsável por suprimento de fundos que, esgotado o prazo, não **tenha prestado** contas de sua aplicação.

e) Errada. A remuneração do servidor **não** influencia a concessão de suprimento de fundos.

Resposta: Letra: A

50)

Não se concederá suprimento de fundos:

_ a responsável por **dois** suprimentos (ou seja, com um suprimento pode, conforme prevê a alternativa "B");

_ a servidor que tenha a seu cargo a guarda ou a utilização do material a adquirir, salvo quando não houver na repartição outro servidor (alternativa "D");

_ a responsável por suprimento de fundos que, esgotado o prazo, não tenha prestado contas de sua aplicação (alternativa "C"); e

_ a servidor declarado em alcance (alternativa "A").

Resposta: Letra B

51)

As despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente, referem-se ao conceito de **restos a pagar.**

Resposta: Letra B

52)

Diferenciam-se os restos a pagar processados dos não processados pela existência, ou não, da **liquidação** da despesa.

Resposta: Errada

53)

Quando a anulação de uma despesa ocorrer **durante o exercício financeiro**, a receita será revertida à dotação originária, podendo ser utilizada para pagamento de despesas de exercício anteriores, desde que cumpra as demais normas sobre o tema.

Resposta: Errada

54)

No Decreto 93.872/1986:

Art. 45. Excepcionalmente, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade, poderá ser concedido suprimento de fundos a servidor, sempre precedido do empenho na dotação própria às despesas a realizar, e que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos seguintes casos:

I - para atender despesas eventuais, inclusive em viagens e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento.

(...)

Com o dispositivo acima daria para deduzir que estava correto. Sendo mais preciso, poderia ser utilizado o Decreto 5.992/2006:

Art. 9º Nos deslocamentos do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, no território nacional, as despesas correrão à conta dos recursos orçamentários consignados, respectivamente, à Presidência da República e à Vice-Presidência da República. (Redação dada pelo Decreto nº 6.907, de 2009).

§ 1º Correrão à conta dos recursos orçamentários consignados à Presidência da República e à Vice-Presidência da República as diárias das autoridades integrantes das respectivas comitivas oficiais. (Redação dada pelo Decreto nº 6.907, de 2009)

§ 2º Correrão, ainda, à conta dos recursos orçamentários consignados ao respectivo Ministério as diárias relativas a assessor de Ministro de Estado. (Redação dada pelo Decreto nº 6.907, de 2009).

§ 3º As despesas de que trata o caput serão realizadas mediante a concessão de suprimento de fundos a servidor designado pelo ordenador de despesas competente, obedecido ao disposto no art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. (Incluído pelo Decreto nº 6.258, de 2007).

Resposta: Certa

55)

Consoante o art. 92 da Lei 4.320/1964, os Restos a Pagar, excluídos os serviços da dívida, constituem-se em modalidade de dívida pública flutuante e

são registradas por exercício e por credor, **distinguindo-se** as despesas processadas das não processadas.

Resposta: Errada

56)

Restos a pagar são as despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro. Podem ser:

_ Processados: empenhados, liquidados e não pagos.

_ Não Processados: empenhados, não liquidados e não pagos.

No caso em tela, a despesa foi empenhada e liquidada no mesmo exercício financeiro. Se ela não for paga dentro desse mesmo exercício, ela comporá os restos a pagar processados no próximo exercício financeiro.

Resposta: Certa

57)

Se uma despesa foi inscrita em restos a pagar em X1 e cancelados em X2, deixaram de ser restos a pagar. Entretanto, prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos restos a pagar.

Os restos a pagar com prescrição interrompida, os quais são aqueles cuja inscrição tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor, poderão ser pagos à conta de despesas de exercícios anteriores, que são **despesas orçamentárias do exercício**, respeitada a categoria própria. No caso em tela, ocorrerá em X4.

Resposta: Errada

58)

A despesa já processada é aquela que passou pelos estágios do empenho e da liquidação. Logo, para ser inscrito como Restos a Pagar processados, não será suficiente provar que foi realizado o pertinente empenho da despesa. É necessário que também tenha ocorrido a **liquidação**.

Resposta: Errada

59)

No caso de estimativa, são possíveis duas situações:

_ **Valor real > valor inscrito em RAP:** a diferença será empenhada à conta de despesas de exercícios anteriores.

_ **Valor real < valor inscrito em RAP:** o saldo existente será cancelado.

Resposta: Certa

60)

Para o pagamento à conta de despesas de exercícios anteriores (DEA), deverá ser respeitada a **categoria própria**, mantendo-se o registro de cada despesa segundo a categoria econômica original. Logo, se a DEA se referir a despesas correntes, será classificada na categoria econômica das despesas correntes. Da mesma forma, isso acontecerá caso a DEA se refira a despesas de capital, pois será classificada na categoria econômica das despesas de capital.

Resposta: Errada

Capítulo XIV

1)

O órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal é o **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**.

Resposta: Letra B

2)

Compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal elaborar a Prestação de Contas Anual do Presidente da República a ser encaminhada ao Congresso Nacional, nos termos da CF/1988. Integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a **Secretaria Federal de Controle Interno**, como órgão central; e os órgãos setoriais.

Resposta: Letra A

3)

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem como uma das finalidades **apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional** (art. 20, IV, da Lei 10.180/2001).

Resposta: Letra A

4)

a) Errada. Editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira, bem como promover o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução da despesa pública compete às unidades responsáveis pelas atividades do **Sistema de Administração Financeira Federal**.

b) Errada. Elaborar a programação financeira do Tesouro Nacional, gerenciar a Conta Única do Tesouro Nacional e subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública compete às unidades responsáveis pelas atividades do **Sistema de Administração Financeira Federal**.

c) Errada. Compete às unidades responsáveis pelas atividades do **Sistema de Administração Financeira Federal** manter controle dos compromissos que onerem, direta ou indiretamente, a União junto a entidades ou organismos internacionais.

d) Correta. Formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social e o planejamento estratégico nacional são duas das finalidades do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.

e) Errada. Promover a integração com os demais Poderes e esferas de governo em assuntos de administração e programação financeira compete às unidades responsáveis pelas atividades do **Sistema de Administração Financeira Federal**.

Resposta: Letra D

5)

a) Errada. Compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal **avaliar o cumprimento** das metas estabelecidas no plano plurianual.

b) Errada. Compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal **avaliar a execução** dos orçamentos da União.

c) Errada. Compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal **exercer o controle** das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União.

d) Errada. Compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal avaliar o desempenho da auditoria **interna** das entidades da Administração indireta federal.

e) Correto. Compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais e, quando for o caso, comunicar à unidade responsável pela contabilidade para as providências cabíveis.

Resposta: Letra E

6)

É finalidade do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social. Logo, apenas a alternativa "A" atende ao pedido da questão. As demais são finalidades do **Sistema de Administração Financeira Federal**.

Resposta: Letra A

7)

Integram o Sistema de Contabilidade Federal a Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central, e os órgãos **setoriais**, que são as unidades de gestão interna dos Ministérios e da **Advocacia-Geral da União**. Ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados

Resposta: Letra E

8)

É uma das competências dos órgãos e das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal **realizar auditoria sobre a gestão dos recursos públicos federais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados**.

Resposta: Letra D

9)

a) b) c) d) Corretas. São todas transcrições literais das finalidades do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal.

e) É a incorreta. Uma das finalidades é promover a articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **visando a compatibilização de normas e tarefas afins aos diversos Sistemas**, nos planos federal, estadual, distrital e municipal. **Não** há consolidação dos orçamentos dos entes.

Resposta: Letra E

10)

I) Correto. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem como uma das finalidades o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

II) Errado. O Órgão Central do Sistema de Controle Interno é a **Secretaria Federal de Controle Interno**.

III) Errado. A área de atuação do órgão central do Sistema abrange todos os órgãos do Poder Executivo Federal, **excetuadas** as áreas de atuação dos órgãos setoriais.

IV) Correto. Os órgãos setoriais são aqueles de controle interno que integram a estrutura do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Defesa, da Advocacia-Geral da União e da Casa Civil.

V) Correto. . O órgão de controle interno da Casa Civil tem como área de atuação todos os órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, além de outros determinados em legislação específica.

Logo, apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.

Resposta: Letra B

11)

I) Errado. Compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal **avaliar a execução** dos orçamentos da União. **Não** cabe ao referido Sistema o julgamento do Poder Executivo.

II) Correto. Compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no plano plurianual.

III) Correto. Compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal avaliar o desempenho da auditoria **interna** das entidades da Administração indireta federal.

Logo, é correto apenas o que se afirma em II e III.

Resposta: Letra E

12)

Órgãos setoriais são aqueles de controle interno que integram a estrutura do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Defesa, da Advocacia-Geral da União e da Casa Civil.

Na área de atuação da Secretaria Federal de Controle Interno, como órgão central, estão os demais órgãos e ministérios, como o **Ministério das Cidades.**

Resposta: Letra E

13)

Todas as alternativas trazem competências dos órgãos e das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Entretanto, a questão pede a competência que contribui para que esse esforço de acompanhamento e de análise da execução orçamentária possa ser realizado fora do âmbito do setor público. É a seguinte: **criar condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos oriundos dos orçamentos da União.**

Resposta: Letra D

14)

Os **órgãos setoriais** são as unidades de planejamento e orçamento dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República. Já os **órgãos específicos** são aqueles vinculados ou subordinados ao órgão central do Sistema, cuja missão está voltada para as atividades de planejamento e orçamento.

Resposta: Letra C

15)

Serão organizadas sob a forma de **sistemas** as atividades de planejamento e de orçamento federal, de administração financeira federal, de contabilidade federal e de controle interno do Poder Executivo Federal (art. 1º da Lei 10.180/2001).

Resposta: Letra E

16)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

a) Correta. O órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal é o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

b) Errada. A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) é o órgão responsável pela elaboração da proposta orçamentária da União, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social. Entretanto, o **Departamento de**

Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) é o responsável pelo orçamento de investimentos das empresas estatais.

c) Errada. Um órgão ou uma unidade orçamentária **não** corresponde necessariamente a uma estrutura administrativa.

d) Errada. É de competência exclusiva do Congresso Nacional apreciar e votar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, **bem como** os planos e programas nacionais, regionais e setoriais.

e) Errada. As matérias orçamentárias são apreciadas e votadas pelas duas Casas do Congresso Nacional, em sessão **conjunta**.

Resposta: Letra A

17)

Compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, entre outros, elaborar a Prestação de Contas Anual do Presidente da República a ser encaminhada ao Congresso Nacional, nos termos da CF/1988.

Resposta: Certa

18)

Compete às unidades responsáveis pelas atividades do Sistema de Contabilidade Federal **realizar tomadas de contas** dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano ao erário.

Resposta: Errada

19)

De acordo com o art. 24 da Lei 10.180/2001, compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, entre outros, exercer o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União; fornecer informações acerca da situação físicofinanceira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da União; e criar condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos oriundos dos orçamentos da União.

Resposta: Certa

20)

Integram o Sistema de Administração Financeira Federal **a Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central**, e os órgãos setoriais.

Resposta: Errada

21)

Compete às unidades responsáveis pelas atividades do Sistema de Administração Financeira Federal, dentre outras, manter controle dos

compromissos que onerem, direta ou indiretamente, a União junto a entidades ou organismos internacionais; gerir a dívida pública mobiliária federal de responsabilidade do Tesouro Nacional e gerir a dívida pública externa de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Resposta: Certa

22)

Cabe ao sistema de controle interno avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

Resposta: Errada

23)

As unidades responsáveis pelas atividades do sistema de contabilidade federal têm como atribuições, dentre outras, instituir sistemas de informação que permitam realizar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União e elaborar os balanços gerais da União. No entanto, compete às unidades responsáveis pelas atividades do Sistema de **Administração Financeira Federal**, dentre outras, elaborar a programação financeira do Tesouro Nacional e gerenciar a Conta Única do Tesouro Nacional.

Resposta: Errada

24)

São finalidades do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, entre outras, formular o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais e os planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.

Resposta: Certa

25)

O Sistema de Administração Financeira Federal visa ao equilíbrio financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas.

Resposta: Certa

26)

Uma das finalidades do sistema de planejamento e de orçamento é a formulação de planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.

Resposta: Certa

27)

Subordinam-se tecnicamente à Secretaria do Tesouro Nacional os representantes do Tesouro Nacional nos conselhos fiscais, ou órgãos equivalentes das entidades da administração indireta, controladas direta ou indiretamente pela União. Tais representantes deverão ser, **preferencialmente**, servidores integrantes da carreira de Finanças e Controle que não estejam em exercício nas áreas de controle interno no ministério ou

órgão equivalente ao qual a entidade esteja vinculada.

Resposta: Errada

28)

No sistema de planejamento e de orçamento federal, os órgãos setoriais e específicos ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

Resposta: Certa

29)

As unidades responsáveis pelos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público estão sujeitas à **orientação normativa** do órgão central, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Não** há subordinação hierárquica.

Resposta: Errada

30)

Compete às unidades responsáveis pelas atividades do Sistema de Contabilidade Federal, com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno.

Resposta: Certa

Capítulo XV

1)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

I) Errado. A LRF se aplica a **todos os entes**. Além disso, a transparência será assegurada mediante, entre outros, liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, **em tempo real**, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

II) Correto. A LRF apresenta regras para a criação de despesas obrigatórias de caráter continuado a qualquer tempo e para os restos a pagar nos últimos dois quadrimestres do mandato.

III) Correto. Ao ditar regras sobre renúncias de receitas e para a geração de despesas, a LRF previne o desperdício de recursos públicos. Ao gastar os valores arrecadados de forma mais organizada, serão suficientes os recursos advindos da tributação já existente.

Logo, está correto o que se afirma apenas em II e III.

Resposta: Letra D

2)

Segundo o art. 48 da LRF, são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

A transparência será assegurada também mediante (art. 48, parágrafo único e art. 48-A):

I) Incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

II) Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público. Os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações, quanto à despesa, referentes a todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; e quanto à receita, referente ao lançamento

e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

III) Adoção de sistema integrado de Administração Financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União.

O não atendimento, até o encerramento dos prazos previstos na LRF, das determinações contidas nos itens II e III acima sujeita o ente à sanção de não poder **receber transferências voluntárias** (art. 73-C da LRF).

Resposta: Letra B

3)

Consoante o art. 16 da LRF, a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa, com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Ressalva-se das determinações acima **a despesa considerada irrelevante, de acordo com o que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.**

Resposta: Letra A

4)

a) Errada. A despesa total com pessoal dos Municípios, não poderá exceder a 60% da receita corrente líquida, sendo que, na esfera municipal, a despesa apenas com o pessoal do Poder Executivo não poderá exceder a **54%**.

b) Errada. A despesa total com pessoal dos Estados, não poderá exceder a **60%** da receita corrente líquida, sendo que, na esfera estadual, a despesa apenas com o pessoal do Poder Judiciário não poderá exceder a 6%.

c) Errada. A despesa total com pessoal dos Estados, não poderá exceder a **60%** da receita corrente líquida, sendo que, na esfera estadual, a despesa apenas com o pessoal do Poder Executivo não poderá exceder a **49%**.

d) Correta. A despesa total com pessoal da União, não poderá exceder a 50% da receita corrente líquida, sendo que, na esfera federal, a despesa apenas com o pessoal do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União, não poderá exceder a 2,5%.

e) Errada. A despesa total com pessoal da União, não poderá exceder a **50%** da receita corrente líquida, sendo que, na esfera federal, a despesa apenas com o pessoal do Poder Judiciário, não poderá exceder a **6%**.

Resposta: Letra D

5)

A questão pede, entre as deduções, aquelas que deverão ser efetuadas pelas três esferas do governo.

São deduzidos na União, nos estados e nos municípios **a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social** e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da CF/1988 (compensação entre os diversos sistemas previdenciários).

Resposta: Letra C

6)

Questão que mistura diversos temas da LRF.

a) Correta. Na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, foi introduzido o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

b) Correta. São exigências para criação ou aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, entre outros, a compensação dos seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

c) Correta. A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

d) Correta. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

e) É a incorreta. A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da **receita corrente líquida**.

Resposta: Letra E

7)

Questão baseada no art. 9º da LRF e em decisões do STF:

a) Errada. No caso de restabelecimento da receita prevista, **ainda que parcial**, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas (art. 9º, § 1º).

b) Errada. **Não** serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias (art. 9º, § 2º).

c) Errada. De acordo com a LRF, no caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias (art. 9º, § 3º). Entretanto, foi proposta uma Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, o qual suspendeu **liminarmente a eficácia deste dispositivo**. Assim, atualmente, devido à ADIn, o Poder Executivo não é autorizado a limitar os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público caso estes não promovam a limitação no prazo estabelecido no caput do art. 9º. Há a extensão da limitação de empenho aos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, mas ela deve ser efetuada por ato próprio.

d) Correta. Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais (art. 9º, § 4º).

e) Errada. No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o **Banco Central do Brasil** apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços (art. 9º, § 5º).

Resposta: Letra D

8)

Segundo o art. 17 da LRF, considera-se **obrigatória de caráter continuado** a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um **período superior a dois exercícios**.

Resposta: Letra B

9)

Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os **tributos** da competência constitucional do ente da Federação. No entanto, **é vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe tal determinação no que se refere aos impostos**. Assim, apesar de os requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal contemplarem os tributos, a vedação quanto às transferências voluntárias se refere apenas aos impostos.

Ressalto que tal vedação não alcança as transferências voluntárias destinadas a ações de educação, saúde e assistência social.

Resposta: Letra D

10)

Segundo a LRF:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

Resposta: Letra E

11)

I) Correto. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação dos orçamentos (art. 8º, § caput, da LRF).

II) Correto. No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas (art. 9º, § 1º, da LRF).

III) Errado. Até o final dos meses de **maio, setembro e fevereiro**, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública (art. 9º, § 4º, da LRF).

Logo, somente as afirmativas I e II estão corretas.

Resposta: Letra D

12)

Questão que mistura diversos tópicos da LRF.

I) Correto. Segundo o art. 48 da LRF, são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

II) Correto. A LRF trouxe diversas atribuições aos tribunais de contas, como a competência de alertar os Poderes ou órgãos quando constatarem a possibilidade da realização da receita não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais e quando constatarem fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária, entre outros.

III) Errado. A geração de despesa **não** inclui concessão de garantia.

Logo, somente as afirmativas I e II estão corretas.

Resposta: Letra B

13)

A RCL corresponde ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, com as deduções previstas na LRF.

RCL = 100 (tributária) + 30 (patrimonial) + 40 (serviços) + 20 (industrial).

RCL = 190

Resposta: Letra E

14)

Na esfera estadual, para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado, as despesas com pessoal não poderão exceder o percentual de 3% (três por cento) da receita corrente líquida – RCL Assim, se a RCL foi de R\$ 200 bilhões, 3% desse valor representa **R\$ 6 bilhões**.

Resposta: Letra C

15)

Questão que mistura diversos tópicos da LRF.

I) Errado. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por **um período superior a dois exercícios** (art. 17 da LRF).

II) Errado. A RCL será apurada somando-se as receitas arrecadadas **no mês em referência e nos onze anteriores**, excluídas as duplicidades. A RCL corresponde ao somatório das receitas **tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes**, com as deduções estabelecidas na própria LRF (art. 2º, IV, da LRF).

III) Correto. O RGF será emitido, a cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos. Já o RREO é publicado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, pelo Poder Executivo.

Logo, somente a afirmativa III está correta.

Resposta: Letra C

16)

Até **trinta dias após** a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a LDO, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso (art. 8º, *caput*, da LRF).

Resposta: Letra A

17)

Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período **superior a dois exercícios** (art. 17 da LRF).

Resposta: Letra C

18)

Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Resposta: Letra A

19)

Segundo o art. 26 da LRF, a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas **deverá ser autorizada por lei específica.**

Resposta: Letra A

20)

A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50%.

II – Estados: 60%.

III – Municípios: 60%

Resposta: Letra E

21)

Se verificado, ao final de um **bimestre**, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias (art. 9º, *caput*, da LRF).

Resposta: Letra B

22)

As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, **durante todo o exercício**, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade (art. 49 da LRF).

Resposta: Letra B

23)

O Relatório de Gestão Fiscal – RGF será emitido, a cada **quadrimestre**, pelos titulares dos Poderes e órgãos.

Resposta: Letra C

24)

A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50%.

II – Estados: 60%.

III – Municípios: 60%

Resposta: Letra C

25)

Segundo o art. 20 da LRF, a repartição dos limites globais do art. 19 – União (50%), estados (60%), municípios (60%) – não poderá exceder os seguintes percentuais:

(...)

II – **na esfera estadual:**

a) 3% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado.

b) 6% para o Judiciário.

c) 49% para o Executivo.

d) 2% para o Ministério Público dos Estados.

Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, o percentual definido para o Legislativo será de 3,4% e do Executivo será de 48,6%, o que corresponde, respectivamente, a acréscimo e redução de 0,4%.

Logo, para a Assembleia Legislativa dos Estados que não têm Tribunais de Contas dos municípios, esse percentual é igual a **3%**.

Resposta: Letra C

26)

Segundo o art. 17 da LRF, considera-se **obrigatória de caráter continuado** a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um **período superior a dois exercícios**.

Resposta: Letra A

27)

Consoante o art. 51 da LRF, o Poder Executivo da União promoverá, até o dia 30 de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público. Para isso, os estados e os municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos

seguintes prazos: **os municípios, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até 30 de abril**; e os Estados, até 31 de maio.

O **descumprimento dos prazos** previstos impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

Resposta: Letra C

28)

Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal **a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.**

Resposta: Letra E

29)

A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50.

II – Estados: 60%.

III – Municípios: 60%

Resposta: Letra D

30)

A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50%.

II – Estados: 60%.

III – Municípios: 60%

Resposta: Letra C

31)

Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada **quadrimestre**, em audiência pública na comissão mista referida na Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Resposta: Letra C

32)

Na alternativa III, **não** é suficiente a publicação dos atos governamentais para o cumprimento do disposto na LRF. É necessária **ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.**

As demais alternativas estão corretas.

Logo, estão corretas apenas I, II e IV.

Resposta: Letra D

33)

Todas estão corretas.

Resposta: Letra E

34)

(V) Um conceito importante da LRF é o de Receita Corrente Líquida (RCL), utilizado como referência na despesa pública, como no cálculo do limite para as despesas de pessoal, dívida pública, operações de crédito e concessão de garantia.

(F) A receita corrente líquida (RCL), de acordo com o § 3º do art. 2º da LRF, é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos **onze** anteriores, excluídas as duplicidades.

(F) Para cálculo da receita corrente líquida (RCL) do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de **Roraima**, não serão considerados os recursos recebidos da União para atendimento das despesas de pessoal daqueles entes, conforme o § 2º, do art. 2º, da LRF.

(V) Para efeito do cálculo da receita corrente líquida (RCL), são deduzidas as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da CF/1988 (compensação entre os diversos sistemas previdenciários).

Logo, a sequência correta é **V – F – F – V**.

Resposta: Letra A

35)

I) Errado. A despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da receita **corrente líquida** do município.

II) Errado. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos para as despesas com pessoal será realizada ao final de cada **quadrimestre**. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois **quadrimestres** seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.

III) Correto. Estão incluídos no cálculo da despesa total com pessoal os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. Serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

Logo, apenas o item III está correto.

Resposta: Letra C

36)

Consoante o art. 16 da LRF, a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa, com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do **ordenador da despesa** de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Resposta: Letra B

37)

A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em **que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes** (art. 16, I, da LRF).

Resposta: Letra E

38)

Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva **arrecadação** de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação (art. 11 da LRF).

Resposta: Letra A

39)

Caso a despesa total com pessoal exceda o limite prudencial de 95%, é vedado ao poder público o provimento de cargo público, com exceção da reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidor público apenas das áreas de **educação, saúde e segurança**.

Resposta: Letra C

40)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

I) Errada. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece os limites máximos da despesa total com pessoal para Estados, Distrito Federal e Municípios em 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida em cada período de apuração. Já para a União o limite é de **50% (cinquenta por cento)**.

II) Errada. As empresas públicas e as sociedades de economia mista integrantes da Administração Pública Indireta, **se** qualificadas como empresas estatais independentes, **não se submetem** às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

III) Correta. É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato

do titular do Poder ou órgão submetido à disciplina da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 21, parágrafo único, da LRF).

Logo, é correto apenas o que se afirma em III.

Resposta: Letra C

41)

Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela **lei de diretrizes orçamentárias** (art. 9º, *caput*, da LRF).

Resposta: Letra D

42)

a) É a incorreta. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos **e instituições da sociedade** (art. 49, *caput*, da LRF).

b) Correta. A empresa controlada que firmar contrato de gestão em que se estabeleçam objetivos e metas de desempenho, na forma da lei, disporá de autonomia gerencial, orçamentária e financeira, sem prejuízo do orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto (art. 47, *caput*, da LRF).

c) Correta. Segundo o art. 48 da LRF, são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

d) Correta. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos (art. 44 da LRF).

Resposta: Letra A

43)

A LRF trata da fiscalização da gestão fiscal no art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas da LRF, com ênfase no que se refere a:

atingimento das metas estabelecidas na LDO (alternativa "A");

- limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar (alternativa "D");
- medidas adotadas **para o retorno da despesa total com pessoal** (alternativa "B");
- providências tomadas para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos;
- cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver (alternativa "C").

Resposta: Letra B

44)

Na alternativa "D", serão deduzidos no âmbito da União, **dos estados e dos municípios**, para fins de cálculo da receita corrente líquida, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social. As demais estão corretas.

Resposta: Letra D

45)

a) b) e c) Corretas. A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50%.

II – Estados: 60%.

III – Municípios: 60%

d) Errada. Na esfera municipal, o poder legislativo não poderá exceder **6%**.

Resposta: Letra D

46)

Segundo o art. 17 da LRF, considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período **superior a dois exercícios**.

Resposta: Letra C

47)

Na alternativa "B", o RREO abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público e será composto pelo balanço orçamentário e por demonstrativos de execução de receitas e despesas:

Balanço orçamentário, **que especificará, por categoria econômica, as receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar**, bem como a previsão atualizada; as despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo.

Demonstrativos da execução das receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar; e

das despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício.

_ Despesas, por função e subfunção.

As demais alternativas versam sobre o Relatório de Gestão Fiscal.

Resposta: Letra B

48)

Na alternativa "D", acompanharão o RREO **demonstrativos** relativos a:

_ Apuração da receita corrente líquida e sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício.

_ Receitas e despesas previdenciárias.

_ Resultados nominal e primário.

_ Despesas com juros.

_ Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

As demais alternativas misturam RREO com RGF.

Resposta: Letra D

49)

De acordo com o art. 24 da LRF, nenhum benefício ou serviço relativo à Seguridade Social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total, atendidas ainda as exigências do art. 17, o qual trata das despesas obrigatórias de caráter continuado.

No entanto, é dispensada da compensação por aumento permanente de receita ou pela redução permanente de outras despesas se o aumento de despesa decorrer de:

_ concessão de benefício a quem satisfaça as condições de habilitação prevista na legislação pertinente (Item I);

_ expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados (Item III);

_ reajustamento de valor do benefício ou serviço, a fim de preservar o seu valor real (Item IV).

Logo, são citados na lei os itens I, III e IV.

Resposta: Letra B

50)

A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50%.

II – Estados: 60%.

III – Municípios: 60%

Resposta: Letra D

51)

Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (art. 17 da LRF).

Resposta: Letra D

52)

I) Correto. A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.

II) Errado. A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de **competência**, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de **caixa**.

III) Errado. As demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração **direta**, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal **dependente**.

IV) Correto. As receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.

V) Errado. A demonstração **das variações patrimoniais** dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos

Logo, é correto o que se afirma em I e IV.

Resposta: Letra A

53)

Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar (art. 73-A da LRF).

Resposta: Letra C

54)

A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50%.

II – Estados: 60%.

III – Municípios: 60%

Se a RCL é de R\$1.000.000,00; o limite de 60% equivale a **R\$600.000,00**.

Resposta: Letra B

55)

LIMITES POR ESFERA		
FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
Legislativo (TCU): 2,5%	Legislativo (TCE): 3%	Legislativo (TCM): 6%
Judiciário: 6%	Judiciário: 6%	
Executivo: 40,9%	Executivo: 49%	Executivo: 54%
MPU: 0,6%	MPE: 2%	
Nos estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, o percentual do Legislativo será de 3,4% e do Executivo será de 48,6%.		

Resposta: Letra D

56)

a) Correta. A prorrogação de despesa criada por prazo determinado considera-se aumento da despesa. Assim, se determinada despesa for criada por prazo determinado e esse prazo for prorrogado posteriormente, devem ser aplicadas as regras referentes às despesas obrigatórias de caráter continuado.

b) Errada. Se o ente que criou determinada despesa apresentar as premissas e metodologias de cálculo empregadas, **também terá** que apresentar a comprovação de que a despesa criada não afeta as metas de resultados fiscais, entre outras.

c) Errada. Para compensar a criação de uma despesa obrigatória de caráter continuado, **admite-se** o aumento permanente da receita pública. Trata-se da compensação dos seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

d) Errada. A despesa pública é considerada **compatível com PPA e LDO** quando se conforma com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias e não infrinja qualquer de suas disposições.

e) Errada. É **necessária** a apresentação da estimativa, com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; **bem como** da declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Resposta: Letra A

57)

A CF/1988 tornou o controle mais abrangente, não mais se restringindo apenas ao lado da despesa orçamentária propriamente dita, mas também atuando na renúncia de receitas. O *caput* do art. 70 da Carta Magna dispõe que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e **renúncia de receitas**, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Resposta: Letra A

58)

a) Correta. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias (art. 9º, *caput*, da LRF).

b) Errada. Os Poderes cujas despesas orçamentárias estiverem sujeitas a contingenciamento deverão promover os respectivos cortes, segundo os **critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias** (não necessariamente de forma proporcional).

c) Errada. Analisando o art. 9º da LRF, **não** há a possibilidade de limitação de empenho por excesso de despesa, a não ser por dívida. O gestor público só tem permissão legal para proceder à limitação de empenho quando a realização da receita (e **não** a execução da despesa) comprometer as metas fiscais, como o superávit primário.

d) Errada. Os critérios para a limitação de empenho são fixados pela **lei de diretrizes orçamentárias** (e **não** pelo Poder Executivo).

e) Errada. Havendo, após o contingenciamento, a recuperação da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados **dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas**.

Resposta: Letra A

59)

Acompanharão o RREO **demonstrativos** relativos a:

_ Apuração da receita corrente líquida e sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício.

_ **Receitas e despesas previdenciárias**.

_ Resultados nominal e primário.

_ Despesas com juros.

_ Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

Resposta: Letra D

60)

LIMITES POR ESFERA		
FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
Legislativo (TCU): 2,5%	Legislativo (TCE): 3%	Legislativo (TCM): 6%
Judiciário: 6%	Judiciário: 6%	
Executivo: 40,9%	Executivo: 49%	Executivo: 54%
MPU: 0,6%	MPE: 2%	
Nos estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, o percentual do Legislativo será de 3,4% e do Executivo será de 48,6%.		

Resposta: Letra D

61)

Até **trinta** dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a LDO, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Resposta: Letra A

62)

É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos (art. 44 da LRF).

Resposta: Letra E

63)

Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal **a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação** (art. 11 da LRF).

Resposta: Letra D

64)

Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como **Outras Despesas de Pessoal**.

A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o **regime de competência**.

Resposta: Letra B

65)

A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50%.

II – Estados: 60%.

III – Municípios: 60%

Resposta: Letra C

66)

Segundo o art. 14 da LRF, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

_ Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO.

_ Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Nesse caso, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas citadas.

Resposta: Letra D

67)

I) Correto. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar (art. 1º, § 1º, da LRF).

II) Errado. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (art. 48, *caput*, da LRF). **Não** consta Balancete de Gestão Patrimonial.

III) Errado. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e

orçamentos (art. 48, parágrafo único, da LRF). A participação popular **não** é apenas quando estritamente necessário.

Logo, apenas a assertiva I é verdadeira.

Resposta: Letra A

68)

A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50%.

II – **Estados: 60%.**

III – Municípios: 60%

Resposta: Letra A

69)

Segundo o art. 20 da LRF, a repartição dos limites globais do art. 19 – União (50%), estados (60%), municípios (60%) – não poderá exceder os seguintes percentuais:

(...)

III – na esfera municipal:

a) 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.

b) **54% para o Executivo.**

Resposta: Letra C

70)

I) Correto. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite, é vedado ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso, entre outros, concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição.

II) Errado. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite, é vedado ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso, entre outros, criação de cargo, emprego ou função. **Não** há exceção se houver concurso público vigente.

III) Errado. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite, é vedado ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso, entre outros, alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa. **Não** há exceção para o caso de o Estado ou o Município já estiver promulgado legislação pertinente.

Logo, somente a alternativa I está correta.

Resposta: Letra B

71)

De acordo com o *caput* do art. 9.º da LRF, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, **limitação de empenho e movimentação financeira**, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

Resposta: Letra C

72)

Considera-se **obrigatória de caráter continuado** a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (art. 17 da LRF).

Resposta: Letra B

73)

Segundo o art. 48 da LRF, são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Logo, **não** é instrumento de transparência na gestão fiscal o **Plano Diretor Participativo**.

Resposta: Letra D

74)

De acordo com o art. 55, o Relatório de Gestão Fiscal conterá comparativo com os limites de que trata a LRF, dos seguintes montantes:

_ despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;
_ dívidas consolidada e mobiliária; concessão de garantias; e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita (tais demonstrativos estarão apenas no RGF do Poder Executivo).

Se ultrapassado qualquer dos limites, o RGF conterá também a indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar.

Logo, **o montante dos investimentos realizados no último quadrimestre não** deve constar no RGF.

Resposta: Letra E

75)

I) Correto. A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.

II) Errado. Despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de **competência**, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de **caixa**.

III) Errado. As demonstrações contábeis compreenderão, **isolada e conjuntamente**, as transações e as operações de cada órgão, fundo ou entidade da Administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal **dependente**.

IV) Correto. As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.

V) Errado. Receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas **em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos**.

Logo, estão corretas apenas as afirmativas **I e IV**.

Resposta: Letra D

76)

Estamos diante da situação de limite ultrapassado. Nesse caso, o percentual excedente (60 mil) terá de ser eliminado nos **dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, ou seja 20 mil**.

Resposta: Letra D

77)

O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária (art. 165, § 3º, da CF/1988).

Resposta: Certa

78)

No art. 1º da LRF, é previsto:

(...)

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

§ 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, **o Distrito Federal** e os Municípios.

Não há previsão de uma lei no âmbito de qualquer ente que venha a sobrepor a LRF. A Lei de Responsabilidade é lei federal, porém com efeitos gerais ou nacionais, de tal sorte que inexistente necessidade de outra lei para dar aplicabilidade a seus dispositivos.

Resposta: Errada

79)

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Resposta: Certa

80)

Segundo o art. 17 da LRF, considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa **corrente** derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Os investimentos são despesas de capital.

Resposta: Errada

Capítulo XVI

1)

Trata-se de uma questão apenas para assustar. Não é necessária sequer uma soma.

Regra de ouro: é vedada a realização de operações de créditos (na questão o valor é de 8.000,00) que excedam o montante das despesas de capital (na questão o valor é de 8.500,00), ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Logo, **a regra de ouro foi observada, pois o montante previsto para as Operações de Crédito (8.000,00) é menor do que aquele fixado para as Despesas de Capital (8.500,00).**

Resposta: Letra C

2)

De acordo com o art. 92 da Lei 4.320/1964, a dívida flutuante compreende:

- _ Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- _ Os serviços da dívida a pagar.
- _ Os depósitos.
- _ Os débitos de tesouraria.

Logo, estão corretos os itens I, II e III.

Resposta: Letra A

3)

A questão pede as vedações estabelecidas pela LRF:

I) Errado. Equiparam-se a **operações de crédito** e estão vedados, entre outros, a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda **não** tenha ocorrido (art. 37, I, da LRF).

II) Correto. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos (art. 44 da LRF).

III) Correto. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo (art. 36, *caput*, da LRF).

Logo, constituem vedações estabelecidas pela LRF, as hipóteses previstas, apenas, em II e III.

Resposta: Letra A

4)

I) Errado. Equiparam-se a operações de crédito e estão **vedados**, entre outros, a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido (art. 37, I, da LRF).

II) Errado. **Equiparam-se** a operações de crédito e estão vedados, entre outros, a assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval (art. 37, III, da LRF).

III) Errado. Via de regra, a dívida pública consolidada refere-se àquela de longo prazo. Entretanto, as operações de crédito de prazo inferior a doze meses, cuja receita tenha constado do orçamento, **integram** a dívida pública consolidada.

IV) Correto. Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do estado.

V) Correto. Vencido o prazo de recondução da dívida ao seu limite e enquanto perdurar o excesso, o ente não ficará proibido de receber as transferências constitucionais da União e do Estado. Está correto, pois o impedimento é para as transferências voluntárias.

Logo, está correto o que se afirma apenas em IV e V.

Resposta: Letra E

5)

Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, **sendo proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim** (art. 67 da Lei 4320/1964).

Assim, a situação em apreço confirma ilegalidade porque **não é permitida a designação expressa do nome do credor na dotação orçamentária do precatório.**

Resposta: Letra D

6)

Questão que mistura diversos temas da LRF.

a) Errada. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou Órgão de cada ente da Federação, ultrapassar os percentuais intralimites definidos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.

Apenas se não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá receber transferências voluntárias, ressalvadas as destinadas à saúde, à educação e à assistência social; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

b) Correta. Não há previsão na LRF de que o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por Estado, Município, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem, seja excluído do somatório dos gastos com pessoal para efeito de apuração dos limites.

c) Errada. Segundo o art. 34 da LRF, é vedada ao Banco Central do Brasil a emissão de títulos da dívida pública **a partir de dois anos após a publicação** da Lei.

d) Errada. Consoante o art. 35 da LRF, é vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, **ainda que** sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente. No entanto, **excetua-se da vedação citada as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação**, inclusive suas entidades da administração indireta, que **não se destinem a financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes; e** que não se destinem **a refinar** dívidas **não contraídas junto à própria instituição concedente**. Ou seja, são **permitidas** para refinar dívidas contraídas junto à instituição concedente.

e) Errada. Consoante o art. 31 da LRF, se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite **ao final de um quadrimestre**, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.

Resposta: Letra B

7)

Consoante o art. 7º da Lei 4320/64, a Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:

I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43;

II - Realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

A questão exigia a interpretação **apenas segundo a Lei 4320/1964**. No entanto, como regra geral, o inciso II do art. 7º foi parcialmente prejudicado e

deve ter sua leitura combinada com o art. 38 da LRF, por apresentar muito mais restrições a realizações de operações de crédito por antecipação de receita.

Resposta: Letra A

8)

Questão que mistura diversos temas (não se assuste caso algum esteja fora do edital).

a) Errada. A **competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo banco central**.

b) Errada. A CF/1988 **veda** ao BACEN conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

c) Correta. A CF/1988 buscou resgatar a prática do planejamento como instrumento de alocação dos recursos públicos. O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (instrumentos criados pela Constituição de 1988), em conjunto com a lei orçamentária anual, possibilitaram a efetivação de um sistema integrado de planejamento/orçamento-programa cerca de 10 anos depois.

d) Errada. Segundo o princípio da exclusividade, a lei orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. No entanto, em caráter de exceção, **poderá** conter a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

e) Errada. O princípio da proibição do estorno veda a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, **sem prévia autorização legislativa**. Logo, é permitido com prévia autorização legislativa.

Resposta: Letra C

9)

De acordo com o art. 92 da Lei 4.320/1964, a dívida **flutuante** compreende:

- _ os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- _ os serviços da dívida a pagar (parcelas de amortização e juros da dívida fundada);
- _ os depósitos;
- _ os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Logo, de acordo com a Lei 4320/1964, a dívida mobiliária de curto prazo **não** se enquadra no conceito de dívida flutuante.

Resposta: Letra E

10)

a) Correta. De acordo com a Constituição Federal, a instituição e disciplina dos empréstimos compulsórios dependente de lei complementar.

b) c) Corretas. O empréstimo compulsório pode ser instituído para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.

d) É a incorreta. Consoante a Constituição Federal, a competência para a instituição de empréstimos compulsórios é da **União**.

e) Correta. O empréstimo compulsório pode ser instituído para atender a investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional. Neste caso deve ser observado o princípio tributário da anterioridade, o qual veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

Resposta: Letra D

11)

A dívida pública mobiliária é aquela **representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, dos estados e dos municípios**. É uma especificação da dívida consolidada geral para que ocorra um maior controle.

Resposta: Letra C

12)

Na alternativa "B", se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos **25% (vinte e cinco por cento)** no primeiro.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra B

13)

Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro (art. 31, *caput*, da LRF).

Logo, se o **limite legal foi ultrapassado em R\$ 1.200.000**, o excedente deve ser reduzido em pelo menos 25% no quadrimestre seguinte, ou seja, em **300.000**.

Resposta: Letra B

14)

Na alternativa "B", é **vedado** ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

As demais alternativas estão corretas.
Resposta: Letra B

15)

A dívida **flutuante** compreende os compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária.

Resposta: Letra B

16)

a) Errada. Compromisso de exigibilidade superior a doze meses – dívida **fundada**.

b) Correta. Eventuais insuficiências de caixa de curto prazo – dívida flutuante.

c) Errada. Compromissos contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos – dívida **fundada**.

d) Errada. Restos a pagar, excluídos os serviços da dívida – dívida pública **flutuante**.

e) Errada. Autorização legislativa para amortização ou resgate – dívida **fundada**.

Resposta: Letra B

17)

É a **regra de ouro**: é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta (art. 167, III, da CF/1988).

Resposta: Letra E

18)

a) e b) Erradas. A dívida pública **consolidada ou fundada** corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 meses.

c) Errada. Quanto à origem, a dívida pública se subdivide em dívida interna e dívida externa. Já quanto à duração, subdivide-se em flutuante ou fundada. São classificações diferentes, se somássemos tudo haveria duplicações, pois, por exemplo, uma dívida pode ser ao mesmo tempo interna e fundada.

d) Errada. Os Restos a Pagar e os serviços da dívida a pagar compõem a dívida **flutuante**.

e) Correta. Os passivos cujo pagamento, amortização ou resgate dependem de dotação na Lei Orçamentária Anual são dívidas fundadas.

Resposta: Letra E

19)

De acordo com o art. 92 da Lei 4.320/1964, a dívida flutuante compreende:

- Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- Os serviços da dívida a pagar (parcelas de amortização e juros da dívida fundada).
- Os depósitos.
- Os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Resposta: Letra C

20)

Quanto à duração, a dívida pública subdivide-se em **flutuante ou fundada**. Tal classificação é a que mais interessa ao Direito Financeiro/Orçamento Público, por terem definições na Lei 4320/1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Resposta: Letra E

21)

De acordo com o art. 92 da Lei 4.320/1964, a dívida **flutuante** compreende:

- Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- Os serviços da dívida a pagar.
- Os depósitos.
- Os **débitos de tesouraria** (operações de crédito por antecipação de receita).

Resposta: Letra D

22)

a) Errada. A operação de crédito por antecipação de receita deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia **10 de dezembro** de cada ano.

b) Errada. A operação de crédito por antecipação de receita está limitada a **7%** da Receita Corrente Líquida anual do ente federado.

LIMITES EM RELAÇÃO À RCL			
Objeto	União	Estados/DF	Municípios
Dívida consolidada	Não há	200%	120%
Contratação de operações de crédito	60%	16%	
Concessão de garantias	60%	22%	
Pagamento dos serviços da dívida	Não há	11,5%	
Contratação de operações por ARO	Não há	7%	

c) Errada. A operação de crédito por antecipação de receita deverá ser liquidada, com juros **e outros encargos incidentes**, até o dia 10 de dezembro de cada ano.

d) Errada. A operação de crédito por antecipação de receita estará proibida enquanto existir **operação anterior** da mesma natureza não integralmente resgatada, bem como no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.

e) Correta. A operação de crédito por antecipação de receita realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício.

Resposta: Letra E

23)

LIMITES EM RELAÇÃO À RCL			
Objeto	União	Estados/DF	Municípios
Dívida consolidada	Não há	200%	120%
Contratação de operações de crédito	60%	16%	
Concessão de garantias	60%	22%	
Pagamento dos serviços da dívida	Não há	11,5%	
Contratação de operações por ARO	Não há	7%	

Dívida consolidada = 200% da RCL = 200% de R\$ 39,532 bilhões = **R\$ 79,064 bilhões.**

Resposta: Letra C

24)

LIMITES EM RELAÇÃO À RCL			
Objeto	União	Estados/DF	Municípios
Dívida consolidada	Não há	200%	120%
Contratação de operações de crédito	60%	16%	
Concessão de garantias	60%	22%	
Pagamento dos serviços da dívida	Não há	11,5%	
Contratação de operações por ARO	Não há	7%	

Limite de Operações de Crédito = 16% da RCL = 16% de R\$ 29,532 bilhões = **R\$ 4,725 bilhões**

Resposta: Letra B

25)

É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta (art. 167, III, da CF/1988).

Resposta: Certa

26)

Segundo o art. 148 da CF/1988, a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

_ Para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;

_ No caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

Logo, está correto o que se afirma apenas em I e II.

Resposta: Letra C

27)

Conforme estabelecido pelo art. 100, **§ 5º** da Constituição Federal, é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais **apresentados até 1º de julho**, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

Resposta: Letra C

28)

É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente (art. 100, § 5º, da CF/1988).

Resposta: Letra A

29)

a) Errada. **Dívida pública mobiliária:** a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

b) Errada. **Dívida pública fundada ou consolidada:** o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

c) Correta. Operações de Crédito: o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

d) Errada. **Refinanciamento da dívida mobiliária**: a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

e) Errada. **Concessão de garantia**: o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da federação ou entidade a ele vinculada.

Resposta: Letra C

30)

Refinanciamento da dívida mobiliária: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária (art. 29, V, da LRF).

Resposta: Letra C

31)

(F) A Dívida Flutuante ou **Não Consolidada** corresponde aos compromissos de pagamentos, de curto prazo, para cobrir necessidades momentâneas de caixa, independente de autorização orçamentária.

(V) A dívida **fundada ou consolidada** compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 meses contraídos mediante emissão de títulos ou celebração de contratos para atender a desequilíbrio orçamentário, ou a financiamento de obras e serviços públicos, e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

(F) A Dívida Não Consolidada corresponde aos compromissos de pagamentos, de curto prazo, para cobrir necessidades momentâneas de caixa, **independente** de autorização orçamentária.

(V) A Dívida Flutuante compreende os compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária; já a Dívida Fundada depende de prévia autorização legislativa para amortização ou resgate.

Logo, a sequência é F – V – F – V.

Resposta: Letra B

32)

Todas estão corretas.

Resposta: Letra E

33)

De acordo com o art. 92 da Lei 4.320/1964, a dívida flutuante compreende:

- _ Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida: 1200,00.
- _ Os serviços da dívida a pagar;
- _ Os depósitos: 2.100,00
- _ Os débitos de tesouraria: 5.400,00.

Total = **R\$ 8.700,00.**

De acordo com os saldos apresentados, conclui-se que a dívida fluante da entidade é de **R\$ 8.700,00.**

Resposta: Letra C

34)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

Na primeira afirmativa, conforme a Lei nº 101/2000, é proibido titulares dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário contraírem, nos dois últimos **quadrimestres** de seu mandato, obrigações de despesa que não possa ser cumprida integralmente no exercício.

As demais estão corretas.

Logo, a sequência correta é F – V – V – V.

Resposta: Letra C

35)

a) b) e c) Erradas. A operação de antecipação de receita orçamentária destina-se a atender à insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e **não** poderá ser realizada no último ano de mandato do Presidente, do Governador ou do Prefeito. Deverá ser liquidada com juros e outros encargos incidentes, até o dia **10 de dezembro** de cada ano.

d) Errada. A operação de crédito por antecipação de receita estará **proibida** enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.

e) Correta. A operação de crédito por antecipação de receita estará proibida enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.

Resposta: Letra E

36)

A autorização para as operações de crédito por antecipação de receita depende do atendimento de diversas exigências da **Lei de Responsabilidade Fiscal.**

Resposta: Letra B

37)

a) Errado. O **refinanciamento da dívida mobiliária** corresponde à emissão

de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

b) Errado. Considera-se **operação de crédito** o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

c) Errado. A **concessão de garantia** corresponde a compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

d) Errado. A **dívida pública mobiliária** é a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

e) Correto. A **dívida pública consolidada ou fundada** corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Resposta: Letra E

38)

Questões que mistura diversos tópicos da LRF:

a) Errada. A empresa pública e a sociedade de economia mista que não se configurem como empresas estatais dependentes **não** devem obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal (art.1º, § 3º, I, b, da LRF).

b) Errada. A operação de antecipação de receita orçamentária destina-se a atender à insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e **não** poderá ser realizada no último ano de mandato do Presidente, do Governador ou do Prefeito (art. 38, IV, b, da LRF).

c) Correta. A dívida pública consolidada ou fundada alcança o montante total, apurado, sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses (art. 29, I, da LRF).

d) Errada. As despesas autorizadas em Lei e contraídas antes dos dois quadrimestres do término do mandato do titular do poder ou órgão a que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal não podem ser inscritas em restos a pagar, **a não ser que** haja disponibilidade de caixa suficiente para cobri-la (art. 42 da LRF).

e) Errada. Entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos

correntes ou de capital **a outro ente da Federação**, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (art. 25, **caput**, da LRF).

Resposta: Letra C

39)

Ao contrair o governo uma operação de crédito por antecipação da receita, o valor obtido dará entrada como **débitos de tesouraria**.

Resposta: Letra A

40)

A dívida pública pode ser dividida em **fundada e flutuante**.

Resposta: Letra B

41)

Vamos consultar nossa tabela:

LIMITES EM RELAÇÃO À RCL			
Objeto	União	Estados/DF	Municípios
Dívida consolidada	Não há	200%	120%
Contratação de operações de crédito	60%	16%	
<u>Concessão de garantias</u>	60%	22%	
Pagamento dos serviços da dívida	Não há	11,5%	
Contratação de operações por ARO	Não há	7%	

O montante das garantias concedidas pela União em operações de crédito tem como limite 60% da RCL, ou seja, 60% de 554.779.790,00, o que totaliza **R\$ 332.867.874,00**.

Resposta: Letra C

42)

A **dívida fundada** compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos (art. 98 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra D

43)

A **dívida fundada** ou consolidada compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 (doze) meses contraídos mediante emissão de títulos ou celebração de contratos para atender a desequilíbrio orçamentário, ou a financiamento de obras e serviços públicos, e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate (art. 115, § 2º, do Dec. 93872/1986).

Resposta: Letra C

44)

De acordo com o art. 92 da Lei 4.320/1964, a **dívida flutuante** compreende:

- _ Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- _ **Os serviços da dívida a pagar.**
- _ Os depósitos.
- _ Os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Resposta: Letra A

45)

A **dívida pública mobiliária** é aquela representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, dos estados e dos municípios.

A **concessão de garantia** corresponde a compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

Resposta: Letra A

46)

Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos **25% (vinte e cinco por cento)** no primeiro (art. 31, *caput*, da LRF).

Resposta: Letra B

47)

A operação de crédito por antecipação de receita deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia **dez de dezembro de cada ano**.

Resposta: Letra C

48)

a) Errada. A operação de crédito por ARO deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia **10** de dezembro de cada ano.

b) Errada. A operação de crédito por ARO estará proibida **no último ano** de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.

c) Errada. A operação de crédito por ARO realizar-se-á somente a partir do **décimo** dia do início do exercício financeiro.

d) Errada. A operação de crédito por ARO **não** será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação.

e) Correta. A operação de crédito por ARO estará proibida enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.

Resposta: Letra E

49)

(3. Operação de crédito) Compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

(2. Dívida pública mobiliária) Dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

(1. Dívida pública consolidada ou fundada) Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

(4. Concessão de garantia) Compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

Logo, a sequência é **3/ 2/ 1/ 4.**

Resposta: Letra A

50)

(3. Operação de crédito) Compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

(1. Dívida pública consolidada ou fundada) Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

(5. Refinanciamento da dívida mobiliária) Emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

(2. Dívida pública mobiliária) Dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

(4. Concessão de garantia) Compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

Logo, a sequência é **3/ 1/ 5/ 2/ 4.**

Resposta: Letra A

51)

A dívida fundada ou consolidada compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 meses contraídos mediante emissão de títulos ou celebração de contratos para atender a desequilíbrio orçamentário, ou a financiamento de obras e serviços públicos, e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate (art. 115, § 2º, do Decreto 93.872/1986).

Resposta: Letra C

52)

I) Correto. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo (art. 36, *caput*, da LRF).

II) Correto. Equipara-se a operações de crédito e é vedada a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços (art. 37, IV, da LRF).

II) Correto. Equipara-se a operações de crédito e é vedado o recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação (art. 37, II, da LRF).

Logo, é correto o que se afirma em I, II e III.

Resposta: Letra E

53)

De acordo com o art. 92 da Lei 4.320/1964, a dívida flutuante compreende:

- _ Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- _ Os serviços da dívida a pagar.
- _ Os depósitos.
- _ Os débitos de tesouraria.

Resposta: Letra E

54)

a) e c) Erradas. O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, **constitui** receita do Tesouro Nacional, e será transferido **até** o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.

b) Correta. O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados trimestralmente, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias da União.

d) Errada. O resultado negativo constituirá **obrigação** do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.

e) Errada. Os balanços trimestrais do BACEN conterão notas explicativas sobre os custos da remuneração das **disponibilidades** do Tesouro Nacional e da manutenção das reservas cambiais e a rentabilidade **de sua carteira de títulos**, destacando os de emissão da União.

Resposta: Letra B

55)

a) Errada. **Dívida pública mobiliária:** dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

b) Errada. **Dívida pública consolidada (ou fundada):** montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

c) e d) Erradas. **Operação de crédito:** compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

e) Correta. Dívida pública consolidada (ou fundada): montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Resposta: Letra E

56)

Na alternativa "A", a dívida pública mobiliária é aquela representada por títulos emitidos pela União, **inclusive** os do Banco Central do Brasil, dos estados e dos municípios.

As demais estão corretas.

Resposta: Letra A

57)

(4. Concessão de garantia) Compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

(2. Dívida pública mobiliária) Dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

(5. Refinanciamento da dívida mobiliária) Emissão de títulos para pagamento do principal, acrescido da atualização monetária.

(3. Operação de crédito) Compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

(1. Dívida pública consolidada ou fundada) Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Logo, a sequência correta é **4 – 2 – 5 – 3 – 1**.

Resposta: Letra A

58)

a) Errada. A dívida flutuante é de **curto** prazo.

b) Errada. A dívida pública **consolidada ou fundada** corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 meses (art. 29, I, da LRF).

c) Correta. A dívida flutuante compreende (art. 92 da Lei 4.320/1964):

- _ Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- _ Os serviços da dívida a pagar;
- _ Os depósitos;
- _ Os débitos de tesouraria.

d) Errada. A dívida **fundada** compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender o desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos (art. 98 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra C

59)

De acordo com o art. 92 da Lei 4.320/1964, a dívida flutuante compreende:

- _ Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- _ Os serviços da dívida a pagar;
- _ Os depósitos;
- _ Os débitos de tesouraria.

Logo, todas as afirmativas estão corretas.

Resposta: Letra A

60)

Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios **previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez**, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado (art. 100, § 1º, da CF/1988).

Resposta: Errada

61)

De acordo com o STF, a restituição do empréstimo compulsório deverá ser feita em **moeda corrente**.

Resposta: Errada

62)

É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento **até o final do exercício seguinte**, quando terão seus valores atualizados monetariamente (art. 100, § 5º, da CF/1988).

Resposta: Errada

63)

Para os fins do disposto no § 3º, **poderão** ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social (art. 100, § 4º, da CF/1988).

Resposta: Errada

64)

O BACEN pode, indiretamente, conceder empréstimos às instituições financeiras. Entretanto, é **vedado** ao banco central conceder, direta ou indiretamente, **empréstimos ao Tesouro Nacional** e a qualquer órgão ou entidade que **não** seja instituição financeira.

Resposta: Errada

65)

Será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil (art. 29, § 2º, da LRF).

Resposta: Certa

66)

Também será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do **Banco Central do Brasil** e as operações de crédito de prazo inferior a 12 meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

O Banco Central do Brasil (BACEN), criado pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por missão assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente. Não se confunde com o Banco do Brasil S.A. (BB), que é uma instituição financeira constituída na forma de sociedade de economia mista.

Resposta: Errada

67)

É competência do **Senado Federal** dispor a respeito dos limites globais e das condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do DF e dos municípios.

Resposta: Errada

68)

Sempre que alterados os fundamentos das propostas enviadas ao Senado Federal (no caso do art. 30, I, da LRF) ou ao Congresso Nacional (no caso do art. 30, II, da LRF), em razão de instabilidade econômica ou alterações nas políticas monetária ou cambial, o Presidente da República poderá encaminhar solicitação de revisão dos limites.

As propostas enviadas e suas alterações conterão:

_ Demonstração de que os limites e condições guardam coerência com as normas estabelecidas na LRF e com os objetivos da política fiscal.

_ Estimativas do impacto da aplicação dos limites a cada uma das três esferas de governo.

_ Razões de eventual proposição de limites diferenciados por esfera de governo.

_ Metodologia de apuração dos resultados primário e nominal.

Resposta: Certa

69)

As operações de crédito por antecipação de receita (débitos de tesouraria), destinadas à insuficiência de caixa, compõem a dívida flutuante.

Resposta: Certa

70)

O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais. O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.

Resposta: Certa

Capítulo XVII

1)

São prioridades da administração pública federal o **Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o Plano Brasil sem Miséria - PBSM** e as definidas nas leis de diretrizes orçamentárias (art. 19 da Lei 12.593/2012).

Resposta: Letra B

2)

O PPA 2012-2015 terá como diretrizes (art. 4º da Lei 12.593/2012):

I - a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero;

II - a ampliação da participação social;

III - a promoção da sustentabilidade ambiental;

IV - a valorização da diversidade cultural e da identidade nacional;

V - a excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços à sociedade;

VI - a garantia da soberania nacional;

VII - o aumento da eficiência dos gastos públicos;

VIII - o crescimento econômico sustentável; e

IX - o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia.

Resposta: Letra D

3)

O **objetivo** apresenta diversas características. Uma delas é que expressa um resultado transformador da situação atual em que se encontra um determinado tema.

Resposta: Letra C

4)

a) Errada. O PPA atua por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao **Estado**.

b) Errada. O PPA atua por meio do Programa Temático que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à **sociedade**.

c) Correta. O PPA atua por intermédio do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: que expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

d) Errada. O Programa **Temático**, parte integrante do PPA, é composto por Objetivos, Indicadores, Valor Global e Valor de Referência.

e) Errada. Os programas destinados exclusivamente a operações especiais **não** integram o PPA.

Resposta: Letra C

5)

A gestão do PPA 2012-2015 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos Programas, Objetivos e Iniciativas (art. 13 da Lei 12.593/2012).

O princípio da **publicidade** dispõe que a Administração Pública tem o dever de tornar públicos os seus atos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei. A **eficiência** denotaria competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços. A **impessoalidade** determina que o agente público deva visar o interesse público, vedando atos que beneficiem ou prejudiquem alguém. A **economicidade** considera a relação custo/benefício da despesa pública, ou seja, se o gasto foi realizado com minimização dos custos e sem comprometimento dos padrões de qualidade. Finalmente, a **efetividade** é definida como a capacidade de se transformar uma realidade a partir do objetivo estabelecido e sua continuidade ao longo do tempo.

Logo, **não** é princípio da gestão a **governabilidade**.

Resposta: Letra E

6)

(2) O Indicador é uma referência que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

(4) O Valor de Referência é um parâmetro financeiro, estabelecido por Programa Temático, especificado pelas esferas Fiscal e da Seguridade e pela esfera de Investimento das Empresas Estatais, que permitirá identificar, no PPA 2012-2015, empreendimento, quando seu custo total superar aquele valor.

(3) O Valor Global é uma estimativa dos recursos orçamentários, necessários à consecução dos Objetivos, segregadas as esferas Fiscal e da Seguridade da esfera de Investimento das Empresas Estatais, com as respectivas categorias econômicas, e dos recursos de outras fontes.

(1) O Objetivo expressa o que deve ser feito, reflete as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas.

Logo, a sequência correta é 2, 4, 3, 1.

Resposta: Letra C

7)

O PPA 2012-2015 terá como diretrizes (art. 4º da Lei 12.593/2012):

I - a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero (alternativa "A");

- II - a ampliação da participação social (alternativa "B");
- III - a promoção da sustentabilidade ambiental;
- IV - a valorização da diversidade cultural e da identidade nacional (alternativa "D");
- V - a excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços à sociedade (alternativa "C");
- VI - a garantia da soberania nacional;
- VII - o aumento da **eficiência** dos gastos públicos (alternativa "E");
- VIII - o crescimento econômico sustentável; e
- IX - o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia.

Logo, é diretriz do PPA 2012-2015 o aumento da **eficiência** dos gastos públicos e **não** o aumento dos gastos públicos.

Resposta: Letra E

8)

É papel do plano, além de declarar as escolhas do Governo e da sociedade, indicar os meios para a implementação das políticas públicas, bem como orientar taticamente a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos. Nesse sentido, o plano estrutura-se nas seguintes dimensões:

_ **Dimensão estratégica:** é a orientação estratégica que tem como base os macrodesafios e a visão de longo prazo do Governo Federal.

_ **Dimensão tática:** define caminhos exequíveis para o alcance dos objetivos e das transformações definidas na dimensão estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública tratada. Vincula os programas temáticos para consecução dos objetivos assumidos, estes materializados pelas iniciativas expressas no plano.

_ **Dimensão operacional:** relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência e é especialmente tratada no orçamento. Busca a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues.

Resposta: Letra E

9)

No Decreto 7.866/2012:

Art. 11. A revisão do PPA, nos termos do art. 21 da Lei nº 12.593, de 2012, será realizada:

(...)

II - pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao menos uma vez por ano, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de abertura de créditos adicionais, mediante:

- a) **alteração do Valor Global dos Programas;**
- b) inclusão, exclusão ou alteração de Iniciativas;
- c) adequação da vinculação entre Iniciativas e ações orçamentárias; e
- d) inclusão, exclusão ou alteração de Metas;

Resposta: Letra B

10)

a) Errada. O PPA **não** se confunde com o mandato do chefe do Executivo. O PPA é elaborado no primeiro ano de governo e entra em vigor no segundo ano. A partir daí, tem sua vigência até o final do primeiro ano do mandato seguinte.

b) Errada. O planejamento é determinante para o setor público e **indicativo** para o setor privado

c) Errada. O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos **não** são limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis de crédito adicional (art.9º).

d) Correta. A revisão do PPA é de iniciativa do Poder Executivo.

e) Errada. Cabe ao **Plano Plurianual** estabelecer, de forma regionalizada, **as diretrizes, objetivos e metas** da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no art. 165 da CF/1988.

Resposta: Letra D

11)

Na Lei do PPA 2012-2015:

Art. 10. Os empreendimentos plurianuais cujo Valor Global estimado seja igual ou superior ao Valor de Referência são caracterizados de Grande Porte e deverão ser expressos no PPA 2012-2015 como Iniciativas.

(...)

*§ 2º A obrigatoriedade de individualização no PPA 2012-2015 de Iniciativa de que trata o caput **não** se aplica aos Empreendimentos de Grande Porte financiados com recursos provenientes de transferências da União a Estados, Distrito Federal e Municípios.*

Resposta: Errada

12)

O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional relatório anual de avaliação do Plano, que conterà (art. 15 da Lei do PPA 2012-2015):

I – avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

II – situação, por Programa, dos Indicadores, Objetivos e Metas;

III – execução financeira das Iniciativas.

Resposta: Certa

13)

O PPA 2012-2015 é constituído por Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Entretanto, **não** integram o PPA 2012-2015 os programas destinados exclusivamente a operações especiais (art. 5º, Parágrafo único, da Lei 12.593/2012 – Lei do PPA 2012-2015).

Resposta: Errada

14)

Não integram o PPA 2012-2015 os programas destinados exclusivamente a operações especiais (art. 5º, Parágrafo único, da Lei 12.593/2012 – Lei do PPA 2012-2015).

Resposta: Errada

15)

O PPA 2012-2015 terá como diretrizes (art.4º da Lei 12.593/2012):

I - a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero;

II - a ampliação da participação social;

III - a promoção da sustentabilidade ambiental;

IV - a valorização da diversidade cultural e da identidade nacional;

V - a excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços à sociedade;

VI - a garantia da soberania nacional;

VII - o aumento da eficiência dos gastos públicos;

VIII - o crescimento econômico sustentável; e

IX - o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia.

Resposta: Certa

16)

O PPA 2012-2015 é constituído por **Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.**

Resposta: Errada

17)

Os empreendimentos plurianuais **cujo Valor Global estimado seja igual ou superior ao Valor de Referência** são caracterizados de Grande Porte e deverão ser expressos no PPA 2012-2015 como Iniciativas.

Resposta: Letra C

18)

a) Errada. Os **Programas** constantes do PPA 2012-2015 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.

b) Errada. As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente **nas leis orçamentárias anuais.**

c) Errada. As vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas constarão **nas leis orçamentárias anuais.**

d) Correta. O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não são limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis de crédito adicional (art. 9º).

e) Errada. Integram o PPA 2012-2015 como anexo os Empreendimentos Individualizados como **Iniciativas**.

Resposta: Letra D

19)

A gestão do PPA 2012-2015 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá **a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão** dos Programas, Objetivos e Iniciativas.

Logo, na gestão do PPA **não** consta a elaboração.

Resposta: Letra E

20)

Na alternativa "A", o **Poder Executivo** encaminhará ao **Congresso Nacional** relatório anual de avaliação do Plano.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra A

21)

a) Correta. A avaliação *ex ante* é realizada antes do início da implementação de um programa, em que é necessário projetar o que aconteceria com algumas características da população beneficiária caso o programa fosse executado, comparando os custos e benefícios da iniciativa com as alternativas disponíveis à sua implantação. Procura medir a viabilidade do programa a ser implementado, no que diz respeito a sua relação custo-benefício.

b) Errada. A avaliação **formativa ou de processo** é focada na gestão e no funcionamento do programa.

c) Errada. A avaliação **ex post ou somativa** é focada nos resultados.

d) Errada. A avaliação **externa** tende a apresentar maior credibilidade junto ao público usuário da *informação* por utilizar padrões mais rígidos e neutros de análise. A avaliação **interna** que é realizada pela própria equipe que conhece melhor a política.

e) Errada. Na avaliação **interna** se aplica uma autoavaliação.

Resposta: Letra A

22)

São prioridades da administração pública federal **o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o Plano Brasil sem Miséria - PBSM** e as definidas nas leis de diretrizes orçamentárias.

Resposta: Letra B

23)

Na alternativa "C", a revisão do PPA 2012-2015, **ressalvado o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 21**, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei. Logo, **nem sempre** será proposta por projeto de lei.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra C

24)

Na alternativa II, compete ao **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico para a sua gestão.

As demais alternativas estão corretas.

Logo, está correto o que se afirma apenas em I e III.

Resposta: Letra C

25)

Na alternativa "A", o referido Decreto dispõe que a gestão observará a responsabilização compartilhada para realização dos Objetivos e alcance das Metas de cada **Programa Temático**. Os focos da gestão são os programas temáticos.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra A

26)

a) Errada. O **monitoramento** é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias da administração pública federal.

b) Errada. A **avaliação** consiste na análise das políticas públicas e dos Programas com seus respectivos atributos, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

c) Errada. O **monitoramento** do PPA 2012-2015 possibilita a produção, a organização e a interpretação de informações, ampliando os conhecimentos sobre a implementação das políticas públicas.

d) Correta. A revisão do PPA 2012-2015 consiste na atualização de Programas com vistas a proporcionar sua aderência à especificidade e à gestão das políticas públicas, à efetivação de direitos, e subsidiar o processo de

elaboração das diretrizes governamentais e das prioridades orçamentárias anuais (art. 10).

e) Errada. O art. 15 da Lei do PPA 2012-2015 determina que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional relatório anual de **avaliação** do Plano. O Decreto determina que tal relatório deve ser encaminhado até 31 de maio do ano subsequente ao avaliado, e adotará as providências necessárias para a sua ampla divulgação junto à sociedade.

Resposta: Letra D

27)

Na alternativa "D", o **Poder Executivo** encaminhará ao **Congresso Nacional** relatório anual de avaliação do Plano até 31 de maio do ano subsequente ao avaliado, e adotará as providências necessárias para a sua ampla divulgação junto à sociedade.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra D

28)

Na alternativa "B", o **planejamento governamental** é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de **políticas públicas**.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra B

29)

Na alternativa "D", é diretriz do PPA 2012-2015 a valorização da diversidade cultural e da identidade nacional. Entretanto, **não** há sobreposição dos aspectos regionais.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra D

30)

a) Errada. O PPA 2012-2015 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Programas **de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado**.

b) Errada. O Programa Temático expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços **à sociedade**.

c) Errada. O Programa **de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado** expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção **da atuação governamental**.

d) Correta. Não integram o PPA 2012-2015 os programas destinados exclusivamente a operações especiais. São aquelas despesas que não

contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

e) Errada. O Programa Temático **possui** objetivos e iniciativas.
Resposta: Letra D